



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOUTORADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**VULNERABILIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO: UM ESTUDO
DE CASO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA
REGIÃO CENTRO SUL CEARENSE**

Antônio Carlos Alves da Silva

Lajeado, setembro de 2021

Antônio Carlos Alves da Silva

**VULNERABILIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO: UM ESTUDO
DE CASO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA
REGIÃO CENTRO SUL CEARENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do grau de Doutor em Ambiente e Desenvolvimento na área de concentração Espaço e Problemas Socioambientais.

Orientadora: Dr^a. Júlia Elisabete Barden
Coorientadora: Dr^a. Anny Kariny Feitosa

Lajeado, setembro de 2021

Antônio Carlos Alves da Silva

**VULNERABILIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO: UM ESTUDO
DE CASO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA
REGIÃO CENTRO SUL CEARENSE**

A Banca examinadora abaixo aprova a Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Doutor em Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração espaço e problemas socioambientais.

Prof. Dra. Júlia Elisabete Barden

Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

Prof. Dra. Anny Kariny Feitosa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE

Prof. Dra. Jane Márcia Mazzarino

Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

Dra. Izete Pengo Bagolin

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Dra. Harine Matos Maciel

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará -IFCE

Lajeado, setembro de 2021

Dedico este trabalho a minha família e, em especial, a minha esposa e colega de mestrado e doutorado, que embarcou comigo nesta aventura, e que por incontáveis vezes conseguiu me fazer sorrir, instigando-me sempre a ser uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me conceder o dom da vida e ter me dado condições de concluir mais uma etapa da minha vida acadêmica. Agradeço ainda a minha família pelo total apoio e, em especial, a minha esposa por ser simplesmente quem ela é, e por compartilhar mais um momento da minha vida com ela.

Aos meus colegas, pelas divertidas discussões e embates durante as aulas, e, em particular, a minha esposa, que sempre me suportava na realização dos trabalhos em grupo, ou nos grupos de estudo.

Ao Banco do Nordeste, instituição onde trabalho desde os quinze anos de idade. Inicialmente como estagiário de nível médio e atualmente como Agente de Desenvolvimento, proporcionando-me condições para que este doutorado pudesse ser realizado.

À esta magnífica instituição de ensino que é a UNIVATES e seus colaboradores. Em especial aos professores que com muita dedicação nos proporcionaram aulas maravilhosas e o acesso ao conhecimento de forma instintiva, promovendo, no meu caso, o desenvolvimento de uma pessoa mais humana.

Às professoras Dra. Júlia e Dra. Anny, minha orientadora e coorientadora, respectivamente, que por diversas vezes compreendendo as minhas limitações e visualizando o meu potencial e dedicação, indicaram-me maravilhosas leituras e que sem elas não teria sido possível concluir esta tese.

Aos catadores entrevistados, que tornaram as entrevistas uma conversa agradável e, na maioria das vezes, verdadeiras lições de vida, de coragem e de superação.

Enfim, a todos citados ou não, e que de alguma forma tornaram este trabalho realidade, o meu muito obrigado.

“Ainda que na abordagem aqui apresentada os princípios de justiça não sejam definidos com relação às instituições, mas sim quanto à vida e às liberdades das pessoas envolvidas, as instituições não podem deixar de ter um papel instrumental importante na busca da justiça”

Amartya Sen (2011)

RESUMO

Com a elevação da quantidade de resíduos sólidos gerados pela crescente população nas cidades, somado ao baixo nível de reciclagem no Brasil, a presença dos catadores de materiais recicláveis se torna mais importante neste cenário. Por outro lado, percebe-se que historicamente eles se encontram em condições de extrema pobreza e de marginalização social. Condições estas que colocam os indivíduos em situações de risco de morte iminente, ou que os privam de ter uma vida longa e saudável, com liberdades sociais e políticas, situações relacionadas diretamente à vulnerabilidade social e desenvolvimento humano. A partir deste contexto, esta tese busca analisar os principais aspectos das condições de vida e de trabalho dos catadores de materiais recicláveis da região centro sul cearense, a fim de propor ações para mitigar as condições de vulnerabilidade social a que são submetidos, com o intuito de promover o desenvolvimento humano deles. Para tanto, procedeu-se um estudo de caso, com a análise de dados e uma abordagem qualitativa, sendo realizada entrevistas com os catadores e os gestores municipais. Localizada no estado do Ceará, Nordeste do Brasil, a região centro sul cearense possui 16 municípios, divididos em dois grupos de oito municípios cada. Os resultados da pesquisa de campo demonstraram a existência de diversas vulnerabilidades socioeconômicas que privam os catadores de terem melhores condições de vida e desenvolvimento humano. Foram percebidas vulnerabilidades mais latentes nos catadores que possuem menor atenção dos órgãos públicos, como os catadores que trabalham no lixão. Neste caso, além de condições de insalubridade na coleta, há catadores que residem no lixão, onde são privados de diversos serviços públicos, como água potável, energia elétrica, entre outros. Como resultado desta tese, indica-se que para promoção do desenvolvimento humano dos catadores, há necessidade de realizar a mitigação das vulnerabilidades existentes junto aos mesmos. Para isso, sugere-se a formação de uma estrutura de suporte que envolva os catadores de materiais recicláveis, sociedade civil e setores público e privado, onde seja possível executar ações que realizem maior integração deles à sociedade, removendo as vulnerabilidades existentes, tornando-os autônomos, proporcionando-lhes maiores oportunidades e melhores condições de uma vida longa, saudável e que eles valorizem.

Palavras-chave: Vulnerabilidade; Desenvolvimento humano; Catadores de materiais recicláveis.

ABSTRACT

With the increase in the amount of solid waste generated by the growing population in cities, added to the low level of recycling in Brazil, the presence of recyclable material collectors becomes more important in this scenario. On the other hand, it can be seen that historically they are in conditions of extreme poverty and social marginalization. These conditions put individuals at risk of imminent death, or that deprive them of having a long and healthy life, with social and political freedoms, situations directly related to social vulnerability and human development. From this context, this thesis seeks to analyze the main aspects of the living and working conditions of recyclable material collectors in the central south region of Ceará, in order to propose actions to mitigate the conditions of social vulnerability to which they are subjected, with the aim of to promote their human development. To this end, a case study was carried out, with data analysis and a qualitative approach, and interviews were carried out with collectors and municipal managers. Located in the state of Ceará, northeast of Brazil, the central south region of Ceará has 16 municipalities, divided into two groups of eight municipalities each. The results of the field research demonstrated the existence of several socioeconomic vulnerabilities that deprive the collectors of having better living conditions and human development. More latent vulnerabilities were perceived in the collectors who have less attention from public agencies, such as the collectors who work at the dump. In this case, in addition to unsanitary conditions in the collection, there are collectors who live in the dump, where they are deprived of various public services, such as drinking water, electricity, among others. As a result of this thesis, it is indicated that in order to promote the human development of waste pickers, there is a need to mitigate existing vulnerabilities with them. For this, it is suggested the formation of a support structure that involves the collectors of recyclable materials, civil society and the public and private sectors, where it is possible to carry out actions that carry out greater integration of them to society, removing existing vulnerabilities, making them self-employed, providing them with greater opportunities and better conditions for a long, healthy life that they value.

Keywords: *Vulnerability; Human development; Recyclable material collectors.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma da cadeia de valor da reciclagem de materiais recicláveis no Brasil	31
Figura 2: Mapa de regionalização do PERS do Ceará.....	48
Figura 3: Catadores do lixão de Iguatu	61
Figura 4: Local de coleta dos catadores do lixão	62
Figura 5: Catadores de Rua de Iguatu e Jucás	63
Figura 6: Implantação da coleta seletiva - Projeto Jucás Recicla.....	64
Figura 7: Comercialização antes e depois da enfardadeira.....	65
Figura 8: Galpão de triagem e Área de transbordo.....	65
Figura 9: Barracos no lixão de Iguatu.....	71
Figura 10: Moradia no lixão de Iguatu	106
Figura 11: Coleta no lixão de Iguatu	109
Figura 12: Incêndio das moradias no lixão de Iguatu	109
Figura 13: Relações entre as vulnerabilidades e as Dimensões do desenvolvimento humano.....	124
Figura 14: Situações de vulnerabilidades identificadas e as relações entre si.....	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição percentual dos Catadores no Brasil em 2010.....	24
Gráfico 2: Perfil médio dos catadores de Iguatu e Jucás.....	60
Gráfico 3: Percentual de catadores que já trabalharam em outra atividade e de trabalhadores que desejam trabalhar em outra atividade por local de coleta e por município.....	67
Gráfico 4: Formação da renda familiar mensal dos catadores de materiais recicláveis, por local e cidade.....	75
Gráfico 5: Renda familiar per capita por local de coleta e por município.....	76
Gráfico 6: Renda familiar de quem tem acesso a empréstimo bancário versus quem não tem.....	79
Gráfico 7: Percentual de catadores que guardam materiais em casa por local de coleta e por município.....	86
Gráfico 8: Participação dos catadores nas eleições de 2018 por local de coleta e por município.....	88
Gráfico 9: Identificação e participação de movimentos associativos por local de coleta e por município.....	91
Gráfico 10: Percentual de Catadores com acesso a serviço de saúde básica.....	94
Gráfico 11: Acidentes laborais e prevenção.....	96
Gráfico 12: Catadores que informaram se alimentar adequadamente.....	98
Gráfico 13: Nível de instrução básica e formal dos catadores.....	100
Gráfico 14: Dificuldades e busca de instrução.....	102
Gráfico 15: Catadores com acesso à internet.....	104
Gráfico 16: Privação aos serviços básicos habitacionais.....	107
Gráfico 17: Não consegue se locomover de forma segura.....	110
Gráfico 18: Inexistência de ambiente de recreação próximo da residência.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais legislações brasileiras envolvendo a gestão de resíduos e os catadores.....	25
Quadro 2: As 10 máximas de Sen sobre o Desenvolvimento Humano	39
Quadro 3: Relação entre vulnerabilidade social e desenvolvimento humano junto aos catadores de materiais recicláveis.....	42
Quadro 4: Entes públicos entrevistados.....	55
Quadro 5: Perfil socioeconômico dos catadores entrevistados	58
Quadro 6: Motivações para trabalhar como catador	68
Quadro 7: Percepção da suficiência da renda pelos catadores por local de trabalho e cidade.....	78
Quadro 8: Informações sobre o Programa de Microcrédito Urbano do Banco do Nordeste - Crediamigo	81
Quadro 9: Marginalização e preconceito por ser catador	83
Quadro 10: Principais falas dos catadores sobre as dificuldades na educação formal	101
Quadro 11: Ações voltadas para os catadores	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de estudos encontrados conforme busca por palavras-chave no título e base de dados	46
Tabela 2: Quantidade de estudos encontrados conforme busca por palavras-chave gerais e base de dados.....	47
Tabela 3: Caracterização socioeconômica da Região Centro Sul - 2010	49
Tabela 4: Localização dos catadores de materiais recicláveis na Região Centro Sul	50
Tabela 5: Quantidade de entrevistados por município e conforme local de coleta dos resíduos.....	51
Tabela 6: Quantidade de catadores convidados e efetivamente entrevistados por município e conforme local de coleta de resíduos	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CADÚNICO	Cadastro Único
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CIISC	Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCSR	Movimento Comunidade dos Sofredores de Rua
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PERS	Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD-ONU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas
SAAE-Iguatu	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatu
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará
SIC	Sistema de Informação ao Cidadão
TCE-CE	Tribunal de Contas do Estado do Ceará
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
VD-CD	Vendedor Disposto-Comprador Disposto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	21
2.1. Catadores de materiais recicláveis no Brasil.....	22
2.1.1. Legislação brasileira e os catadores de materiais recicláveis.....	24
2.1.2. Condições de vida e trabalho dos catadores	28
3 VULNERABILIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO	33
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
4.1. Tipo de pesquisa	45
4.2. Estudo bibliométrico.....	46
5 RESULTADOS E ANÁLISES	57
5.1. Perfil socioeconômico dos catadores e caracterização dos locais de trabalho..	58
5.2. Vulnerabilidades e condições de trabalho.....	67
5.2.1. Trabalho e renda.....	67
5.2.2. Viver em sociedade	82
5.2.3. Participação política	87
5.2.4. Saúde e longevidade.....	94
5.2.5. Ser instruído e acesso à informação	100
5.2.6. Ambiente e habitação.....	105
5.3. Ações dos entes públicos voltados para os catadores	114
6. DISCUSSÕES DOS RESULTADOS.....	123
6.1. Vulnerabilidades primárias e secundárias.....	131
6.2. Sugestão de ações para mitigação das vulnerabilidades junto aos catadores	136
7 DISCUSSÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	149
ANEXO I: Principais Diretrizes e Estratégias do Plano Nacional de Resíduos Sólidos	

voltadas para os catadores	157
ANEXO II: Autorização do COEP-UNIVATES.....	160
APÊNDICES.....	163
APÊNDICE I: Roteiro de entrevista aplicado com as secretarias municipais de meio ambiente.....	163
APÊNDICE II: Roteiro de entrevista aplicado com os estabelecimentos e catadores	164
APÊNDICE III: Roteiro da entrevista com os catadores.....	165
APÊNDICE IV: Roteiro da entrevista com os órgão públicos.....	167
APÊNDICE V: Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	168

1 INTRODUÇÃO

O crescimento populacional das cidades brasileiras ocorreu de forma acelerada no século XX, chegando a um aumento de 89% entre 1970 e 2000 (SILVA; BARBOSA, 2006). Esse processo trouxe novas condições sociais, econômicas e ambientais. Com o aumento das cidades e a elevação da quantidade de resíduos gerados por esta população, causando poluição e degradação do ambiente, a gestão dos resíduos sólidos não acompanhou este mesmo ritmo, uma vez que em 2015, apenas 40% dos municípios realizavam a destinação dos resíduos em aterros sanitários (LISBOA, 2016).

Tendo em vista a elevação da quantidade de resíduos sólidos e o baixo índice de reciclagem, a presença dos catadores de materiais recicláveis se torna mais visível e importante, uma vez que a grande parte dos materiais reciclados no Brasil passa pela mão deles (IPEA, 2013). A partir do aumento da quantidade de catadores, decorrentes do avanço da cadeia produtiva da reciclagem, com a elevação da quantidade de empresas utilizando matéria-prima reciclável na sua produção, em 1999, surgiu o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), no Brasil. O 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel em Belo Horizonte-MG teve como principal objetivo a organização nacional dos grupos de catadores.

Diante desta organização, diversas manifestações dos catadores ganharam notoriedade no cenário político nacional, como o I Encontro Nacional dos Catadores(as) de materiais Recicláveis, em Brasília, em junho de 2001. A partir de uma maior visibilidade dos catadores, em 09 de outubro de 2002, houve o

reconhecimento legal da atividade de catador de material reciclável, com o código 5192-5.15, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

O MNCR estima que existam aproximadamente 800 mil catadores no Brasil (MNCR, 2020). Por outro lado, o MNCR (2020) relata que há divergências entre os dados oficiais brasileiros e as estimativas de estudos não oficiais, variando na quantidade de 300 mil a 1 milhão de catadores, uma diferença muito grande entre as informações disponíveis. Esta informação do MNCR revela a ausência de dados oficiais recentes, uma vez que o Censo Demográfico de 2010 apontou que existiam aproximadamente 400 mil catadores de materiais recicláveis no Brasil, sendo que metade destes são informais (IBGE, 2010). Diante destas incertezas, o MNCR indica a necessidade urgente de um censo oficial atualizado.

O ano de 2010 é considerado o marco legal da gestão de resíduos sólidos no Brasil, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída através da Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010). Ela estabelece dois pontos estratégicos para os catadores. O primeiro está no artigo 6º, com o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico, de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. O outro está no artigo 7º, que considera como um dos objetivos da PNRS a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (BRASIL, 2010).

De acordo com a exigência da PNRS, os Estados e Municípios devem criar seus próprios planos de gestão, buscando dar a destinação adequada aos resíduos, considerando as possibilidades da maior quantidade possível de reciclagem e reutilização de materiais. Deste modo, em 2012, o Governo do Estado do Ceará elaborou uma Proposta de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no Estado. Neste documento, os municípios foram agrupados em 14 regiões, uma delas é a Região Sertão Centro Sul, que desde 2018, foi dividida em duas, Centro Sul I e II, com oito municípios cada. Os municípios da Região Centro Sul I (Acopiara, Cariús, Catarina, Iguatu, Jucás, Orós, Quixelô e Tarrafas) foram selecionados para realização desta tese, pois segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) (2020), em 2019 apenas os municípios de Iguatu e Jucás da Centro Sul I, apresentaram a existência de catadores.

Moura, Serrano e Guarnieri (2016) destacam que muitas pessoas se tornam catadores por não conseguirem trabalho formal e que esta condição pode ser temporária ou se tornar permanente a partir de condições particulares de cada indivíduo e da sua localidade. Diante desta condição de ausência de opções, Gonçalves *et al.* (2013) e Maciel *et al.* (2011) relatam situações de extrema pobreza e vulnerabilidade socioeconômica que afetam os catadores, como a busca da sobrevivência imediata por meio do consumo de alimentos encontrados na coleta. Além de algumas formas de preconceitos externalizados por meio de apelidos degradantes, como lixeiro, urubu e mendigo, tornando-os marginalizados junto à sociedade. Hahn (2017) indica que a organização de empreendimentos coletivos pode reduzir algumas destas privações. Por outro lado, Moura, Serrano e Guarnieri (2016) destacam que a constituição formal de associações ou cooperativas não é suficiente para que estes catadores tenham melhores condições de vida, devendo haver de fato uma organização coletiva para proporcionar não apenas melhores receitas, mas melhor qualidade de vida e bem-estar.

O conceito de vulnerabilidade, no decorrer do tempo, tornou-se um conceito amplo, não atrelado apenas às condições de pobreza financeira. Sendo utilizado para expor alguma situação de fragilidade de algo ou alguém, relacionada a determinadas condicionantes que as pessoas são submetidas e que podem ser revertidas ou mitigadas (PAULILO; JEOLÁS, 1999). A vulnerabilidade social está atrelada tanto às dificuldades materiais para a sobrevivência, quanto a questões culturais, pois estas interferem na forma como as pessoas vivem (SEMZEZEM, ALVES, 2013).

Percebe-se assim, forte relação do conceito de vulnerabilidade com o de desenvolvimento humano adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nos Relatórios de Desenvolvimento Humano, onde consta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desde 1990. Essa ligação ocorre uma vez que o desenvolvimento se trata de um processo para ampliar as escolhas das pessoas a partir da remoção de privações, proporcionando oportunidades de elas terem uma vida longa e saudável, com liberdades sociais e políticas. Vale destacar que as privações às quais as pessoas são submetidas podem lhes tornar mais frágeis e suscetíveis a sucumbir à morte. Assim, os conceitos de vulnerabilidade e desenvolvimento humano se tornam

complementares, uma vez que a remoção das vulnerabilidades pode ampliar as oportunidades de terem uma vida digna, considerando aquilo que é necessário e o que se valoriza para viver.

Deste modo, o tema central de estudo consiste na mitigação de vulnerabilidade social dos catadores de materiais recicláveis, para promoção do desenvolvimento humano deles. Partindo dos dados apresentados por diversos autores transcritos neste trabalho, como Gonçalves *et al.* (2013) e Maciel *et al.* (2011) este grupo é afetado por algumas situações de vulnerabilidade socioeconômica. Estas vulnerabilidades estão associadas não apenas às situações de trabalho, como ambientes insalubres e perigosos, mas também a condições precárias de moradias, formas de preconceito, dificuldades de acesso a bens e serviços que lhes tragam bem-estar. Assim, a problemática deste trabalho consiste em responder a seguinte questão: como mitigar as condições de vulnerabilidade social a que são submetidos os catadores de materiais recicláveis da região centro sul cearense, proporcionando melhores condições de vida e promoção de desenvolvimento humano?

Tendo como base estas relações entre vulnerabilidades e desenvolvimento humano, o objetivo geral desta tese busca analisar os principais aspectos das condições de vida e de trabalho dos catadores de materiais recicláveis da região centro sul cearense, a fim de propor ações para mitigar as condições de vulnerabilidade social a que são submetidos, com o intuito de promover o desenvolvimento humano deles.

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: apresentar dados relacionados aos catadores de materiais recicláveis no Brasil, bem como à legislação vigente sobre a gestão dos resíduos sólidos, uma vez que este grupo de trabalhadores está inserido nesta cadeia produtiva; identificar os principais conceitos de vulnerabilidade e desenvolvimento humano, a partir de uma revisão bibliográfica, apontando as principais informações sobre este assunto; traçar o perfil socioeconômico destes catadores e caracterizar os locais onde os catadores desenvolvem as coletas na Região Centro Sul Cearense; identificar a existência de vulnerabilidades que os catadores possuem, bem como o seu impacto na promoção do desenvolvimento; apresentar propostas de ações específicas para a mitigação

destas vulnerabilidades, e que, conseqüentemente, irão impactar positivamente no desenvolvimento humano dos mesmos.

Desta forma, o problema de pesquisa, bem como os objetivos gerais e específicos estão propostos no sentido de verificar a validade da hipótese, que, para promover o desenvolvimento humano dos catadores, há necessidade de realizar a mitigação das vulnerabilidades existentes junto a eles. Para que isso ocorra, há necessidade de envolvimento dos catadores, da sociedade civil e dos setores público e privado.

Inserida na linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais, do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES, a análise deste grupo, em ambientes distintos, ajudará a compreender como potencializar a promoção do desenvolvimento humano, a partir de uma estrutura interdisciplinar. Condições que cursos de pós-graduação com características ambientais e interdisciplinares como o PPGAD da UNIVATES possuem.

Este trabalho está organizado em sete capítulos, sendo que o primeiro é esta introdução, com apresentação do tema, problema e objetivos. Na sequência estão as informações sobre os catadores de materiais recicláveis no Brasil, com as legislações nacionais e condições de vida e trabalho deles. No terceiro capítulo estão as contextualizações sobre os principais conceitos de vulnerabilidade e desenvolvimento humano abordados neste trabalho. No capítulo seguinte são descritos os métodos de pesquisa e análise utilizados nesta tese. Os capítulos cinco e seis se referem, respectivamente, à apresentação dos resultados e à discussão deles, finalizando o trabalho com as considerações finais e a confirmação da tese defendida.

2 CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Neste capítulo são abordados os temas atrelados às atividades laborais dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, bem como as legislações que envolvem esta cadeia produtiva, com foco nos catadores.

Na segunda metade do século XX, no Brasil, houve um crescimento populacional elevado (SILVA; BARBOSA, 2006), o que gerou um aumento desordenado das cidades e a gestão dos resíduos sólidos não acompanhou o ritmo. De acordo com Lisboa (2016), em 2015, 60% dos municípios brasileiros faziam a destinação dos resíduos sólidos em locais inapropriados, como lixões. Gonçalves et al. (2013) destacam a existência de problemas para a saúde humana decorrentes da exposição aos agentes contaminantes e poluentes nos lixões, mesmo com a execução de ações para eliminação destes, e estas condições são ainda piores nos pequenos municípios, devido à falta de controle da administração pública.

Tendo em vista esta situação, Feitosa (2018) ressalta a necessidade da implantação de uma estrutura de coleta seletiva com a finalidade de separar adequadamente os materiais com possibilidade de reuso ou reutilização pelos diversos setores da economia. Nos locais que possuem coleta seletiva, os resíduos recicláveis devem ser direcionados para áreas de triagem, onde são separados por tipo; os rejeitos seguem para o destino final (BRASIL, 2010). Enquanto na coleta convencional, os resíduos em sua totalidade são encaminhados para disposição final, que pode ser: aterro sanitário, aterro controlado, lixão a céu aberto ou incineração.

De acordo com o IPEA (2011), a maior dificuldade dos municípios na implantação da coleta seletiva é o elevado custo inicial, mas que, em parceria com as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, representa uma nova forma de tratar a questão dos resíduos sólidos com um custo menor e com inserção socioeconômica dos catadores. Nesse caso, os catadores de materiais recicláveis desempenham um importante papel na cadeia produtiva da reciclagem.

Percebe-se que, mesmo existindo várias leis, decretos etc., exigindo esforço dos entes públicos e privados para inserção dos catadores nas políticas de gestão dos resíduos sólidos, esta ação se mostra pouco efetiva, uma vez que poucos catadores estão inseridos nos escassos programas de coleta seletiva existentes. Conforme apresentado na sequência.

2.1. Catadores de materiais recicláveis no Brasil

Há indícios de que a função de catador exista desde o século XIX, mas é somente com o Movimento Comunidade dos Sofredores de Rua (MCSR), criado na década de 1980, em São Paulo, que foi percebida uma maior organização dos catadores no Brasil. Gonçalves et al. (2013) destacam que os catadores são frequentemente confundidos com a população em situação de rua. Esta questão pode estar relacionada às vestimentas e EPIs improvisados com materiais encontrados na coleta. Ressalta-se que não foram encontrados dados, no âmbito nacional, sobre a quantidade de moradores de rua que trabalham na coleta.

Em 1989, foi fundada a primeira cooperativa de catadores no país, a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis, em São Paulo (PINHEL, 2013). Bortoli, Reis e Tales (2019) destacam que a elevada criação de associações e de cooperativas no final do século XX e início do século XXI deve-se ao fato de serem alternativas aos trabalhadores desempregados melhorarem as receitas provenientes da comercialização. Os Autores indicam ainda que esta é uma estratégia de barateamento de encargos, uma vez que associações possuem algumas isenções fiscais.

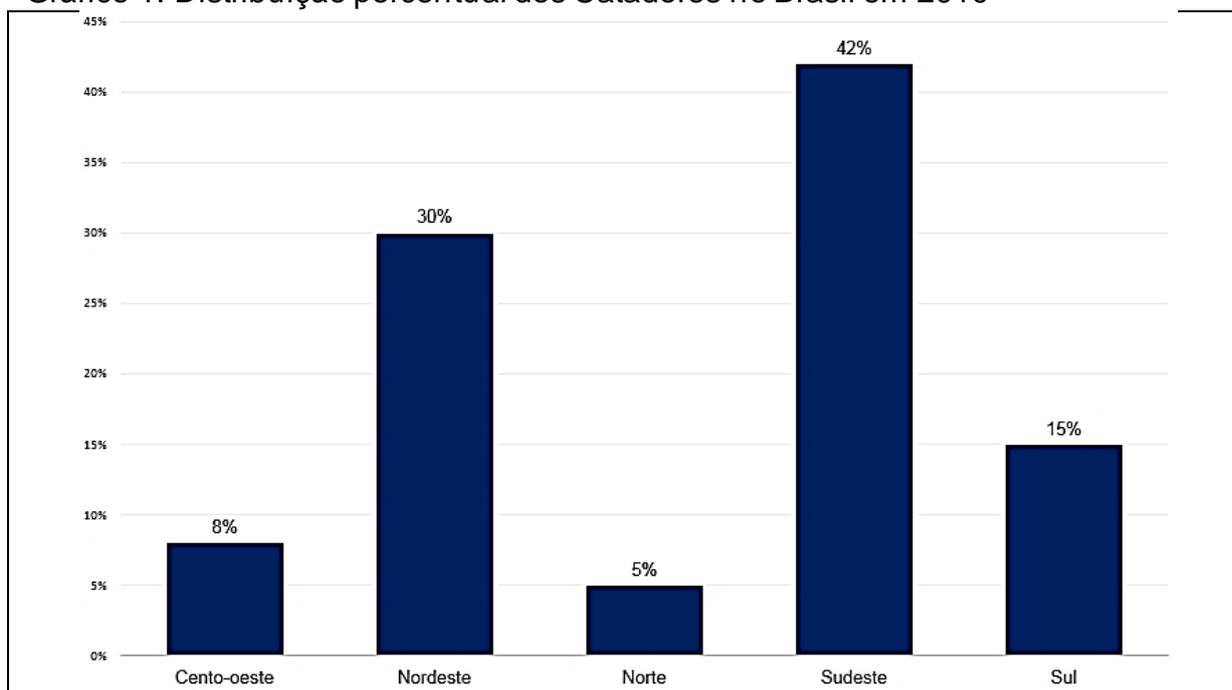
Com o crescimento da quantidade de catadores e empreendimentos voltados para esta cadeia produtiva, os catadores de materiais recicláveis, em 2002, receberam uma classificação específica como trabalhador. Até então, eles eram classificados como "lixeiros", como consta no censo demográfico de 1991, e ,no Censo de 2000, foram identificados como "catadores de sucatas" (IPEA, 2013). Com a Portaria nº 397 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), publicada no dia 09 de outubro de 2002, foi inserida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) a profissão de "catador de material reciclável", com o código 5192-5.15. Desta forma, a partir deste momento, os catadores passaram a ser reconhecidos oficialmente como uma categoria profissional, promovendo a valorização social do trabalho desta classe.

Em 1999, surgiu o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel em Belo Horizonte-MG. Mas foi oficialmente fundado em junho de 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília. Este evento reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras (MNCR, 2019), sendo o principal objetivo deste movimento a organização nacional dos grupos de catadores, buscando expor as necessidades da classe.

Contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis a partir da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, orientados pelos princípios que norteiam sua luta (autogestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo), estejam eles em lixões a céu aberto, nas ruas ou em processo de organização (MNCR, 2019).

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), quase 400 mil pessoas se identificaram como catadores, e, aproximadamente, metade trabalhava informalmente em lixões ou em vias urbanas. Destaca-se que as regiões Sudeste e Nordeste concentram aproximadamente 72% dos catadores do Brasil, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição percentual dos Catadores no Brasil em 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2010).

O MNCR (2019) aponta que esta quantidade pode ser muito maior devido à quantidade de catadores que não se identificou como catador junto ao IBGE. Pode ser coincidência ou percepção da força popular dos catadores, oriunda de uma década de organização do MNCR, mas é fato que o ano de 2010 foi o momento em que ocorreu a publicação de muitas legislações sobre gestão de resíduos sólidos e sobre os catadores.

2.1.1. Legislação brasileira e os catadores de materiais recicláveis

O ano de 2010 pode ser considerado o que teve maior atividade legislativa tanto na área de gestão de resíduos quanto voltada para os catadores de materiais recicláveis. Em 02 de agosto de 2010, ocorreu a publicação da Lei nº 12.305 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Legislação essa que trata sobre a gestão dos resíduos sólidos no país, reconhecendo a presença dos catadores neste processo como de fundamental importância. Destaca-se que o projeto desta lei foi protocolado no Senado com o nº 354, no ano de 1989 (SENADO, 2019), demonstrando a dificuldade na discussão e elaboração de leis voltadas a questões ambientais no Brasil.

Por outro lado, antes de 2010, houve vários atos legais que fazem relação

aos catadores, como o reconhecimento do catador de material reciclável como uma profissão em 2002 pelo MTE. No Quadro 1, segue um mapeamento com as principais legislações envolvendo a gestão de resíduos e os catadores no Brasil.

Quadro 1: Principais legislações brasileiras envolvendo a gestão de resíduos e os catadores

Ano	Legislação	Principais características
2003	Decreto presidencial, de 11 de setembro de 2003	Foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo (CIISC). Entre as finalidades do CIISC estão: a erradicação dos lixões, a inclusão social de catadores, a garantia de condições dignas de trabalho e de vida aos catadores e o apoio à gestão e destinação adequada dos resíduos sólidos nos municípios. Criação do Programa Resíduos Sólidos Urbanos. Revogado pelo Decreto nº 7.405/2010.
2006	Decreto nº 5.940, de 26 de outubro de 2006	Instituiu a coleta seletiva em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal (direta e indireta). O documento obriga a destinação do material reciclável, devidamente separado a cooperativas e associações de catadores locais.
2007	Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007	Institui as diretrizes para a Política Nacional de Saneamento Básico. O Artigo 57, XXVII autoriza a dispensa de licitação para contratação de associações ou cooperativas de catadores para o serviço de coleta seletiva pelo poder público municipal.
2010	Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Uma das principais inovações foi a introdução do conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Esta lei determina a responsabilidade de todos os atores envolvidos no processo de fabricação, descarte e reciclagem dos resíduos após sua utilização pelo consumidor final.
2010	Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010	Regulamenta a Lei nº 12.305/2010 e cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa.
2010	Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010	Institui o Programa Pró-Catador. Este programa permite a assinatura de convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação, termos de parceria, ajustes ou outros instrumentos de colaboração, entre o poder público (Federal, Estadual ou Municipal) e entidades sem fins lucrativos que atuem na incubação, capacitação, assistência técnica às organizações produtivas de catadores.
2010	Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010	Art. 5º Os estabelecimentos industriais farão jus, até 31 de dezembro de 2018, a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos. III - somente poderá ser usufruído se os resíduos sólidos forem adquiridos diretamente de cooperativa de catadores de materiais recicláveis com número mínimo de cooperados pessoas físicas definido em ato do Poder Executivo, ficando vedada, neste caso, a participação de pessoas jurídicas;

Fonte: MMA (2019); IPEA (2013); Brasil (2003; 2006; 2007; 2010).

Percebe-se, no quadro acima, que desde 2003 existe um Comitê Interministerial dentro do governo para promover ações de aperfeiçoamento da gestão de resíduos no país, bem como a inserção dos catadores de materiais recicláveis nesta cadeia produtiva, com a promoção da geração de renda e inclusão social.

O ano de 2010 foi o marco legislativo mais movimentado para a gestão de resíduos sólidos, pois, 20 anos após protocolado o projeto de lei, a Lei nº 12.305/2010 foi aprovada e sancionada, juntamente com outros decretos importantes. Mas, para se obter êxito na gestão dos resíduos sólidos, há necessidade de que municípios insiram os catadores já existentes nos programas de coleta seletiva juntamente com a execução de políticas de inclusão social.

A Lei nº 12.305/2010 reconhece o resíduo sólido reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda, bem como promotor de cidadania. O artigo 18º da Lei nº 12.305/2010 concede a prioridade de acesso aos recursos da União aos municípios que “implantarem a coleta seletiva com a participação das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (BRASIL, 2010).

Juntamente com a regulamentação da Lei nº 12.305/2010, pelo Decreto nº 7.404, no mesmo dia, em 23 de dezembro de 2010, foi sancionado o Decreto nº 7.405, que institui o programa Pró-Catador. Este programa trata da necessidade da capacitação e apoio à gestão das associações e cooperativas de catadores. "O Programa Pró-Catador poderá ser realizado em cooperação com órgãos ou entidades da administração pública federal e órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios que a ele aderirem" (BRASIL, 2010a), sendo objetos deste programa:

- I - capacitação, formação e assessoria técnica;
- II - incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem;
- III - pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- IV - aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem pelas cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

- V - implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VI - organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VII - fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem;
- VIII - desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à agregação de valor ao trabalho de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis; e
- IX - abertura e manutenção de linhas de crédito especiais para apoiar projetos voltados à institucionalização e fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

O programa executou diversas ações desde a sua criação, porém com maior visibilidade se destacam as três edições do Prêmio Cidade Pró-Catador, nos anos de 2013, 2014 e 2015, com "o objetivo de reconhecer boas práticas dos municípios voltadas para a inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis" (SECRETARIA, 2019).

Após a promulgação da Lei nº 12.305, em 2010, e sua regulamentação no mesmo ano, foi publicado, em 2012, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, documento de abrangência nacional relacionado à gestão de resíduos sólidos, com diversas diretrizes e estratégias. Como forma de identificar como esta legislação pode influenciar na vida dos catadores, no Anexo I, foram agrupadas as 21 diretrizes e estratégias que fazem referência aos catadores dentro da PNRS.

De acordo com Bortoli, Reis e Teles (2019, p. 92), o trabalho de coleta de materiais recicláveis realizado pelos catadores "é aceito pelo Estado, respaldado pelas empresas e útil para toda sociedade", sendo uma alternativa a elevação dos níveis de desemprego no país podendo ser considerado objeto de políticas de geração de trabalho e renda, somado à preservação ambiental.

O objetivo da inclusão dos catadores num Plano Nacional que trata sobre a gestão de resíduos sólidos está alicerçado em dois pilares. O primeiro, é permitir que os catadores auxiliem o Governo Federal, Estadual e Municipal na destinação correta a cada tipo de resíduo sólido. O segundo, é a geração de renda e inclusão social dos catadores. Neste sentido, as estratégias elencadas acima pretendem atender 600 mil catadores até 2031. O referido Plano considera como exemplos de políticas públicas voltadas aos catadores de materiais recicláveis, para o alcance das metas propostas:

- Destinação de mais de 280 milhões de reais para ações voltadas aos catadores de materiais recicláveis entre 2003 e 2010.
- Constituição do Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC) em 2003, e a formação de sua secretaria executiva em 2007.
- A proposta de uma política de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos – PSAU, com a previsão de remuneração dos catadores pelos serviços ambientais resultantes de sua atividade.
- Instituição do Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores (BRASIL, 2012, p. 26).

Ao pesquisar dados sobre a execução das metas estipuladas pelo PNRS, não se encontrou valores ou quantidade de catadores beneficiados no período pesquisado. Ao realizar uma solicitação ao Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) em 07/02/2019, foi informado que as ações são realizadas por diversos órgãos da administração direta, inclusive com incentivos fiscais a empresas privadas que beneficiam os catadores. Assim, o governo não possui esta informação de forma agrupada para monitoramento das ações. Mas foi informado que, entre os anos de 2010 e 2017, foram executadas obras de construção e/ou ampliação de 70 galpões de triagem em 14 estados, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional. Foi estimado que 115.538 catadores se beneficiaram com estas ações. Esta informação demonstra a desarticulação entre os agentes governamentais no planejamento, execução e gestão de políticas públicas, bem como dos resultados delas.

2.1.2. Condições de vida e trabalho dos catadores

Em vários trabalhos são encontrados relatos de situações de extrema pobreza e vulnerabilidade socioeconômica que afetam os catadores, como a busca da sobrevivência imediata por meio do consumo de alimentos encontrados no lixo (GONÇALVES *et al.*, 2013; MACIEL *et al.*, 2011). Os autores relatam também a percepção dos próprios catadores quanto às formas de preconceitos por parte da população ao serem vistos nas vias públicas trabalhando, com nomes degradantes, como lixeiro, urubu e mendigo, tornando-os marginalizados junto à sociedade.

Moura, Serrano e Guarnieri (2016) destacam que o trabalho dos catadores está atrelado à parcela da população que não consegue postos de trabalho formais. Sendo que alguns catadores veem na coleta de materiais recicláveis uma condição de sobrevivência, uma opção ao desemprego e que se tivessem a oportunidade de

trabalhar em outra atividade o fariam. Esta situação pode ser relacionada em sua maioria ao baixo nível de escolaridade, à baixa qualificação profissional e à elevada faixa etária. Contudo, Maciel *et al.* (2011, p. 77) relatam a opção de alguns catadores pela atividade devido à liberdade e flexibilidade de horários no trabalho, conforme exposto na fala de um catador: “porque a gente não tem chefe, trabalha o dia que quer, na hora que quer; se você for trabalhar numa firma, tem que ter hora de entrar e de sair”.

Mazzarino *et al.* (2013, p. 130) expõem que as principais dificuldades no trabalho da coleta estão atreladas a diversos pontos como:

“Tem muita gente recolhendo [...] somos largados, ninguém faz nada por nós. Somos rebaixados, discriminados”; “Tem muita gente que não respeita nosso serviço [...]. Achem que a gente vai roubar”; “Eu não acho que é difícil”; “Não tenho carrinho, só sacolas”; “Tem que cuidar da doença do rato”; “É ruim quando chove. Os homens lá da política ambiental são bastante agressivos, não sabem explicar numa boa”. As falas indicam como principais dificuldades as relações humanas desiguais, a questão da saúde no trabalho, o desrespeito da parte da gestão pública e a falta de equipamento adequado para o trabalho (Mazzarino *et al.*, 2013, p. 130).

Estas dificuldades verificadas pelas autoras, denotam uma situação de abandono social, também percebida por Gonçalves *et al.* (2013), principalmente por parte dos entes públicos, onde os catadores relatam a ausência de ações de apoio social, uma vez que os catadores que trabalham em lixões estão inseridos em uma área de controle das prefeituras, e, em tese, tudo o que ocorre nestes locais deveria ser de seu conhecimento e de sua responsabilidade.

Schauren Junior e Mazzarino (2013) indicam que é fundamental investir na capacidade criativa dos catadores, empoderando-os e valorizando o capital social, para que eles se reconheçam cidadãos responsáveis e capazes de organizarem-se em redes de cooperação, que resultem em processos de cidadania. Abramovay (2002) destaca que desenvolver o capital social implica proporcionar a elevação da participação dos atores na procura de soluções dos seus problemas, além de criar, fortalecer e ampliar suas redes sociais de cooperação, buscando aumentar os recursos materiais e simbólicos.

Gonçalves *et al.* (2013, p. 245) relatam que o processo de trabalho dos catadores no lixão de Ipameri-GO é dividido em três fases:

(I) na primeira, é realizada a coleta de materiais recicláveis ou de interesse pessoal dos catadores, tais como utensílios domésticos e alimentos, em meio a toda espécie de resíduos descarregados pelos caminhões; (II) na segunda, é realizado o armazenamento do material recolhido num espaço individual delimitado pelo catador; e (III) na terceira, é feita a comercialização destes materiais junto aos intermediários, utilizando-se com frequência o BIG BAG – uma saco com grande volume, fornecido pelas empresas compradoras de recicláveis (GONÇALVES et al. 2013, p. 245).

A primeira etapa expõe um elevado risco à saúde, que revela de forma visível a desigualdade social no país, tendo em vista que o alimento, que não serve mais para uma determinada camada da sociedade, é consumido por outra, somado aos diversos contaminantes que aquele alimento pode ter sido exposto.

Percebe-se que muitas associações e cooperativas trabalham no lixão a céu aberto, em condições de elevada vulnerabilidade, demonstrando que, mesmo de forma organizada, estes trabalhadores não conseguem superar as injustiças sociais de pobreza e extrema pobreza (MOURA, SERRANO, GUARNIERI, 2016). Os autores afirmam ainda que esta situação é decorrente de alguns fatores como o baixo valor proveniente da venda dos materiais coletados e a ausência de comercialização direta com a indústria, fazendo com que os catadores fiquem presos aos atravessadores que pagam baixos preços.

Por outro lado, Hahn (2017) destaca em seu estudo que foi verificado que os catadores inseridos nos empreendimentos cooperativos apresentam melhorias nas condições de vida em diversas dimensões, como saúde, educação, participação comunitária e política. Estas melhorias estão diretamente relacionadas às oportunidades que as pessoas têm dentro destes empreendimentos em relação ao trabalho individual.

Segundo o IPEA (2013), a situação de organização coletiva dos catadores no Brasil é muito crítica, visto que apenas 10% estão reunidos formalmente e a maioria destas organizações não possuem estrutura adequada, seja financeira, material ou social. Esta baixa adesão ao trabalho coletivo entre os catadores pode ser atribuída a diversos fatores, dentre os quais pode-se citar os seguintes:

I) muitos catadores preferem atuar sozinhos, em nome de uma suposta autonomia na gestão de seu tempo e do resultado de seu trabalho; II) há uma desinformação muito grande quanto às exigências para constituição de cooperativas e associações; III) o processo de criação desses empreendimentos exige conhecimento técnico especializado, tanto na sua constituição quanto na sua gestão, o que requer dos catadores o

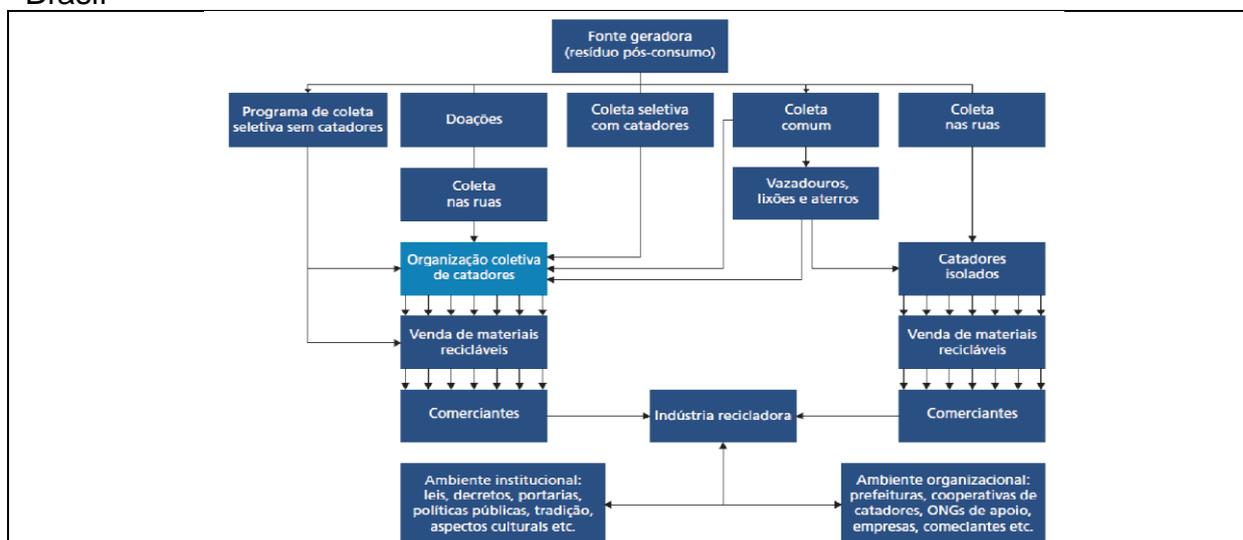
estabelecimento de parcerias que lhes garantam o assessoramento técnico necessário; IV) muitos catadores enxergam as cooperativas como um agente externo, não têm a consciência que elas são formadas e geridas por eles próprios, que são os verdadeiros donos do empreendimento (IPEA, 2013, p. 21).

Bortoli, Reis e Teles (2019, p. 97) afirmam que "organizar os catadores em associações e cooperativas que assumam os contratos de prestação de serviços não é tarefa simples", sendo que relatam que muitos catadores desejam ter a liberdade de trabalhar nos horários que lhes convêm, ou que lhes sejam mais aprazíveis (MAZZARINO *et al.*, 2013).

Diante desta situação de execução de políticas públicas voltadas para os catadores, Cerqueira-Streit e Guarnieri (2013) apontam que o programa CATAFORTE promoveu apoio a várias cooperativas do país, mas que estes esforços ainda não conseguem atingir todas as cooperativas. Além de inexistir dados de apoio aos catadores não cooperados, demonstrando a necessidade de ampliação de ações de suporte aos catadores como um todo. Tendo em vista que, com a obrigatoriedade de fechamento dos lixões, deve-se considerar que nem todos os catadores migrarão para os galpões de triagem.

O IPEA (2013) apresenta um fluxograma da cadeia de valor da reciclagem de materiais recicláveis no Brasil, demonstrando a presença dos catadores organizados ou isolados em todos os formatos de coleta, seja na coleta seletiva ou na convencional, conforme verificado na Figura 1:

Figura 1: Fluxograma da cadeia de valor da reciclagem de materiais recicláveis no Brasil



Fonte: IPEA (2013, p.12).

Na Figura 1, percebe-se a importância dos catadores na cadeia produtiva da reciclagem, tendo em vista que sem eles, pouquíssimos resíduos retornariam para a indústria recicladora. Por outro lado, percebe-se a existência de muitas etapas, o que faz com que os valores a serem pagos aos catadores sejam reduzidos. Talvez o maior ganho com a organização dos catadores em associações ou cooperativas seja a possibilidade de venda diretamente para a indústria. Mas isso requer um nível de gestão relativamente elevado, o que revela um dos principais motivos da negociação com os comerciantes, mesmo quando existem associações ou cooperativas que possuem galpão de triagem em funcionamento.

A Figura 1 mostra que as cooperativas e associações de catadores, na prática, operaram em paralelo com a gestão formal de resíduos sólidos urbanos, que geralmente é realizada pelas prefeituras. Considerando a implantação da PNRS esta situação deve ser formalmente organizada, buscando inserir os catadores não apenas no processo, mas nos custos desta coleta, uma vez que se não houvesse a participação dos mesmos, o governo local deve realizá-la de algum modo (MOURA, SERRANO e GUARNIERI; 2016).

Guarnieri e Cerqueira-Streit (2015) afirmam que os catadores apontam alguns pontos positivos sobre a implantação da coleta seletiva regulamentada pela PNRS, como: o aumento da segurança no trabalho e a redução dos riscos de doenças como resultado de uma infraestrutura adequada. No entanto, com o fechamento do lixão somado à incerteza relacionada às decisões do governo municipal, a relação Catador *versus* Governo torna-se instável, uma vez que no lixão eles têm a certeza do material que pode ser coletado e comercializado.

Diante do exposto, verifica-se a existência de peculiaridades que colocam os catadores em situação de vulnerabilidade socioeconômica, seja pela baixa renda obtida através da venda dos materiais coletados, seja pela situação degradante e periculosa dos locais de trabalho ou de outras situações de risco oriundas das histórias de vida de cada um.

3 VULNERABILIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Neste capítulo estão dispostos os conceitos de vulnerabilidade e de desenvolvimento humano utilizados nesta tese, bem como a relação destes conceitos com as condições de vida dos catadores de materiais recicláveis.

O termo vulnerabilidade é utilizado para relatar a fragilidade de algo, alguém ou situação, podendo ser confundido como algo que as pessoas possuem ou não, mas está relacionado a determinadas condicionantes que são submetidas e que podem ser revertidas ou mitigadas (PAULILO; JEOLÁS, 1999).

Vasconcelos *et al.* (2018) fazem a seguinte distinção: vulnerabilidade ambiental é aquela que trata da possibilidade de catástrofes naturais, como deslizamentos de terra, tempestades, furacões, entre outras que podem atingir pessoas. Quanto à vulnerabilidade de saúde, está relacionada diretamente com o risco de acometimento de enfermidades, contaminação por agentes nocivos à saúde, acidentes que afetem a saúde física ou mental etc. Para Monteiro (2011), a vulnerabilidade social é compreendida a partir de um conjunto de condições que expõem as pessoas a diversos riscos relacionados aos recursos materiais e simbólicos, bem como o acesso a oportunidades. Monteiro destaca que:

a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições (MONTEIRO, 2011, p. 34).

Abramovay (2002) aponta que os primeiros estudos relacionados à vulnerabilidade social foram motivados principalmente pela preocupação em ter uma abordagem não somente do fenômeno da pobreza, mas também das diversas

modalidades de desvantagem social. Por outro lado, Semzezem e Alves (2013) destacam que a vulnerabilidade social está vinculada tanto a situações de empobrecimento dos indivíduos, com a verificação de dificuldades materiais para a sobrevivência, como, também, relacionando-se a questões culturais, pois estas interferem na forma como as pessoas vivem.

Abramovay (2002) ao tratar sobre violência e vulnerabilidade social na América Latina, considera que a redução das vulnerabilidades sociais deve estar atrelada ao bem-estar social e econômico. Onde, em cenários ideais, as funcionalidades do governo são complementadas por fortes relações sociais, que por sua vez, a soma dos dois conseguem produzir resultados positivos para solucionar os problemas apresentados.

No Brasil, em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), ressaltando a importância da política de assistência social, como ferramenta de proteção social, garantindo direitos, condições dignas de vida, emancipação e autonomia das pessoas consideradas socialmente vulneráveis. A PNAS (MDSCF, 2005) coloca como função dos entes Municipais, Estaduais e Federal a obrigação de garantir a segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), de acolhida, de convívio ou vivência familiar, a partir de ações de promoção à proteção social. Deste modo, a (PNAS) classifica como vulneráveis:

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (MDSCF, 2005, p. 33).

Dentro dos dados apresentados pelo IPEA (2011; 2013) e IBGE (2010), muitos catadores podem ser considerados vulneráveis pela PNAS, a partir do seguinte enquadramento legal: inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal, trabalho em ambientes insalubres, exclusão pela pobreza e fragilidade das relações sociais.

A partir dos conceitos de vulnerabilidade apresentados, percebe-se que a remoção de vulnerabilidades está diretamente relacionada à promoção do

Desenvolvimento Humano, considerando o conceito adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nos Relatórios de Desenvolvimento Humano e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), desde 1990. Como definição de Desenvolvimento Humano, este relatório considera que o desenvolvimento é:

um processo de ampliar as escolhas das pessoas. As mais críticas são levar uma vida longa e saudável, ser educados e desfrutar de um padrão de vida decente. Escolhas adicionais incluem liberdade política, direitos humanos garantidos e autoestima¹ (PNUD, 1990, p. 10, tradução nossa).

Ressalta-se que este conceito foi apresentado pelo economista Mahbub UI Haq, que por sua vez teve influência da Abordagem das Capacitações desenvolvida pelo economista Amartya Sen, um dos integrantes de sua equipe.

Vale destacar que, em relação à Abordagem das Capacitações, Amartya Sen e Martha Nussbaum ganharam maior notoriedade neste assunto. Estes autores relacionam o desenvolvimento humano a questões como pobreza extrema, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica. Consideram ainda que analisar apenas o nível de renda das pessoas é insuficiente para verificar a promoção do desenvolvimento dos indivíduos, tendo necessidade de analisar outras dimensões como ter liberdade social e política, alimentação adequada, ser saudável etc.

Sen (2007) destaca que a renda deve ser vista como meio para se conquistar outras coisas, e não um fim em si mesmo. Uma vez que os recursos monetários devem ser considerados importantes pelo que se consegue em troca, como alimentação, bens de consumo, entre outros itens necessários para se viver. Sendo que a renda é importante, mas não é suficiente para se promover o desenvolvimento.

Para o autor, a promoção do desenvolvimento está relacionada diretamente com a remoção de privações que as pessoas podem ter. O autor relata que uma grande quantidade de pessoas no mundo são vítimas de diversas formas de privações de liberdade como “fomes coletivas [...], negando a milhões a liberdade básica de sobreviver”, além de “pouco acesso a serviços de saúde, saneamento

¹ Human development is a process of enlarging people's choices. The most critical ones are to lead a long and healthy life, to be educated and to enjoy a decent standard of living. Additional choices include political freedom, guaranteed human rights and self respect.

básico ou água tratada” (SEN, 2007, p. 29). Assim, Sen (2001; 2007) justifica que se deve compreender o desenvolvimento a partir da mitigação das privações, sendo que “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2007, p. 33).

Comim (2021) faz uma leitura do que Sen (2007) quis falar quando relacionou a promoção de desenvolvimento humano ao bem-estar social, ele considera que:

Para saber se uma pessoa tem uma boa vida ou não, ou se uma sociedade está indo bem ou não, é necessário olhar não somente para os recursos que ela tem a sua disposição ou seu estado subjetivo – do que sentem e dizem as pessoas sobre sua situação – mas para as suas capacitações. Isto é, para o conjunto de liberdades substantivas que ela possui (COMIM, 2021, p. 13).

Assim o desenvolvimento humano deve ser visto a partir da promoção do bem-estar social, associado ao que as pessoas valorizam para suas vidas, junto com a promoção de autonomia social dos indivíduos. Para Sen (2001; 2007), o desenvolvimento humano deve ser analisado de forma individual, levando em conta tanto aquilo que se é necessário para viver, como aquilo que os indivíduos valorizam. Por esta razão, Sen evita estipular uma lista de privações individuais, mas sim dimensões para promoção do Desenvolvimento Humano, as quais chamou de Liberdades Instrumentais: 1-facilidades econômicas; 2-garantias de transparência; 3-liberdades políticas; 4-oportunidades sociais; e, 5-segurança protetora (SEN, 2007). Como segue:

- Facilidades econômicas: são as possibilidades que as pessoas possuem de utilizar os recursos econômicos para o consumo, produção ou troca, de modo que lhes satisfaçam;

- Garantias de transparência: está relacionada diretamente à interação entre os indivíduos, onde a sociedade opera com a presunção básica de confiança de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza;

- Liberdades políticas: relaciona-se à oportunidade que os indivíduos possuem de escolher quem deve governar, propor-se a representar um grupo de pessoas ou a si próprio apenas, de acordo com os princípios que acharem

importantes, sem agredir os direitos dos outros. Bem como, ter o direito de fiscalizar e criticar por meio da expressão política de uma imprensa livre e sem censura;

- Oportunidades sociais: estas influenciam na liberdade substantiva do indivíduo de viver melhor através das disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, moradia etc.;

- Segurança protetora: relaciona-se à segurança social de polícia, bem como a fatores que possam fazer com que o indivíduo venha sucumbir à morte, ou à miséria e à fome, sejam por conta de catástrofes repentinas, desastres naturais ou devido a graves problemas sociais, como desempregos ou renda insuficiente para viver.

O autor afirma que estas cinco liberdades não são uma lista fechada e que o pesquisador deve ter a sensibilidade de verificar a possível existência de outras dimensões que possam impactar nas vidas de determinado grupo de pessoas. Sen considera que cada liberdade isolada não é capaz de promover a dignidade humana plena, devendo ser proporcionada em conjunto.

Em relação às cinco liberdades instrumentais de Sen (2007), Nussbaum (2013) defende uma lista com dez capacidades centrais: 1-vida; 2-saúde física; 3-integridade física; 4-sentidos, imaginação e pensamento; 5-emoções; 6-razão prática; 7-afiliação; 8-outras espécies; 9-lazer; 10-controle sobre o próprio ambiente. Suas capacidades centrais são resumidas da seguinte forma:

1. Vida: Ter capacidade de viver até o fim de uma vida humana de duração normal; não morrer prematuramente.
2. Saúde física: Ser capaz de ter boa saúde, incluindo a saúde reprodutiva; de receber uma alimentação adequada; de dispor de um lugar adequado para viver.
3. Integridade física: Ser capaz de se movimentar livremente de um lugar a outro; de estar protegido contra ataques de violência.
4. Sentidos, imaginação e pensamento: Ser capaz de usar os sentidos, a imaginação, o pensamento e o raciocínio - e fazer essas coisas de um modo verdadeiramente humano, um modo informado e cultivado por uma educação adequada, incluindo, sem limitações, a alfabetização e o treinamento matemático e científico básico.
5. Emoções: Ser capaz de manter relações afetivas com coisas e pessoas fora de nós mesmos; amar aqueles que nos amam e que se preocupam conosco.
6. Razão prática: Ser capaz de formar uma concepção de bem e de ocupar-se com a reflexão crítica sobre o planejamento da própria vida.

7. Afiliação: Ser capaz de viver com e voltado para outros, reconhecer e mostrar preocupação com os outros seres humanos. [...] Ter as bases sociais de autorrespeito e não humilhação; ser capaz de ser tratado como um ser digno cujo valor é igual ao dos outros.

8. Outras espécies: Ser capaz de viver uma relação próxima e respeitosa com animais, plantas e o mundo da natureza.

9. Lazer: Ser capaz de rir, brincar, gozar de atividades recreativas.

10. Controle sobre o próprio ambiente. A-Político: Ser capaz de participar efetivamente das escolhas políticas que governam a própria vida; ter o direito à participação política, proteção de liberdade de expressão e associação. B-Material: Ser capaz de ter propriedade (tanto bens imóveis quanto móveis) e ter direitos de propriedade em base igual à dos outros. [...] No trabalho, ser capaz de trabalhar como ser humano, exercendo a razão prática e participando de relacionamentos significativos, de reconhecimento mútuo com demais trabalhadores (NUSSBAUM, 2013, p. 91-93).

Percebe-se nas capacidades humanas centrais, apresentadas por Nussbaum, que elas têm uma relação direta com o que as pessoas devem ter e ser. A autora considera que esta é uma lista aberta e sujeita à revisão. Por outro lado, afirma que a ideia central de cada uma destas capacidades é que se "imaginarmos uma vida sem a capacidade em questão, concluiríamos que tal vida não é uma vida apropriada à dignidade humana" (NUSSBAUM, 2013, p. 93). Assim, ela propõe que as pessoas tenham o mínimo para viver dignamente.

Fazendo um paralelo entre Nussbaum e Sen, é aparente que a lista das capacidades centrais é mais específica, enquanto algumas liberdades instrumentais são mais genéricas. Mas ambas são abrangentes e conseguem captar várias dimensões da vida humana. Verifica-se que as questões voltadas à afiliação, emoções, razão prática, lazer, sentidos, imaginação e pensamento, por exemplo, expostas por Nussbaum. Assim, Nussbaum (2013) considera que para haver uma vida digna, há necessidade de atender à lista das capacidades centrais, por outro lado, Sen (2007) atribui um papel importante nas realizações das escolhas dos indivíduos no processo de promoção do desenvolvimento, exercendo a sua condição de agente.

Comim (2021) faz um apanhado da teoria da Abordagem das Capacitações do Sen e elabora uma lista com as dez máximas acerca do desenvolvimento humano, as quais são expostas no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: As 10 máximas de Sen sobre o Desenvolvimento Humano

<p>Máxima 1: vantagens individuais e realizações sociais devem ser avaliadas prioritariamente pelas liberdades substantivas que contemplam; tudo se trata das capacitações que temos para levar o tipo de vida que temos razões para valorar;</p> <p>Máxima 2: as liberdades podem ser de vários tipos e devem ser vistas segundo os seus aspectos de oportunidade (centradas naquelas oportunidades valoradas pelas pessoas) e seus aspectos de processo (como participação em escolhas políticas);</p> <p>Máxima 3: sua abordagem focada na liberdade tenta resolver as tensões entre eficiência e igualdade, mas não a partir de nenhuma fórmula específica. O importante é contemplar não apenas considerações agregativas, mas distributivas na avaliação do desenvolvimento;</p> <p>Máxima 4: cabe à escolha social e a democracia, movidas por processos participativos, definirem as prioridades sociais;</p> <p>Máxima 5: focar nas injustiças é a maneira mais fácil de fazer valer a justiça, pois é aqui que o acordo argumentado pode ser possível, por ser mais fácil de chegar;</p> <p>Máxima 6: o reconhecimento das injustiças depende da prática do debate público e da análise das possibilidades;</p> <p>Máxima 7: direitos civis básicos e liberdades políticas são indispensáveis para a configuração de valores sociais importantes; de fato são constitutivos do processo de desenvolvimento;</p> <p>Máxima 8: a abordagem que ele propõe para a justiça e para o desenvolvimento, centrada nas liberdades substantivas, foca na autonomia e no julgamento prático dos indivíduos, por isso a responsabilidade das pessoas tem que ser parte dessa equação;</p> <p>Máxima 9: há um claro elo entre a natureza dos arranjos sociais, as capacitações que uma pessoa tem e suas responsabilidades individuais;</p> <p>Máxima 10: o empoderamento das mulheres é crucial ao desenvolvimento humano.</p>
--

Fonte: Comim (2021, p. 170).

O Quadro 2 apresenta o quão importante são as liberdades individuais, focando na autonomia e julgamento prático dos indivíduos. Sobre isso, Comim (2021) traz um relato sobre os valores da escolha e a necessidade de conhecimento que os indivíduos devem ter ao fazer suas escolhas, para que estas possam atender tanto as suas necessidades básicas quanto às eletivas. No exemplo a seguir, ele cita a escolha de instalação de uma igreja ao invés do fornecimento de água potável.

Conto uma história. Lá por 2004, o PNUD do México me convidou para dar uma palestra sobre a abordagem das capacitações. No final da palestra chegou um gestor de políticas de uma localidade próxima a Cidade do México e me colocou a seguinte questão: “professor, entendi esse conceito da agência para o Sen, mas há alguma possibilidade de ele estar errado nessa questão? Nossa cidade sofre muito com a falta de água potável e nos parece óbvia a necessidade de resolver esse problema. Mas como tínhamos pessoas na equipe que rezavam pela cartilha do desenvolvimento humano resolvemos fazer uma consulta popular na nossa cidade para decidir como iríamos distribuir o nosso orçamento. *Sin embargo*, as pessoas escolheram, para nossa grande surpresa, usar o dinheiro para construir uma igreja. Mas elas não precisam de igreja! Elas precisam de água limpa! Temos uma alta mortalidade infantil pela falta de água e muitos problemas de saúde de nossa população devidos à má qualidade de nossa água. O Sen não está errado?”, disse ele.

A verdade é que eu nunca superei essa pergunta. Mas vou contar o que eu respondi. Eu disse: “para poder julgar temos que estar cientes do significado que essa igreja pode ter para as pessoas; pode ser que a igreja represente um sentido de coletividade e pertencimento que seja muito necessário para as pessoas; pode ser que a igreja dê uma esperança em uma vida melhor ou forneça mecanismos para lidar com a vida atual” (enquanto eu respondia eu pensava, “comida é pasto, bebida é água, você tem fome de quê?”, para os mais jovens recomendo que escutem os Titãs!) (COMIM, 2021, 187).

Como ele relata o seu pensamento sobre o trecho da música, comida e bebida são coisas essenciais para a vida, mas conforme ele escreve que essa escolha pode ter um sentido para que aquelas pessoas possam continuar tendo forças para viver. Mas isso não significa que o poder público não tenha responsabilidade sobre a indisponibilidade das condições mínimas de vida, como o fornecimento de água potável. Neste sentido Comim (2021, p. 188) afirma que ambas as ações são importantes, mas “não quer dizer que não faça sentido concentrarmos nossa atenção normativa (e as políticas públicas) nas injustiças e nas situações extremas, onde podemos mais facilmente concordar sobre o que fazer.”

De acordo com Comim (2021, p. 26), Sen “nos convida a pensar sobre aquelas coisas simples e importantíssimas na vida, como a nutrição e a companhia das pessoas que amamos”. Neste sentido, ele engloba questões bem abrangentes para a vida, a primeira remete ao que é necessário à vida, entrando aqui tudo que se relaciona à saúde, a segunda está atrelada a uma condição de afeto e valorização do indivíduo.

Assim, Ranis, Stewart e Samman (2006) vislumbram a necessidade de outras dimensões, como o bem-estar mental, que pode estar ligado ao índice de suicídios de um país. Os estudos destes autores demonstram que o conceito do desenvolvimento humano não se limita à renda per capita das pessoas e que há necessidade de analisar as dimensões sempre em conjunto, verificando a relação entre elas. No caso do suicídio, os autores abordam situações em que os indivíduos vivem em países considerados desenvolvidos, mas possuem números elevados de pessoas que decidem tirar suas próprias vidas, podendo estar ligados a vários fatores que necessitam de análise específica para cada grupo social. Neste sentido, Comim (2018) destaca que há necessidade de utilizar várias fontes de dados, a fim de poder desvendar os diferentes níveis de informações, buscando compreender as

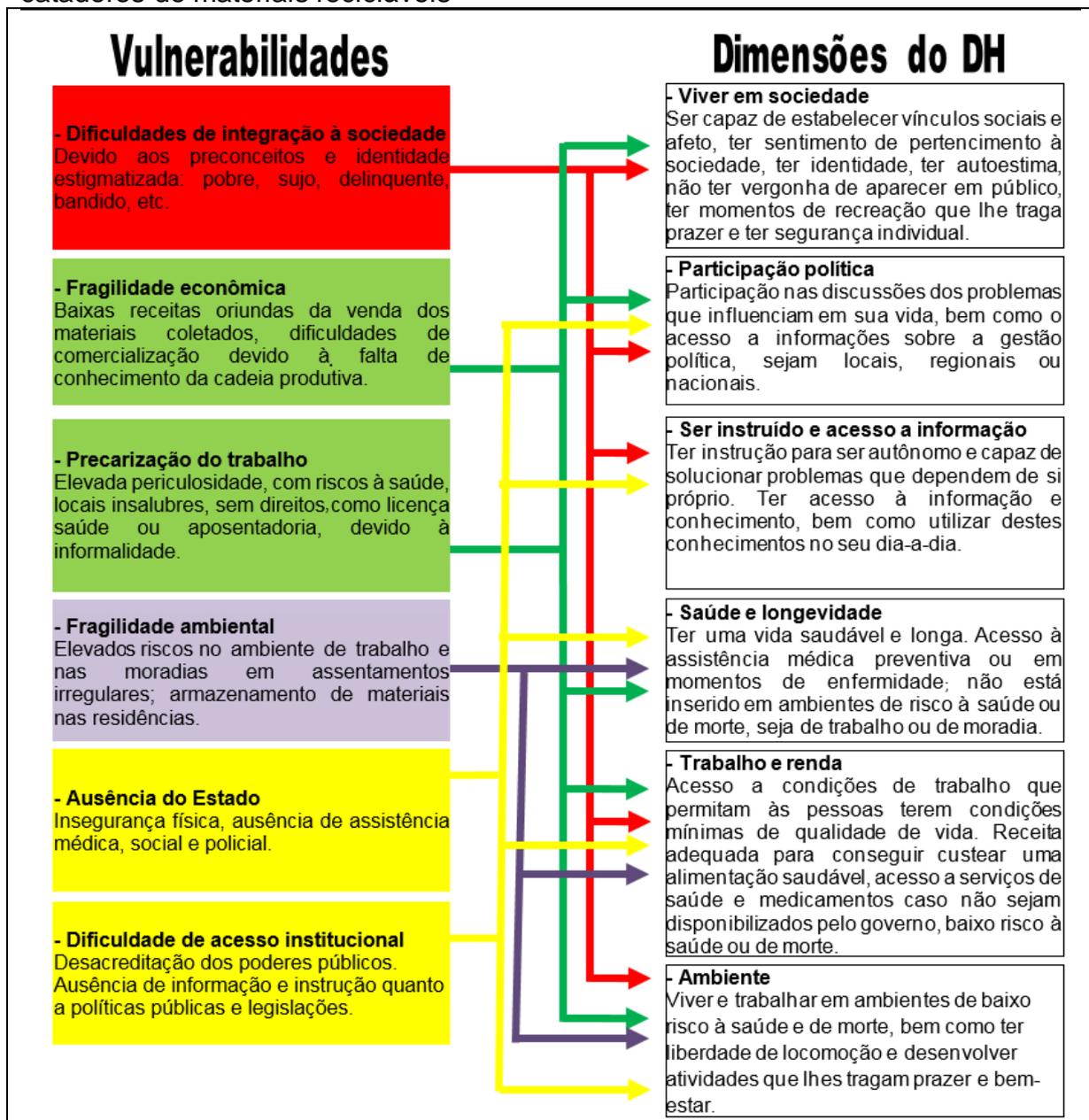
diversas histórias e a influência destas no que estes grupos valorizam em suas vidas, podendo fornecer de forma analítica uma reflexão sobre o desenvolvimento humano multidimensional.

Carmo e Guizardi (2018, p. 9) destacam que apoiar o desenvolvimento de capacidades humanas "pressupõe adesão a uma vertente protetiva que admite a existência de ativos e o benefício de fortalecê-los para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade pelos sujeitos", promovendo a ampliação de oportunidades para as pessoas terem uma vida digna. Sendo que a "vulnerabilidade também está associada à insuficiência de uma rede de proteção que garanta às famílias o acesso aos direitos" (SEMZEZEM, ALVES, 2013, p.164).

Considerando a junção dos conceitos de vulnerabilidade social e desenvolvimento humano apresentados, este estudo considera que as situações de vulnerabilidade as quais as pessoas são submetidas limitam as oportunidades que elas possuem de ter melhores condições de vida. Esta situação pode ocorrer devido à deficiência em diversos fatores, tais como: alimentação adequada, acesso a serviços de saúde, acesso a trabalho digno, acesso à instrução e informação, que por sua vez sofrem influência direta das ações e escolhas que o governo realiza, tornando importante a participação política. Uma vez que expressar suas opiniões vai impactar na solução dos problemas e na forma como as suas vidas vão se desenvolver.

Deste modo, com base na revisão de literatura, foi elaborado um esquema relacionando estas vulnerabilidades sociais com as dimensões do desenvolvimento humano, conforme apresentado no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Relação entre vulnerabilidade social e desenvolvimento humano junto aos catadores de materiais recicláveis



Fonte: Elaboração própria a partir de Abramovay (2002); Comim (2018, 2021); Comim et al (2006); IPEA (2011, 2013); MDSCF (2005); MNCR (2019); Monteiro (2011); Nery (2009); Nussbaum (2013); SEN (2001, 2005, 2007); Semzezem e Alves (2013).

Vale ressaltar que as vulnerabilidades identificadas no quadro acima foram verificadas nos artigos dos autores citados, sendo que nem todos possuem as mesmas vulnerabilidades, ou que elas sejam exclusivamente decorrentes da atividade da coleta, muito menos que não existam outras vulnerabilidades que possam alcançar este grupo social. Assim, o Quadro 3 apresenta possíveis relações entre vulnerabilidades sociais e as dimensões do desenvolvimento humano. Diante dos conceitos do desenvolvimento humano apresentados, foram selecionadas seis

dimensões que buscam contemplar de forma direta e indireta todas as dimensões abordadas pelos autores citados. Assim, a percepção desta relação ocorre da seguinte forma:

- **Dificuldades de integração à sociedade:** Gonçalves et al. (2013) e Maciel et al. (2011) apresentaram relatos de preconceitos relacionados à identidade estigmatizada do catador, como pessoa pobre, suja e em alguns momentos confundidos com criminosos. Esta situação pode ocasionar problemas de relação com a sociedade em geral, podendo haver a marginalização deles, que também está relacionado ao acesso a áreas de lazer, como por exemplo. Por outro lado, existem relatos de algumas situações de reconhecimento dos catadores como agentes ambientais, com a expressão de apoio aos mesmos com ações simples, como o fornecimento de água para o consumo, entre outras.

- **Fragilidade econômica e precarização do trabalho:** devido aos baixos valores oriundos da comercialização dos materiais coletados. A participação em grupos informais ou formais se torna uma possibilidade de acesso a melhores condições de comercialização, que por sua vez exige o conhecimento do funcionamento da cadeia produtiva para que esta ação seja bem-sucedida. Esta situação se relaciona diretamente às condições sociais de trabalharem em conjunto, aflorando as discussões sobre as possíveis soluções dos problemas que os envolvem, proporcionando melhores condições de trabalho, receitas e o acesso a bens e serviços, que lhes tragam uma vida saudável e bem-estar.

- **Fragilidade ambiental:** refere-se aos elevados riscos nos locais de trabalho e nas moradias, como lixões, assentamentos irregulares; armazenamento de materiais como garrafas nas residências, podendo formar condições propícias para a propagação de doenças, ocasionando problemas de saúde, mau cheiro, entre outros problemas.

- **Ausência do Estado e dificuldade de acesso institucional:** os dois podem ser confundidos, uma vez que a ausência deles ocasiona problemas similares na sociedade. A ausência do Estado aqui está relacionada a proporcionar segurança física, assistência médica, social e policial. O acesso institucional está relacionado ao fato de existir o serviço, mas não haver uma apropriação destes serviços pela

população devido ao precário acesso à informação, ou a problemas de documentação como ocorre frequentemente com moradores de rua.

Tendo como base estas relações entre vulnerabilidades e desenvolvimento humano, este trabalho busca analisar os principais aspectos das condições de vida e de trabalho dos catadores de materiais recicláveis da região centro sul cearense, a fim de propor ações para mitigar as condições de vulnerabilidade social a que são submetidos, com o intuito de promover o desenvolvimento humano deles.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste capítulo é delimitar o campo metodológico no qual o estudo se insere, detalhar os procedimentos de pesquisa, organizar e analisar os dados e identificar as variáveis que foram consideradas. Sendo divididos em quatro seções.

Na primeira seção se apresenta as características da pesquisa que compõem esta tese. Na segunda, está o estudo bibliométrico, onde foi realizado a pesquisa bibliográfica. Na terceira seção, está a delimitação do estudo, com a apresentação dos locais onde a pesquisa de campo ocorreu. Por fim, na quarta seção, estão descritos os elementos operacionais da pesquisa de campo, bem como a construção do instrumento de coleta de dados, a pesquisa de campo e os procedimentos de análise.

4.1. Tipo de pesquisa

A presente tese se apresenta com uma abordagem qualitativa por se tratar de investigação de valores, atitudes, percepções e motivações do objeto de estudo (GIL, 2002), e também quantitativa por trazer uma parte dos resultados de forma quantificada. Ressalta-se que a análise qualitativa é preponderante neste trabalho, sendo utilizadas as duas para compreender melhor o problema de pesquisa, visando identificar as vulnerabilidades que os catadores possuem, bem como atender ao objetivo do trabalho.

A pesquisa se caracteriza como exploratória por favorecer a familiaridade, o aumento da experiência e uma melhor compreensão do grupo investigado (LAKATOS, MARCONI, 2008), uma vez que foi necessário conhecer melhor os locais e formas de trabalho dos catadores. Também foi realizado um estudo de caso, tendo em vista a maior necessidade do "aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população" (GIL, 2002, p. 53). Ambos os tipos de pesquisa são ideais para estabelecer relações entre as dimensões das vulnerabilidades e promoção do desenvolvimento humano.

Quanto à coleta de dados, utilizaram-se pesquisas bibliográficas e documentais, com a busca de trabalhos e documentos já publicados sobre os temas abordados. Quanto à coleta de dados primários, foram realizadas entrevistas durante as etapas da pesquisa de campo. Nas próximas seções são descritas as fases da pesquisa de forma detalhada.

4.2. Estudo bibliométrico

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa com a finalidade de construir o referencial teórico-científico, adotando-se as bases de buscas, tais como Portal de Periódicos da CAPES, Scielo e no Banco Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD - IBICT). Foram relacionados artigos, dissertações e teses disponíveis, tendo como base as seguintes palavras-chave nos títulos dos trabalhos:

Tabela 1: Quantidade de estudos encontrados conforme busca por palavras-chave no título e base de dados

Palavra-chave	Periódicos Capes	Scielo	BDTD-IBICT	Total
Catadores	168	36	274	478
Desenvolvimento Humano	290	106	214	610
Vulnerabilidade social	199	131	167	497
Catadores + Desenvolvimento Humano	0	0	1	1
Catadores + Vulnerabilidade	0	0	1	1
Catadores + Desenvolvimento Humano + Vulnerabilidade	0	0	0	0
Total	657	273	657	1.587

Tendo em vista que os resultados da pesquisa com as palavras-chave de forma combinada, como Catadores + Desenvolvimento humano, se apresentaram

zerados quando utilizadas referente aos títulos dos trabalhos. Assim, foi realizada uma nova pesquisa com os mesmos termos, com indicação de qualquer parte do trabalho, surgiram os seguintes resultados:

Tabela 2: Quantidade de estudos encontrados conforme busca por palavras-chave gerais e base de dados.

Palavra-chave	Periódicos Capes	Scielo	BDTD- IBICT	Total
Catadores + Desenvolvimento Humano	31	0	5	36
Catadores + Vulnerabilidade	62	3	28	93
Catadores + Desenvolvimento Humano + Vulnerabilidade	0	0	1	1
Total	93	3	34	130

Ao analisar individualmente os resumos dos trabalhos das pesquisas apresentadas nas Tabelas 1 e 2, verificou-se que uma grande quantidade de artigos tratava de tipos de catadores que não correspondem ao objeto do estudo, como catadores de caranguejo, por exemplo. Outros trabalhos relacionados ao desenvolvimento e vulnerabilidade eram relacionados a diversos assuntos distintos do foco desta tese como desenvolvimento infantil, animal etc. Assim, foram verificados muitos trabalhos mencionando as palavras-chave individualmente, mas os poucos que tratam dos temas desta tese de fato foram utilizados.

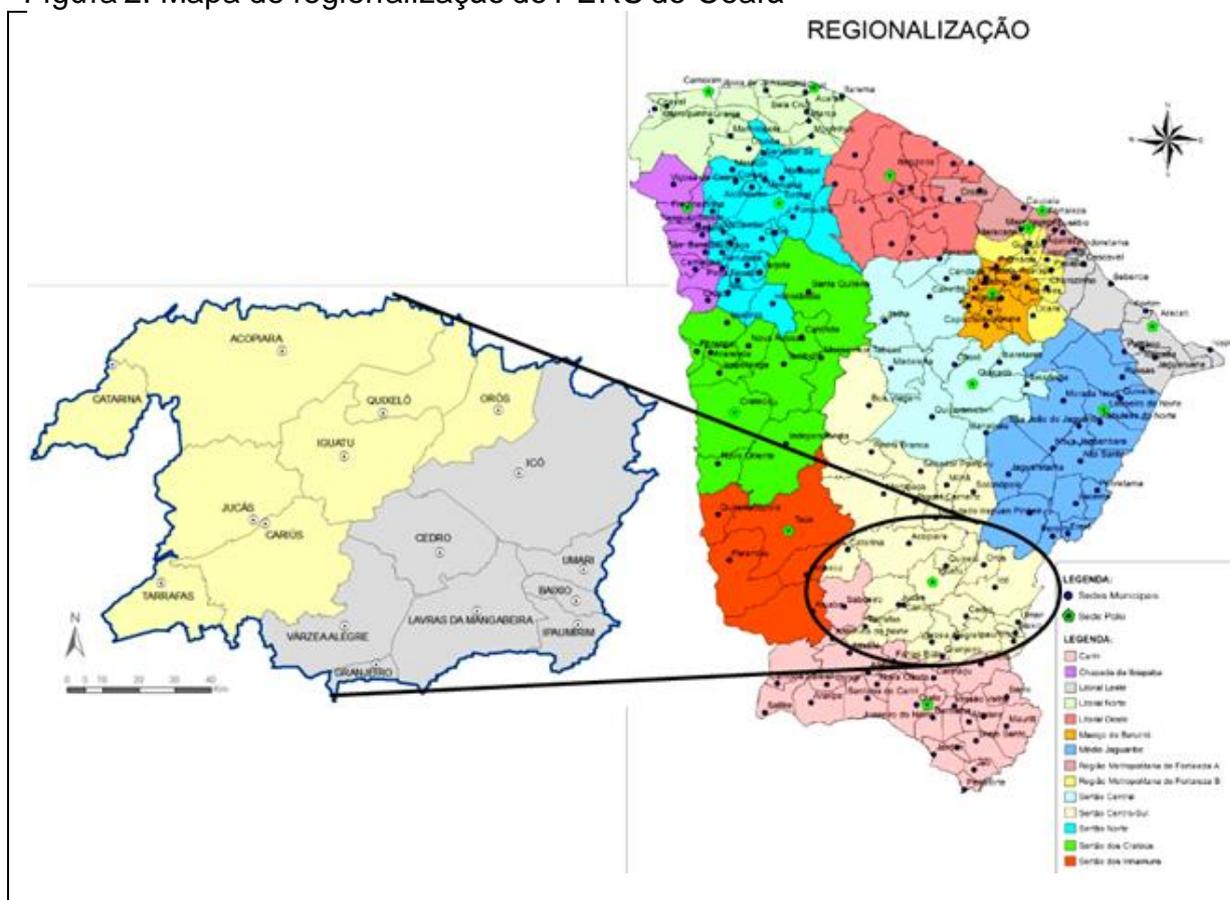
Ressalta-se que os dados expostos nas Tabelas 2 e 3 foram oriundos de pesquisas realizadas na data 16/10/2019 e que parte destes trabalhos serviu de base para fundamentação teórica desta tese, como Semzezem (2013), Pinhel (2013), Moura; Serrano; Guarnieri (2016), Monteiro (2011) e Hahn (2017). Ressalta-se que, além dos trabalhos listados nas Tabelas 1 e 2, foram utilizados diversos autores que subsidiaram os conceitos abordados nesta tese como Sen (2001, 2005, 2007), Nussbaum (2013), Comim (2018) entre outros, que tratam sobre desenvolvimento humano, privações e vulnerabilidades.

4.3. Delimitação do estudo

Localizado na região nordeste do Brasil, o Estado do Ceará possui 184 municípios, agrupados em 14 macrorregiões de acordo com o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS). Dentro destas macrorregiões, consta a Região Centro Sul

que é composta por 16 municípios, mas, desde 2018, foi dividida em duas, Centro Sul I e II, com oito municípios cada. A Figura 2, apresenta esta divisão e a localização da Região Centro Sul do Ceará.

Figura 2: Mapa de regionalização do PERS do Ceará



Fonte: SEMA (2015, p. 18).

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) (2020), em 2019 apenas os municípios de Iguatu e Jucás da Centro Sul I apresentaram a presença de catadores. Neste sentido, foram selecionados os municípios da Região Centro Sul I para serem realizadas visitas de campo, buscando conhecer melhor os municípios que compõe esta região, quais sejam: Acopiara, Cariús, Catarina, Iguatu, Jucás, Orós, Quixelô e Tarrafas. Na Tabela 3 é apresentada a caracterização dos municípios, levando em consideração a população, renda e o Índice de Desenvolvimento Humano no ano de 2010. Vale destacar que, mesmo sendo relativamente defasados, os dados de 2010 foram utilizados por serem os dados oficiais mais recentes.

Tabela 3: Caracterização socioeconômica da Região Centro Sul - 2010

Município	Tam. (km ²)	População Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	PIB per capita (R\$)	IDHM 2010
Acopiara	2.265	51.160	25.227	25.933	4.180,48	0,595
Cariús	1.061	18.567	8.310	10.256	3.636,27	0,597
Catarina	486	18.745	8.727	10.017	3.113,37	0,618
Iguatu	1.029	96.495	74.629	21.865	9.177,87	0,677
Jucás	937	23.807	14.150	9.656	4.334,16	0,598
Orós	576	21.389	16.022	5.366	5.428,90	0,636
Quixelô	559	15.000	4.929	10.071	4.934,32	0,591
Tarrafas	454	8.910	2.624	6.286	3.627,29	0,576
Média	921	31.759	19.327	12.431	4.804,00	0,611

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

A Tabela 3 demonstra que a região é composta por municípios bem distintos, tanto em extensão territorial quanto populacional, sendo que em alguns municípios a população rural é maior que na urbana, o que reflete na densidade demográfica dos municípios. Esta questão deve ser considerada pelos municípios ao realizarem o planejamento da gestão dos resíduos sólidos dos domicílios, pois na zona rural as distâncias entre as vilas são maiores que os bairros da zona urbana. A diferença entre extensão territorial e população pode-se verificar ao comparar Acopiara e Iguatu, onde o primeiro possui mais que o dobro da extensão territorial e tem população muito menor.

Quanto à renda per capita, Iguatu se destaca por ser o município que possui a maior quantidade de empresas, tornando-se o centro comercial da região bem como o maior indicador de IDHM da região. Esta condição torna este município com a maior quantidade de catadores, conforme apresentado na Tabela 4.

Com o intuito de verificar a existência dos catadores que foram apresentados no relatório do SNIS (2020) nos municípios de Iguatu e Jucás, além de confirmar se nos demais municípios realmente não existiam catadores, foi realizado a primeira etapa da pesquisa de campo. Com base nos resultados desta pesquisa, foi identificada a presença de catadores em todos os municípios visitados, e não apenas nos dois. Na Tabela 4 são apresentados os locais onde os catadores de materiais recicláveis desenvolvem suas atividades na região, os locais foram nomeados de acordo com a PNRS (2010).

Tabela 4: Localização dos catadores de materiais recicláveis na Região Centro Sul

Município	Lixão	Área de Transbordo	Vias públicas	Área de triagem	Total
ACOPIARA	-	-	10	7 *	10
CARIÚS	2	-	-	-	2
CATARINA	3	-	2	-	5
IGUATU	70	-	25	-	95
JUCÁS	-	3	7	3	13
ORÓS	5	-	-	-	5
QUIXELÔ	-	4	-	-	4
TARRAFAS	2	-	-	-	2
Totais	82	7	44	10	136

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

* Os mesmos catadores realizam a coleta e a triagem dos materiais.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 4, verificam-se quatro locais distintos de trabalho dos catadores, porém nenhum município possui catadores em todos os locais. Assim, optou-se por selecionar dois municípios, o município de Jucás e Iguatu, para realizar uma pesquisa de campo mais específica e abrangente da vida dos catadores, cujos procedimentos desta etapa são apresentados na seção seguinte. Jucás foi escolhido por possuir três dos quatro locais de trabalho dos catadores, e o município de Iguatu por possuir a maior quantidade de catadores no local que está ausente em Jucás, neste caso o lixão. Ressalta-se que, dentre os locais de trabalho que a PNRS apresenta, ainda teria a área de triagem do aterro sanitário, contudo, a região não possui tal aparelho, sendo assim ele não consta na Tabela 4.

4.4. Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas: a primeira voltada para realizar o levantamento da existência de catadores nos municípios da região centro sul cearense e a segunda para realização de entrevistas junto aos catadores.

A segunda etapa foi separada em duas partes: a primeira buscou coletar dados para elaborar o perfil socioeconômico e a segunda procurou verificar a existência de vulnerabilidades, bem como o seu impacto na promoção do desenvolvimento dos catadores entrevistados. Deste modo, a seguir foram detalhados os procedimentos de análise da pesquisa de campo.

- Etapa 1: Levantamento de dados sobre os catadores na Região Centro Sul

Foram foco desta etapa as secretarias municipais de meio ambiente, com a realização de entrevistas, conforme o roteiro do Apêndice I; e os estabelecimentos de comercialização de materiais recicláveis existentes nos municípios e catadores, conforme Apêndice II. Ressalta-se que não houve necessidade de realização de entrevistas com todos os catadores encontrados, pois a finalidade da primeira parte da pesquisa foi apenas fazer o levantamento de quantos catadores existiam na região.

No período entre 01/09/2018 e 28/02/2019, foram visitadas todas as Secretarias de Meio Ambiente, os estabelecimentos de comercialização de materiais recicláveis existentes nos municípios da região Centro Sul Cearense e os locais de coleta informados pelos estabelecimentos e secretaria, como lixões, áreas de triagem e transbordo. Foram realizadas 26 entrevistas, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5: Quantidade de entrevistados por município e conforme local de coleta dos resíduos.

Município	Prefeituras	Comércio	Lixão	Galpão de triagem	Área de Transbordo
Acopiara	1	1	0	1	1
Cariús	1	0	1	0	0
Catarina	1	0	1	0	0
Iguatu	1	5	1	0	0
Jucás	1	1	0	1	1
Orós	1	0	1	0	0
Quixelô	1	0	0	0	1
Tarrafas	1	1	1	0	0
Totais	8	8	5	2	3

Fonte: Pesquisa de campo

Conforme apresentado na Tabela 5, foi realizada pelo menos uma entrevista em cada local onde foi identificada a presença de catadores. Os resultados deste levantamento estão na seção da delimitação do estudo.

- Etapa 2: Perfil socioeconômico dos catadores e caracterização dos locais de trabalho

Foram entrevistados 19 catadores dos municípios de Jucás e Iguatu durante o período 01/07 a 15/08/2020, sendo utilizado o roteiro de entrevista do Apêndice III.

Vale destacar que esta etapa da pesquisa foi realizada no período de isolamento social decorrente da pandemia do Covid-19. Neste sentido as entrevistas com os gestores municipais foram realizadas por meio de videochamada gravada através do aplicativo Google Meet. Quanto aos catadores, as entrevistas foram realizadas pessoalmente, conforme planejado na metodologia. Ressalta-se que foram utilizados todos os protocolos de segurança recomendados pelos órgãos de saúde.

- **Parte 1 – Elaboração do perfil socioeconômico e verificação da existência de vulnerabilidades**

Tendo em vista que esta pesquisa tem caráter qualitativo, ela foi realizada por meio de entrevistas, somando a técnica de observação e registros, como fotografia dos espaços e gravação das entrevistas. Com o intuito de coletar a maior quantidade de informações dos ambientes de trabalho dos catadores, foram convidados a participar das entrevistas todos catadores encontrados nos locais e horários visitados. Quando solicitado pelo catador, a entrevista era agendada para um horário e local de sua preferência, sendo informado que a participação deles era de livre e espontânea vontade.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 01/07 e 15/08/2020 com os catadores que fazem a coleta nas ruas de Iguatu e Jucás, no lixão de Iguatu e no galpão e área de triagem de Jucás. Vale destacar que as entrevistas ocorreram durante o período da pandemia do coronavírus, onde foi percebido uma redução de catadores nestes locais. Esta situação proporcionou a percepção de algumas situações que não seriam possíveis em um período convencional. Deste modo, a quantidade de catadores convidados e efetivamente entrevistados estão na Tabela 6. Ressalta-se que os catadores abordados foram aqueles que estavam nos locais de trabalho e todos foram convidados a participar da pesquisa, sendo realizada a entrevista no horário que melhor conviesse para eles.

Tabela 6: Quantidade de catadores convidados e efetivamente entrevistados por município e conforme local de coleta de resíduos

Município	Lixão		Área de Transbordo e Galpão de triagem		Vias públicas		Total	
	Convi-dado	Entrevis-tado	Convi-dado	Entrevis-tado	Convi-dado	Entrevis-tado	Convi-dado	Entrevis-tado
IGUATU	12	6	-	-	7	5	19	11
JUCÁS	-	-	5	4	5	4	10	8
Totais	12	6	5	4	12	9	29	19

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

As entrevistas seguiram um roteiro estruturado (Apêndice III), onde se objetivou obter diversas respostas possíveis relacionadas ao tema que norteia esta pesquisa. Miguel (2010) justifica a escolha da entrevista para utilização em um estudo social, pois ela é uma técnica de interação social, capaz de romper isolamentos sociais individuais e grupais, devido à interação entre o entrevistador e o entrevistado, onde este instrumento privilegia a compreensão de experiências individuais.

O roteiro de entrevista foi dividido em seis blocos de perguntas, que representam as categorias de análise. Estas categorias seguem as vulnerabilidades e suas interações com a promoção do desenvolvimento humano identificadas no Quadro 3, constante no referencial teórico. Na sequência são detalhadas as categorias de análise escolhidas.

- Trabalho e renda

Buscou-se identificar as motivações que os catadores possuem para trabalhar na coleta, as condições de trabalho, os locais onde eles fazem a coleta, e como se dá a comercialização dos materiais coletados. Sobre o valor da renda por pessoa a ser atribuída para ser considerado vulnerável, Costa *et al.* (2018) utilizaram o valor de R\$ 255,00/mês, o que representava em 2010, metade do salário-mínimo. Assim, para este estudo, foi considerado como vulnerável o catador que possuir menos de R\$ 522,50 como renda *per capita*, o que representa metade do salário-mínimo no ano da pesquisa, neste caso em 2020.

- Viver em sociedade

A vida em sociedade parte da ideia de ser capaz de estabelecer vínculos sociais e de afeto, ter sentimento de pertencimento à sociedade, ter identidade, ter autoestima, não ter vergonha de aparecer em público etc. Estas são as percepções que foram analisadas nesta dimensão.

- Participação política

Na primeira etapa da pesquisa de campo, foi verificada a existência de algumas associações formalizadas e grupos informais nos municípios, criadas principalmente para formação volumes de materiais coletados maiores, viabilizando assim a comercialização. Procurou-se examinar como estas relações coletivas ocorrem, além de identificar quais são as principais discussões dentro dos grupos, bem como a ocorrência de interação com as entidades públicas dos municípios, e repasse de informações sobre ações que possam beneficiar a todos.

- Saúde e longevidade

Tendo em vista algumas circunstâncias de vulnerabilidade alimentar e de periculosidade à saúde decorrente do trabalho já relatadas, nesta categoria, buscou-se verificar quais são os problemas de saúde mais frequentes, os possíveis fatores geradores destes problemas, além do acesso à assistência médica preventiva ou em momentos de enfermidade.

- Ser instruído e acesso à informação

Procurou-se compreender não apenas o nível de instrução formal, mas sim como eles fazem para ter acesso à informação, os tipos de informações, e como utilizam desses conhecimentos no seu dia a dia. Além de verificar quais são as possíveis dificuldades sobre o acesso à instrução e informação que eles têm.

- Ambiente e habitação

Procurou-se verificar as condições ambientais onde os catadores estão inseridos, seja na coleta ou onde vivem, saber se existem locais recreativos e se são utilizados, bem como ter segurança individual. Diagnosticando se as residências e

os locais de trabalho proporcionam situações de risco à vida deles, além de identificar quais são estes riscos e como eles podem ser mitigados.

- **Parte 2 – Identificação de ações voltadas para os catadores**

Com relação à sétima vulnerabilidade denominada Assistência Estatal, ela se encontra distribuída nas outras seis categorias de análise dentro do roteiro de entrevista. Ressalta-se que o resultado desta dimensão foi relacionado aos resultados da análise das respostas feitas nas demais categorias que envolvem ações de instituições públicas, como acesso a serviços de saúde ou educação, por exemplo.

Considerando a importância da assistência estatal a grupos socialmente vulneráveis, procurou-se verificar se existe assistência estatal, como ela ocorre, quais são as deficiências e como a execução ou a falta dela impacta na vida e bem-estar dos catadores, buscando fazer uma ligação entre elas e diferentes ações descritas nas outras dimensões.

Diante da necessidade de verificar a existência ou não de ações voltadas para os catadores, foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelos órgãos públicos municipais de Jucás e Iguatu, conforme apresentado no Quadro 4. As entrevistas foram realizadas durante o período de 01/07 a 15/08/2020. Foi utilizado o roteiro de entrevista do Apêndice IV.

Quadro 4: Entes públicos entrevistados

Entrevistado	Entidade	Justificativa para inserção da instituição
Entidade 1	Secretaria de desenvolvimento agrário e meio ambiente de Jucás	Responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos, bem como a execução e planejamento de ações que porventura atendam os catadores. Além de ser responsável pelo projeto Jucás Recicla da coleta seletiva do município.
Entidade 2	Secretaria de meio ambiente e desenvolvimento urbano de Iguatu	Responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos, bem como a execução e planejamento de ações que porventura atendam os catadores. Embora a coleta seja feita de fato pela Secretaria de Infraestrutura, esta última foi procurada, mas informou que realiza apenas a coleta e não possui contato com os catadores e nem ações voltadas para eles.
Entidade 3	Consórcio Regional de Resíduos Sólidos do Alto Jaguaribe	A instituição abrange a gestão de todas as categorias de resíduos, nos municípios participantes do consórcio, quais sejam: Iguatu, Jucás, Quixelô, Cariús, Saboeiro e Catarina. O consórcio foi criado em julho de 2019.

(Continua...)

(Continuação.)

Entidade 4	Secretaria do trabalho, habitação e assistência social de Iguatu	Esta secretaria foi inserida, pois a Entidade 3 informou que houve uma ação de identificação dos catadores do CadÚnico no município de Iguatu, mas não soube dar detalhes desta ação específica. Cabendo a consulta à esta secretaria para maiores informações.
---------------	--	---

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Nas entrevistas realizadas com as entidades do Quadro 4, buscou-se identificar a existência de ações voltadas para os catadores, ou que os alcancem de alguma forma, e como elas são executadas. Foi utilizado um roteiro de entrevista (APÊNDICE IV) para tornar os resultados mais uniformes, porém as informações adicionais não previstas no roteiro puderam ser agregadas aos resultados, o que proporcionou maior compreensão dos demais dados coletados.

4.5. Ética e Pesquisa

A pesquisa obedece à Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que faz referência às diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas/estudos em Ciências Humanas e Sociais. Além disso, todos os participantes das entrevistas foram devidamente informados sobre a pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE VI). A pesquisa conta com a autorização do Comitê de Ética da UNIVATES, Número do Parecer: 4.046.937 (Anexo II).

5 RESULTADOS E ANÁLISES

O objetivo deste capítulo é trazer os resultados da pesquisa de campo, estando dividido em seções onde buscou-se realizar a caracterização dos locais e formas de trabalho dos catadores dos municípios estudados, com o intuito de traçar o perfil socioeconômico deles. Na sequência, foram expostas as condições de trabalho e de vida dos entrevistados, bem como as vulnerabilidades que os cercam. Por fim, foram verificadas as ações dos entes públicos e privados que os alcançam, podendo ser eficaz ou não na mitigação das vulnerabilidades identificadas.

Por conta da pandemia, no período de coleta dos dados da pesquisa, foi percebida uma redução da quantidade de catadores em circulação, tanto nas vias públicas, como no lixão. Esta situação pode ser justificada pelo cuidado com a saúde, mas também pode estar atrelada a duas motivações específicas, o acesso ao benefício do Auxílio Emergencial² que garantiu uma renda básica para que eles pudessem se manter neste período e o segundo motivo deve-se ao fato dos principais compradores, como as indústrias, não estarem comprando material, o que impacta também nos atravessadores que comercializam os materiais diretamente com a maioria dos catadores. Mesmo assim, foram encontrados alguns catadores trabalhando, sendo possível verificar as motivações destes catadores neste período de crise sanitária.

² Criado para assegurar uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia Covid-19, a partir do enquadramento legal, o valor inicial do benefício foi de R\$ 600 nos primeiros meses da pandemia e posteriormente foi reduzido de acordo com as regras específicas (CIDADANIA, 2021).

5.1. Perfil socioeconômico dos catadores e caracterização dos locais de trabalho

Os dados explanados nesta seção buscam apresentar as formas de trabalho identificadas nos municípios estudados, conforme apresentados na Tabela 4, onde foi verificado que Iguatu possui a maior parte dos catadores da região e a maioria destes estão no lixão, com aproximadamente 74% dos catadores do município, os demais estão nas vias públicas. Já em Jucás, verificou-se que o lixão foi eliminado desde 2018 e que a maior parte dos catadores fazem parte da associação de catadores e trabalham no projeto da coleta seletiva, distribuídos nas vias públicas, na área de transbordo e galpão de triagem.

Com base nos dados da quantidade de catadores por local de trabalho, foram entrevistados 19 catadores dos municípios de Iguatu e Jucás, do total de 108 catadores identificados nestes dois municípios. Ressalta-se que esta etapa da pesquisa de campo foi realizada no período inicial da pandemia e durante o decreto estadual de isolamento social, o que reduziu a quantidade de catadores nas ruas. Vale destacar também que nem todos os catadores que foram convidados quiseram participar das entrevistas. No Quadro 5 a seguir, é apresentado o perfil socioeconômico dos entrevistados.

Quadro 5: Perfil socioeconômico dos catadores entrevistados

Identificador	Município	Local de coleta	Sexo	Idade	Grupo étnico/cor	Tempo na coleta
Catador 01	Iguatu	Lixão	Masculino	61	Parda	20 anos
Catador 02	Iguatu	Lixão	Masculino	43	Morena	Mais de 15 anos
Catador 03	Iguatu	Lixão	Feminino	41	Morena	Mais de 20 anos
Catador 04	Iguatu	Lixão	Masculino	60	Branca	8 anos
Catador 05	Iguatu	Lixão	Feminino	44	Preta	15 anos
Catador 06	Iguatu	Lixão	Feminino	38	Preta	Mais de 10 anos
Catador 07	Iguatu	Vias públicas	Masculino	70	Morena	26 anos
Catador 08	Iguatu	Vias públicas	Masculino	50	Morena	17 anos
Catador 09	Iguatu	Vias públicas	Feminino	60	Morena	10 anos

(Continua...)

(Continuação.)

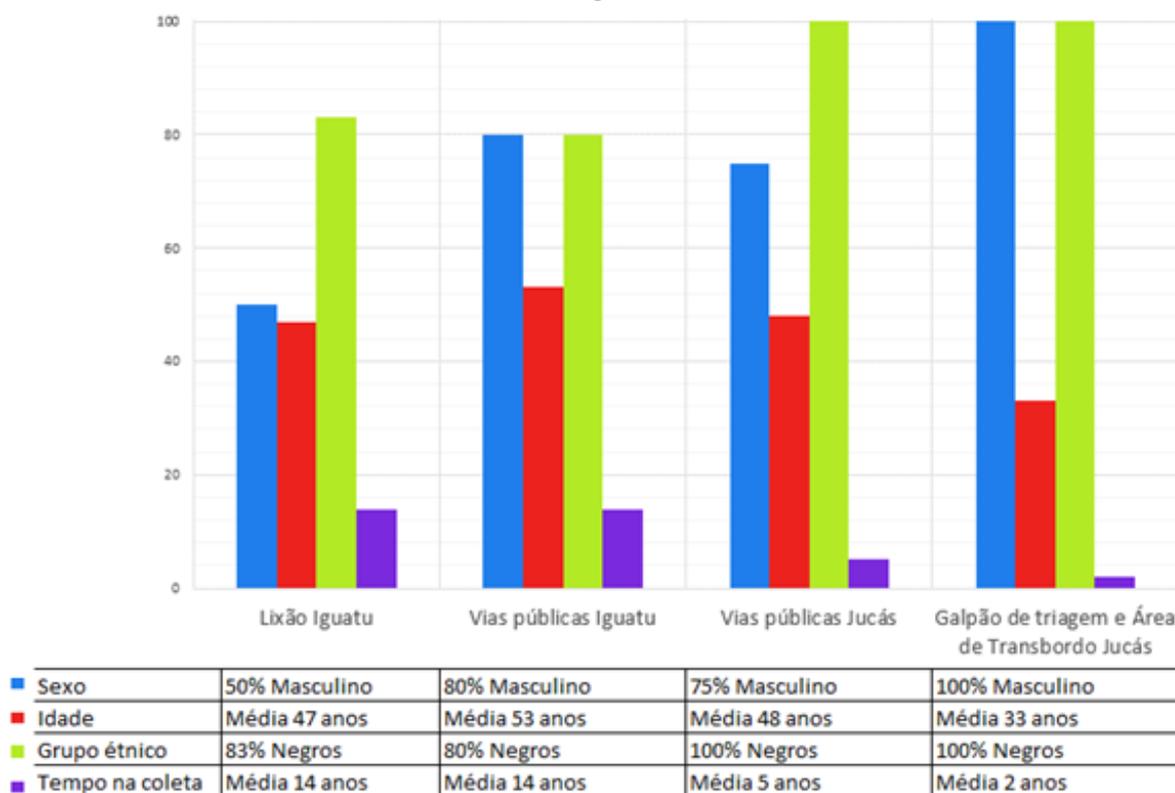
Identificador	Município	Local de coleta	Sexo	Idade	Grupo étnico/cor	Tempo na coleta
Catador 10	Iguatu	Vias públicas	Masculino	51	Branca	10 anos
Catador 11	Iguatu	Vias públicas	Masculino	35	Parda	10 anos
Catador 12	Jucás	Vias públicas	Masculino	47	Morena	2 anos
Catador 13	Jucás	Vias públicas	Masculino	61	Morena	3 anos
Catador 14	Jucás	Vias públicas	Masculino	32	Morena	4 anos
Catador 15	Jucás	Vias públicas	Feminino	54	Morena	10 anos
Catador 16	Jucás	Galpão de triagem e Área de Transbordo	Masculino	31	Parda	3 meses
Catador 17	Jucás	Galpão de triagem e Área de Transbordo	Masculino	33	Morena	3 anos
Catador 18	Jucás	Galpão de triagem e Área de Transbordo	Masculino	44	Parda	4 anos
Catador 19	Jucás	Galpão de triagem e Área de Transbordo	Masculino	24	Morena	2 meses

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Com relação aos dados apresentados na Quadro 5, percebe-se que muitos catadores se identificaram como morenos, mesmo legalmente sendo considerados como pardos, conforme relatado por um catador: "assim, no documento tem parda, mas eu me considero morena" (Catador 3). O IBGE divide a classificação do negro em duas categorias, negro pardo e negro preto, não existindo o termo moreno oficialmente. Weimer (2013, p. 417) afirma que "o termo moreno nada tem a ver com a mistura racial, sendo empregado desde o mais claro até o mais escuro, designando, em suma, um pertencimento grupal". Munanga (2004) considera que definir quem é negro no Brasil é uma tarefa complexa, em decorrência do desejo de branqueamento que se desenvolveu no país. Assim, percebe-se que entre os catadores, há uma fragilidade na construção de identidade étnica. De todo modo, ficou constatado nas entrevistas que a grande maioria dos catadores são negros, considerando os morenos como negros, sendo que apenas 10% se declararam brancos.

Com base na Tabela 6, pode-se identificar um perfil médio dos catadores a partir dos locais de trabalho, conforme pode-se verificar no Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2: Perfil médio dos catadores de Iguatu e Jucás



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Há três pontos que se destacam nos dados do Gráfico 2. O primeiro se refere ao sexo, em todas as formas de trabalho a maior quantidade de catadores são do sexo masculino, chegando a ser de 100% no Galpão de triagem e Área de transbordo de Jucás. Por outro lado, foi constatado que no lixão há um equilíbrio entre a quantidade de pessoas de ambos os sexos. Esta condição está atrelada ao trabalho dos casais na coleta no lixão, enquanto nos demais casos isso não ocorre. Isto está atrelado à situação de desemprego formal de todos os responsáveis pela manutenção da renda familiar, associado ao fato da maioria dos catadores do lixão residirem na localidade próxima do lixão, tornando esta, a opção mais viável.

O Segundo ponto se refere ao tempo de trabalho dos catadores no município de Jucás que é muito inferior aos de Iguatu. Isto se deve ao fato da instalação do galpão de triagem e a entrada de novos catadores neste local. Deste modo, nas entrevistas foram verificadas a presença de catadores com três meses de atividade.

O terceiro ponto se relaciona com a idade dos catadores no galpão de triagem e área de transbordo de Jucás, por possuírem uma média de 33 anos, enquanto os demais locais estão acima dos 47 anos. Esta situação se refere ao período de

implantação do projeto da coleta seletiva no município que proporcionou a oportunidade de novas pessoas iniciarem a trabalhar no galpão de triagem.

Quanto à quantidade de tempo na atividade, percebe-se que os catadores do lixão e das vias públicas de Iguatu estão a mais tempo na atividade, cerca de 14 anos. Enquanto os do galpão de triagem têm catadores mais novos na atividade. Isto se deve ao tempo de existência do lixão de Iguatu, cerca de 26 anos no mesmo local, conforme exposto pelo Catador 7, que tem mais tempo na atividade, entre os entrevistados. Ele informou que já trabalhou muito tempo no lixão de Iguatu, mas depois que se aposentou, decidiu continuar na atividade, porém nas vias públicas e de preferência próximo a sua residência. O entrevistado relata ainda que foi o primeiro catador do lixão de Iguatu, desde 1994. A exposição detalhada da forma e dos locais de trabalho dos catadores são abordados a seguir.

- Catadores no lixão

A existência dos lixões é uma realidade no Brasil. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes (ABETRE), em 2020, existem 2.663 municípios. Destes, a maior parte está na região nordeste, 1.436 municípios (ABETRE, 2021).

Quanto à presença de catadores no lixão, conforme apresentado no Gráfico 2, a maior parte dos catadores de materiais recicláveis da região se encontra nos lixões. A Figura 3 demonstra as condições de trabalho que eles estão inseridos.

Figura 3: Catadores do lixão de Iguatu



Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Na Figura 3 verifica-se a existência de urubus se alimentando, provavelmente

de material em decomposição ao lado dos catadores. Sobre esta situação, um catador de rua expôs sua opinião sobre os catadores do lixão: "pergunta se eles querem deixar o serviço de lá, que lá, pra pessoa que trabalha lá, é desumano" (CATADOR 10). Nesta fala ele considera que a coleta de materiais recicláveis na rua não é tão insalubre quanto à do lixão. Por outro lado, há alguns relatos dos catadores do lixão que aparentam uma certa adaptação a esta situação relatada pelo catador de rua, "A gente já está acostumado. Quem nunca pisou aqui é que se reclama muito. Para quem vive aqui dentro, tudo já é um esporte, não se incomoda mais não" (CATADOR 2). Ao falar que "tudo já é um esporte", o entrevistado indica o grau de adaptação com o local insalubre em que ele trabalha.

Ainda sobre a condição de trabalho no lixão de Iguatu, a Figura 4 apresenta uma certa área alagada com o material em decomposição. Essa situação gera mau cheiro, o surgimento de insetos, roedores, mosquitos transmissores de doenças que, por sua vez, podem acometer quem estiver próximo, neste caso, os catadores.

Figura 4: Local de coleta dos catadores do lixão



Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

O contexto destas duas imagens (FIGURAS 2 e 3), indicam uma condição de insalubridade e vulnerabilidade à saúde das pessoas que trabalham neste local.

- Catadores nas vias públicas

Os catadores de rua geralmente fazem as coletas nas ruas mais próximas de suas residências, sendo verificado que há catadores que se locomovem cerca de 7km entre o local onde foi realizada a entrevista e sua residência, demonstrando

também a necessidade de ter certo condicionamento físico para o desempenho da atividade.

A Figura 5 apresenta alguns catadores trabalhando no momento das entrevistas. Foi percebido que a maior parte dos catadores faz a coleta em sacolas grandes, mas o que diferencia é que alguns as levam nas costas, outros em bicicletas ou motocicletas, e outros utilizam carrinhos, sendo que este último tem uma capacidade de armazenamento maior que as demais.

Figura 5: Catadores de Rua de Iguatu e Jucás



Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Na Figura 5, à esquerda, visualiza-se catadores separando caixas de papelão descartadas por um supermercado no município de Iguatu; à direita, encontra-se um catador com seu carrinho doado pela prefeitura de Jucás para os catadores que participam da associação. Em ambos os municípios existem catadores que coletam materiais específicos, como papelão, e outros que coletam praticamente todos os tipos de materiais que eles conseguem comercializar.

Sem a presença destes catadores, todo o material seria recolhido pelos caminhões compactadores e misturados com resíduos orgânicos, tintas, dentre outros materiais que podem comprometer a condição de reciclagem do material.

- Catadores na área de transbordo e galpão de triagem

A implantação da coleta seletiva em Jucás ocorreu com a criação do Programa Jucás Recicla, em 2014. Neste programa, a prefeitura incentivou a formalização da associação de catadores, que foi beneficiada com a cessão de um galpão de propriedade de prefeitura, além da doação de carrinhos para a coleta dos materiais recicláveis no centro da cidade.

Figura 6: Implantação da coleta seletiva - Projeto Jucás Recicla



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

O projeto contou inicialmente com a reunião dos catadores que coletavam materiais no lixão e, na sequência, com os que faziam coletas nas vias públicas da cidade. Com a extinção dos lixões do município, em 2018, todos os associados foram estimulados a realizarem a coleta dos materiais recicláveis nas vias públicas. Desde a sua implantação, o projeto contou com a instalação de ecopontos nos locais de grande geração e acúmulo de materiais com potencial reciclável, como supermercados, mercado público e instituições que atendem um elevado volume de pessoas. Também foram doados carrinhos para viabilizar a coleta de maiores quantidades de materiais. Ressalta-se que o galpão de triagem da associação está localizado no centro da cidade, fato que facilita e estimula a entrega dos materiais por parte dos moradores da cidade, além de evitar a locomoção de grandes distâncias pelos catadores.

Como um dos objetivos deste projeto é dar suporte aos catadores para realizarem a comercialização de forma conjunta, alcançando a maior lucratividade possível, em 2016, dois anos depois de sua instalação, a prefeitura realizou a doação de uma máquina enfardadora, o que resultou na elevação da quantidade de materiais comercializados e a redução no custo de transporte (FIGURA 7).

Figura 7: Comercialização antes e depois da enfardadeira



Fonte: Imagens cedidas do arquivo particular da Associação de catadores de Jucás (2019).

Observando-se a Figura 7, percebe-se a evolução na quantidade de material comercializado com a organização dos catadores em associações e do apoio do poder público. Na Figura 8, é apresentado o novo galpão de triagem e a área de transbordo de Jucás em funcionamento, onde é verificada a forma de separação e prensa dos materiais coletados, o que gera otimização de espaço e melhores condições de venda por conta da redução do volume, com o mesmo peso no momento da comercialização.

Figura 8: Galpão de triagem e Área de transbordo



1- Vista externa do novo Galpão de triagem e área de transbordo.

2- Vista interna do acondicionamento dos materiais.

3- Vista do trabalho dos catadores na separação.

Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Percebe-se uma evolução na gestão dos materiais recicláveis, fazendo um comparativo da Figura 8, em relação à Figura 6, onde foi apresentado o local inicial do programa de coleta seletiva do município de Jucás. Com relação à área de transbordo, em visitas iniciais do pesquisador ao local, verificou-se a presença de catadores dentro do contêiner fazendo a coleta e separação de material, uma vez que os caminhões chegavam e despejavam os materiais diretamente no contêiner. O Catador 17 relata esta evolução:

Inicialmente eu comecei aqui no movimento aqui dos caminhões, aqui que a gente fazia a coleta do material reciclável aí ajeitava a carrada e o caminhão seguia para Senador Pompeu. E aí com a construção do galpão aqui eu já consegui me incluir, porque a ideia é essa, né?

Foi verificado que os catadores trabalham tanto na área de transbordo quanto na esteira. Ao se observar o movimento diário, aparenta que esta situação ocorre quando o caminhão chega com materiais grandes que não conseguem ser separados na esteira como estrutura de metais, móveis etc. Esta última situação é expressa na imagem 1 da Figura 8, onde é visto o catador em cima do caminhão, mesmo sendo uma condição esporádica, expressa um nível de periculosidade maior que o trabalho rotineiro do galpão.

A organização dos catadores trouxe melhores condições de trabalho para todos no galpão, tendo em vista que o risco de acidente dentro do contêiner é elevado, como relatado pelo Catador 17, "eu já caí na caçamba, e teve uma vez que eu me enganchei ali perto do barranco e caí pra dentro, mas não me machuquei". O fato ocorrido poderia ter resultado em um acidente grave, tanto pela existência de materiais perfurocortantes dentro do contêiner quanto pela altura do barranco.

Nesta seção foi apresentado o perfil socioeconômico dos catadores entrevistados, bem como os locais de trabalho deles. Neste sentido, foi verificada a presença dos catadores nos lixões, nas vias públicas, em galpão de triagem e na área de transbordo. Cada um dos locais de coletas explanados tem suas peculiaridades, como idade média e tempo de trabalho na atividade, questões de gênero, os quais mudam conforme os espaços. Por conseguinte, a existência de vulnerabilidades tem condições específicas dependendo do espaço de trabalho do catador. Estas vulnerabilidades serão verificadas e analisadas nas próximas seções.

5.2. Vulnerabilidades e condições de trabalho

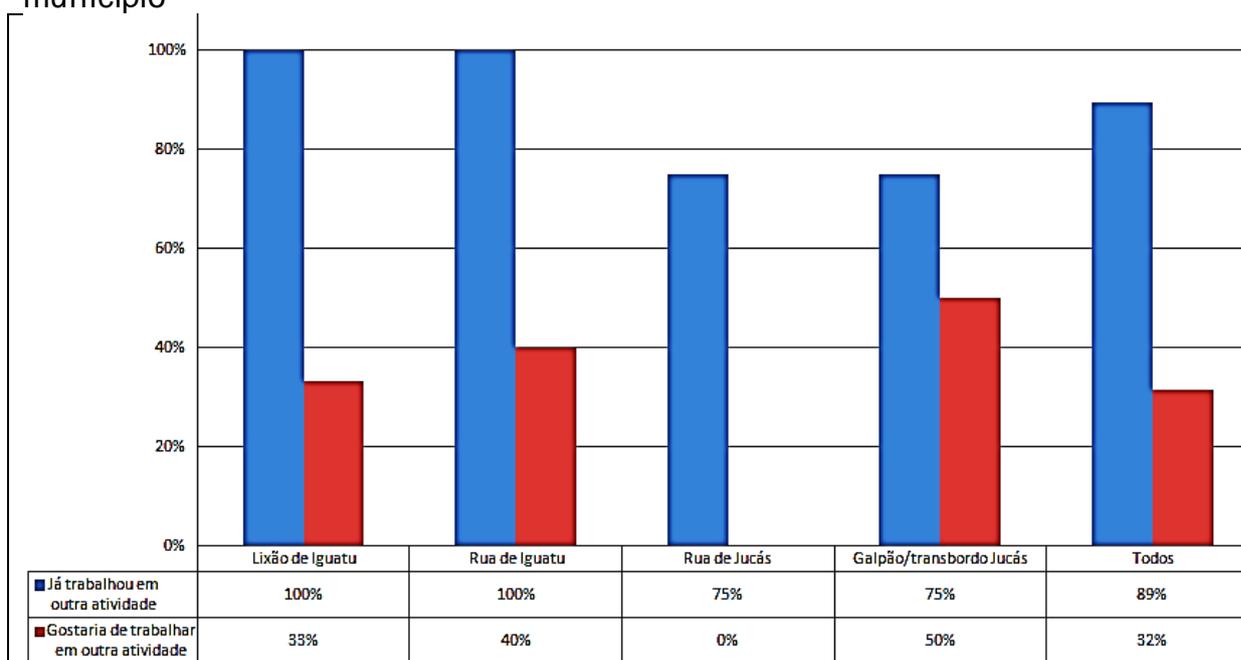
Para melhor apresentar os resultados da pesquisa de campo, os dados estão dispostos de acordo com as categorias de vulnerabilidade apresentada na metodologia: Trabalho e renda; Viver em sociedade; Participação política; Saúde e longevidade; Ser instruído e ter acesso à informação; Ambiente e habitação.

Nesta categoria são verificadas quais as motivações dos catadores para trabalharem na coleta de materiais recicláveis, como eles desempenham esta atividade e quais as principais dificuldades e riscos. Conforme apresentado na seção anterior, existem catadores em diversos locais e as atividades se diferenciam entre si e entre os próprios catadores. Deste modo, os catadores foram questionados sobre como eles trabalham na coleta, conforme explanado a seguir.

5.2.1. Trabalho e renda

Ser catador geralmente não é o primeiro trabalho, mas ao se encontrarem com esta atividade, a maioria não deseja sair dela. O Gráfico 3 revela que 89% dos catadores já trabalharam em outras atividades distintas, e que apenas 32% afirmaram desejar ir para outra atividade.

Gráfico 3: Percentual de catadores que já trabalharam em outra atividade e de trabalhadores que desejam trabalhar em outra atividade por local de coleta e por município



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Vale ressaltar que alguns entrevistados demonstraram que estão conformados com a atividade e provavelmente por não estarem dispostos às mudanças, pretendem continuar na atividade como o Catador 13: "eu já me acostumei nesse trabalho mesmo".

Assim, foi verificada a motivação para eles estarem na coleta, sendo diversificada, como pode ser percebido no Quadro 6 a seguir, onde são expostas as falas dos catadores sobre este assunto.

Quadro 6: Motivações para trabalhar como catador



As justificativas dos catadores vão desde a liberdade de tempo, por não estar submetido a um patrão, até à falta de outro emprego. Essa primeira situação foi explanada por Maciel *et al.* (2011) e por Schaurén Junior e Mazzarino (2013), relatando que o fato de serem livres, consegue ser mais forte que as diversas

dificuldades enfrentadas na atividade. Foi verificado também que alguns veem o trabalho na coleta como um trabalho como qualquer outro.

A motivação por estar na coleta influencia na permanência na atividade. Sendo que 58% dos entrevistados declararam estar na coleta por opção e a maioria quer permanecer, como é afirmado: "rapaz, como catadora tá dando certo até o dia que se Deus quiser eu me aposentar" (CATADOR 13), ou o relato do Catador 2 ao dizer: "não gostaria de trabalhar em nada, só aqui mesmo, que eu já sou acostumado", ou ainda o Catador 4: "eu quero ficar aqui. Aqui ninguém me grita. Eu chego a hora que eu quiser e saio a hora que eu quiser". 18% destes afirmaram que têm o desejo de trabalhar em outra coisa, mesmo que ganhasse a mesma coisa, mas não seria qualquer coisa, como relata o Catador 5 "eu sairia, porque a diferença ia ser grande. Porque aqui a gente sabe que tem um sol, a gente corre muito risco porque a potreção só é de Deus, então se fosse uma coisa que você fosse ter mais para sua saúde, você iria sim". Por outro lado, todos que estão na atividade por falta de opção querem sair da atividade, mesmo ganhando a mesma coisa, como os seguintes relatos: "sim, principalmente por causa dos direitos que a carteira assinada trás" (CATADOR 15); ou "eu sou bem sincero, eu sou bem franco, eu ainda tenho esperança de colocar meu próprio negócio" (CATADOR 18).

Foi percebido que alguns entrevistados desejam deixar a atividade, mas não conseguem fazer muita coisa para que isso possa acontecer. Isso se deve por vários motivos, como o cansaço excessivo devido ao trabalho, em boa parte do tempo sob o sol forte, como relatado pelo Catador 15: "a correria é grande demais, aí o cara chega à noite morto". Isso demonstra uma vulnerabilidade social que estes indivíduos possuem, uma vez que conseguem visualizar que não estão satisfeitos com a atividade em que trabalham, seja pela periculosidade ou insalubridade relatada pelo Catador 5, ou pelo desejo de ter acesso a direitos trabalhistas como citado pelo Catador 15 em sua fala, mas não conseguem fazer nada para mudar.

Percebe-se que os catadores que trabalham no galpão de triagem consideram o trabalho na coleta similar a um trabalho formal, isto se deve à condição de todos receberem uma bolsa catador da prefeitura, fazendo assim que se assemelhe a um salário formal. Por outro lado, a maior parte dos demais catadores relaciona a escolha pela atividade à flexibilidade de horário e outros à

ausência de trabalho formal.

Quanto à comercialização dos materiais coletados, os catadores das vias públicas do município de Iguatu a realizam quase que diariamente e geralmente com estabelecimentos próximos da rota de coleta, deixando de conseguir maiores valores, caso fossem à procura de compradores que pagassem melhor. Esta situação foi relatada por vários catadores, como o Catador 13 ao afirmar que "ela compra de nós, aí vai e o homem compra a ela. Ela quem vai entregar a nossa reciclagem", demonstrando a existência de intermediários em vários locais do município. Isso por um lado é ruim, pois provoca uma queda no valor dos materiais coletados pelos catadores, mas a inexistência destes poderia dificultar essa venda e desestimular a permanência dos catadores de rua na atividade, pois haveria necessidade de se deslocar muitos quilômetros para conseguir vender os materiais coletados.

Por outro lado, há catadores que buscam aqueles compradores específicos, uma vez que estes podem pagar um preço maior, como dito pelo Catador 11: "é por que tem alguns que compram só plástico e papelão, outros compram alumínio, e aí vai".

Com relação à busca de melhores valores na comercialização, a maior parte dos entrevistados afirmou que a única coisa que faz para conseguir vender o material coletado é a separação, não havendo qualquer tipo de beneficiamento mais específico. Apenas um catador declarou que faz caixas de papelão com o papelão coletado: "eu faço caixas de papelão, o pessoal que vende água sanitária por exemplo, a gente faz e vende pra eles" (CATADOR 15). O mesmo catador informou que esse valor representa mais da metade do valor obtido na coleta e que, caso consiga um emprego formal, não iria deixar de fazer estas caixas de papelão, o que se tornaria uma atividade complementar e não a sua remuneração principal.

Quanto aos catadores do lixão, por estarem em um formato diferente de coleta, a comercialização também é diferente dos catadores de rua. Os catadores do lixão, afirmaram que cada um tem seu barraco onde guardam os materiais a serem separados e os já separados em *Bags* (sacolas grandes de tecido ou de plástico), como apresentado na figura 9.

Figura 9: Barracos no lixão de Iguatu



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A maioria dos catadores esperam os compradores irem até o lixão comprar o material já selecionado, como garrafas pet, sacolas, alumínio etc. "A gente coleta, traz para os barracos, seleciona e vem os compradores pegar aqui mesmo" (CATADOR 3). Ainda tem aquele que vende os materiais para comprar os suprimentos imediatos como o relato do Catador 1: "Vou precisar de um açúcar, ou um sal pra colocar no feijão do almoço, aí eu peço pra alguém que vai na rua e peço pra vender e trazer o que estou precisando".

Como o momento das entrevistas coincidiu com a pandemia do Covid-19, foi percebido uma elevação da fragilidade neste período. Alguns catadores relataram sobre as dificuldades neste período: "Depois da pandemia, a gente não vendeu mais nada, paralisou tudo. Aí ficou difícil, mas dá pra ir levando a vida do jeito que dá. A gente tá se virando do que a gente já tinha e de alguma doação que aparece, uma coisa e outra" (CATADOR 5); "Quando aparece comprador, o cara vende, mas quando não aparece a gente fica aí como está agora desde janeiro sem vender quase nada" (CATADOR 2).

Vale destacar que, diferente dos catadores de rua, os catadores do lixão trabalham no mesmo espaço físico, mas, no momento de comercializar, eles vendem separadamente, e de forma individualizada, mesmo que seja para os mesmos compradores. Esta é uma condição ideal para o fortalecimento do associativismo, mas não é isso que ocorre segundo o relato do Catador 3:

Tudo o que você imaginar, a gente já tentou com o pessoal daqui, só que aqui nem todo mundo concorda com as mesmas ideias, aí tem sempre aquelas diferenças. A gente já pensou em montar uma cooperativa, mas por conta de uns aceitar e outros não, aí não deu certo. A gente pensou em se reunir e procurar diretamente nas fontes, nas fábricas, pra gente repassar o

material, porque já repassava num valor bem mais alto, mas nem todo mundo concorda. Acho que é mais falta de conhecimento mesmo. Tem as formas de pagamento que aqui é mais rápido.

Essa percepção demonstra uma situação de vulnerabilidade. A venda coletiva é uma das formas de elevar o valor dos materiais coletado, e se possível diretamente para as indústrias conforme relatado pelo IPEA (2013) e por Moura, Serrano e Guarnieri (2016).

Hahn (2017) afirma que o trabalho associativo vai além de querer ter melhores condições de comercialização, mas também é onde ocorre o compartilhamento de objetivos e valores comuns. Neste sentido, mesmo na associação de catadores de materiais recicláveis de Jucás, que se apresenta mais organizada, não se consegue visualizar esta interação entre todos os catadores, há alguns conflitos de interesses entre os associados que trabalham no galpão e os da rua. Como pode-se perceber no relato do Catador 14:

Hoje em dia a situação tá mais favorável pra o pessoal do galpão, até porque o pessoal tem uma bolsa extensa em termos de prefeitura, do pessoal mesmo da direção, ele tem uma renda fixa da prefeitura, eles têm uma premiação do pessoal que controla a reciclagem e quanto a nós catador, nós não temos isso.

Esta fala demonstra uma certa instabilidade nas relações entre os dois grupos, sendo que quase todos os catadores de rua de Jucás possuem carrinhos de coleta doados pela prefeitura, conforme apresentado na Figura 2, e negociam os materiais coletados com a associação dos catadores. O Catador 7, relata como funciona essa comercialização: "só pra lá, pra associação, eu passo pra lá, aí eles vai, faz a nota lá, deixa no computador e me dá um papelzinho, aí com 15 dias eu vou pegar lá". Por conta da associação está trabalhando no galpão recém-construído pela prefeitura, alguns catadores têm a percepção de que quem compra é a prefeitura e não a associação, como relatado por um catador de rua daquele município:

Eu vendo pra prefeitura. Quer dizer, tem a prefeitura e tem outro rapaz também que compra, só que o plástico eu vendo pra prefeitura e às vezes o pessoal me dá um fogão aí eu mando ir buscar, eu vendo já pra outra pessoa, que essa outra pessoa compra ferro, compra fogão, geladeira, essas coisa (Catador 10).

Esta situação se dá devido à forma como a associação de catadores de Jucás surgiu. Ela nasceu a partir de uma iniciada da prefeitura para viabilizar a coleta

seletiva no município, bem como a eliminação do lixão. Essa parceria contou com a cessão de um imóvel vizinho à câmara de vereadores, máquinas e carrinhos de coleta, dando ênfase à marca da prefeitura, e ao nome do programa Recicla Jucás, além de conceder bolsas catadores para os associados. Tanto que esta sensação também é tida por alguns catadores do galpão, devido à obtenção da bolsa catador, uma vez que ela pode ser confundida pelos catadores como um salário que a prefeitura paga, tornando o sentimento de alguns deles similares a funcionários daquele município.

Dentre os catadores do lixão de Iguatu, foi verificado que eles realizam apenas a separação dos materiais, uma vez que é impossível vender sem realizar esta separação. Quanto aos catadores de Jucás, é realizada a separação e a prensa dos materiais coletados. Sendo que a separação não deve nem ser considerada como forma de agregação de valor, uma vez que, os materiais têm preços diferentes, o que obriga a separação para cálculo dos valores.

- Renda e acesso a bens de consumo

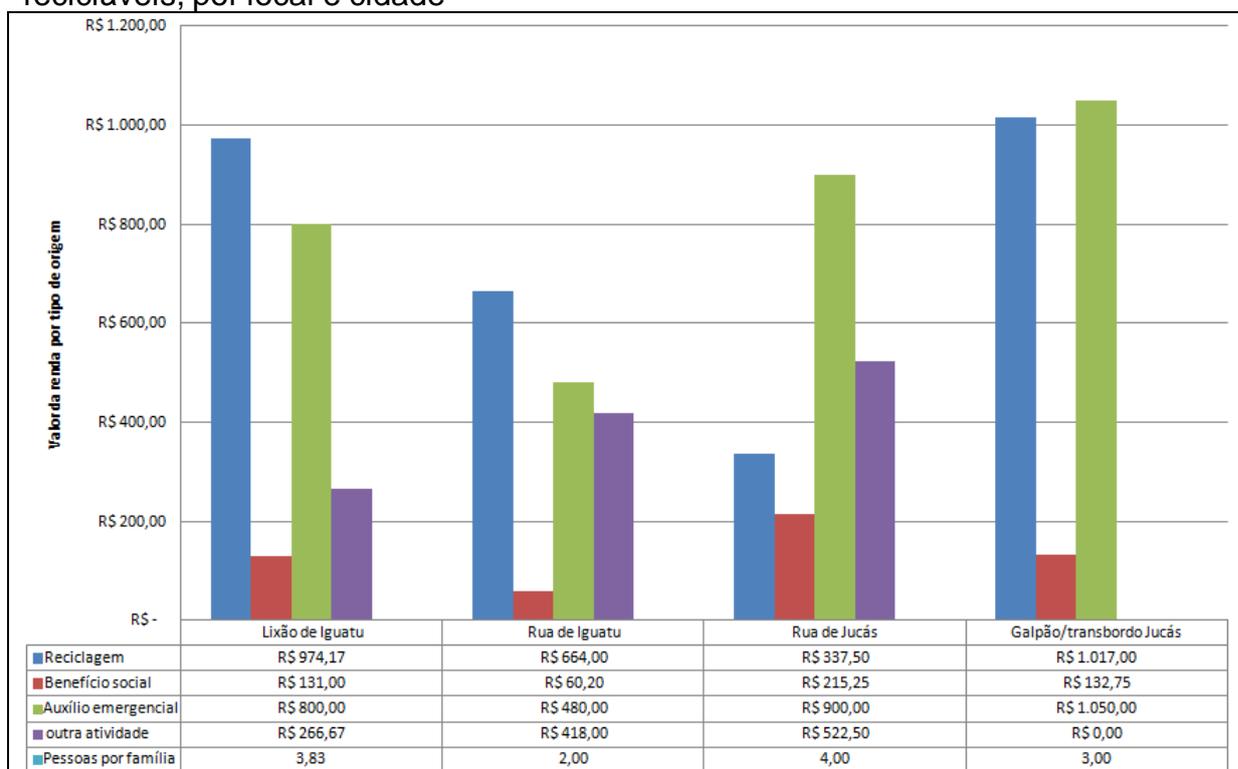
As questões inseridas nesta seção buscaram compreender a fonte da renda dos catadores, seja somente com a venda dos materiais, ou com outras atividades ou acesso a algum tipo de benefício ou auxílio do governo.

Um dos principais pontos observados é que a receita proveniente da coleta varia muito, principalmente com relação aos catadores de rua ou do lixão, uma vez que a quantidade de material comercializado depende muito da disponibilidade deles na atividade. Conforme destacado pelo Catador 3: "Dependendo do fluxo de trabalho e do tempo que eu passar trabalhando, consigo 500 ou 600 reais (mensal) tranquilo"; outro afirma que varia mais ainda: "a gente recebe de 15 em 15 dias, que eles paga. Tem vez que recebe R\$ 60, já teve vez de até R\$ 200 (por quinzena)" (CATADOR 8). O catador revela como a associação dos catadores de Jucás atende aos catadores de rua, neste caso, os catadores entregam os materiais e é pago quinzenalmente. Mas há catadores como o Catador 2 que informou que consegue cerca de R\$ 2.000,00 por mês, com a reciclagem. Vale ressaltar que este catador foi o único que demonstrou fazer algum tipo de beneficiamento dos materiais coletados no lixão de Iguatu.

Com relação aos catadores do galpão de triagem de Jucás, todos recebem uma bolsa catador, paga diretamente pela prefeitura, somada ao valor proveniente da comercialização dos materiais, conforme relatado pelo Catador 18: "por cada carrada vendida, nós temos R\$ 150,00 que a gente recebe, fora a bolsa, que nós recebemos de R\$ 840,00 (mensal)". Essa situação demonstra uma maior estabilidade na renda dos catadores, por outro lado, os catadores do galpão não têm a mesma flexibilidade de horários que os catadores de rua ou do lixão. No Gráfico 4 a seguir, os valores inseridos na reciclagem foram somados ao valor que ganham com a bolsa catador e as receitas provenientes da venda dos materiais. Conforme relatado pelo Catador 18, o valor da bolsa é a principal fonte de recursos financeiros da maioria dos catadores. Essa situação reforça a percepção de que eles se sentem funcionários pagos pela prefeitura, e não catadores associados.

Adicionados à renda proveniente da coleta dos materiais recicláveis, os catadores foram questionados sobre valores oriundos de outras atividades remuneradas, de benefícios sociais, da quantidade de pessoas dentro do mesmo imóvel, bem como se desempenham alguma atividade remunerada, para ser possível mensurar a renda familiar por pessoa na mesma residência. Muitos catadores relataram que neste período de pandemia, principalmente depois de março/2020, não estão conseguindo comercializar os materiais coletados como ocorria normalmente, neste sentido, foi questionando qual a receita proveniente da coleta em tempos normais, para poder elaborar o Gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4: Formação da renda familiar mensal dos catadores de materiais recicláveis, por local e cidade



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

No Gráfico 4 acima, foi apresentado a renda familiar mensal dos catadores, bem como a dos demais que residem na mesma moradia. Foram consideradas todas as fontes de receitas informadas nas entrevistas, com a comercialização da coleta, benefícios sociais, o auxílio emergencial e outras atividades, trabalhos esporádicos. Considerando que as entrevistas foram realizadas no período da pandemia do Covid-19, os dados foram coletados das seguintes formas:

- O valor da reciclagem se refere às receitas provenientes da comercialização dos materiais coletados durante o mês. Como durante a entrevista muitos compradores estavam fechados, as vendas estavam paralisadas e os catadores estavam coletando e guardando o material em seu barraco; no caso do lixão, no galpão de triagem, ou em sua própria residência. Deste modo foi indagado quanto se consegue ter de receita com a venda num período normal. Esta situação demonstra o elevado grau de fragilidade e dependência imediata da receita proveniente da comercialização dos materiais coletados.

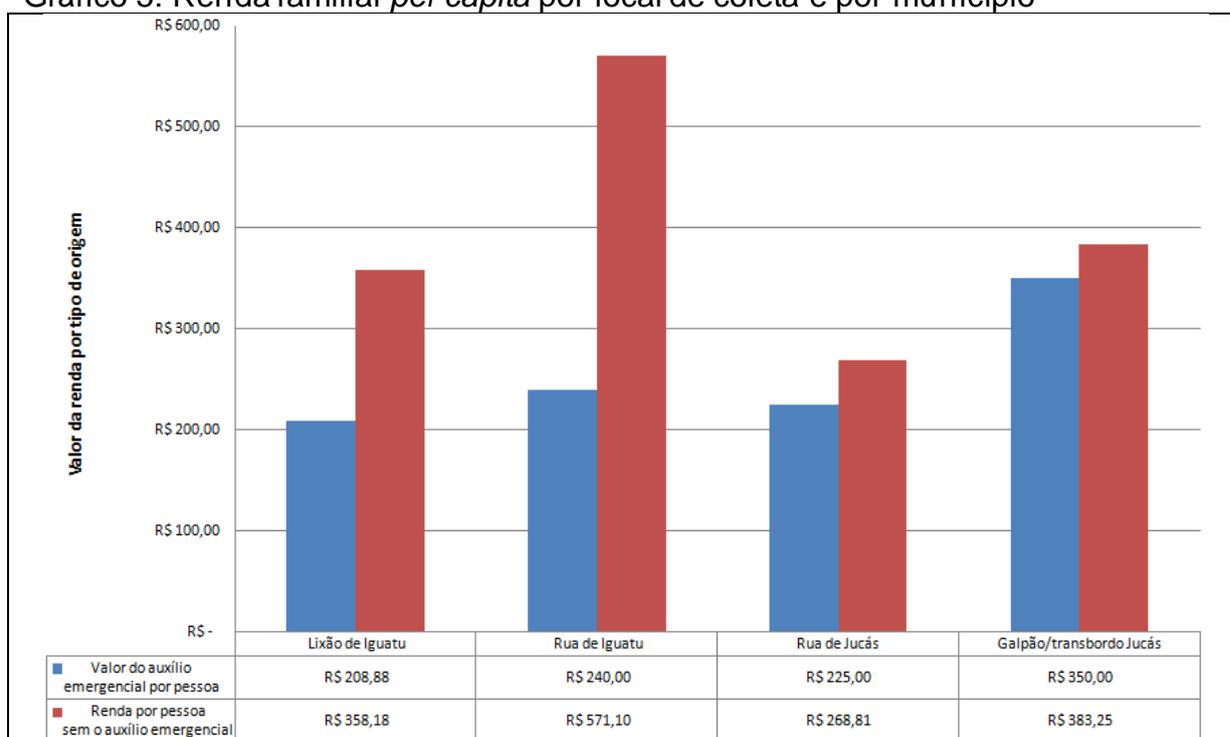
- Quanto ao auxílio emergencial, este foi contabilizado de forma separada dos demais benefícios sociais como o bolsa família, pois o primeiro é uma renda

esporádica e com duração provisória, decorrente da pandemia Covid-19. Enquanto o segundo é um programa permanente e que só será retirado se houver uma mudança na condição da renda familiar, que os deixe fora do perfil do programa. Uma observação sobre os dois benefícios é que os dois não se somam, sendo que a família receberá o benefício de maior valor.

Verifica-se que os únicos catadores que não possuem receitas provenientes de outras atividades são os do galpão de triagem e isto se deve ao fato de terem a maior renda mensal proveniente da coleta. Esta renda, mais elevada que os demais, está relacionada à bolsa catador que eles recebem da prefeitura, no valor de R\$ 800,00, e se considerar a renda per capita, eles possuem a maior renda entre todos os grupos, como pode ser percebido no Gráfico 5.

Por outro lado, foram verificadas famílias com renda familiar per capita de R\$ 142,75, já com o benefício do bolsa família. Se este for extinto, o valor reduz para R\$ 100,00, o que dá cerca de R\$ 3,33 por dia. Vale ressaltar que este é o valor proveniente de uma atividade produtiva, fator que gera uma elevada vulnerabilidade social e uma dependência dos programas de assistência sociais e de transferência de renda.

Gráfico 5: Renda familiar *per capita* por local de coleta e por município



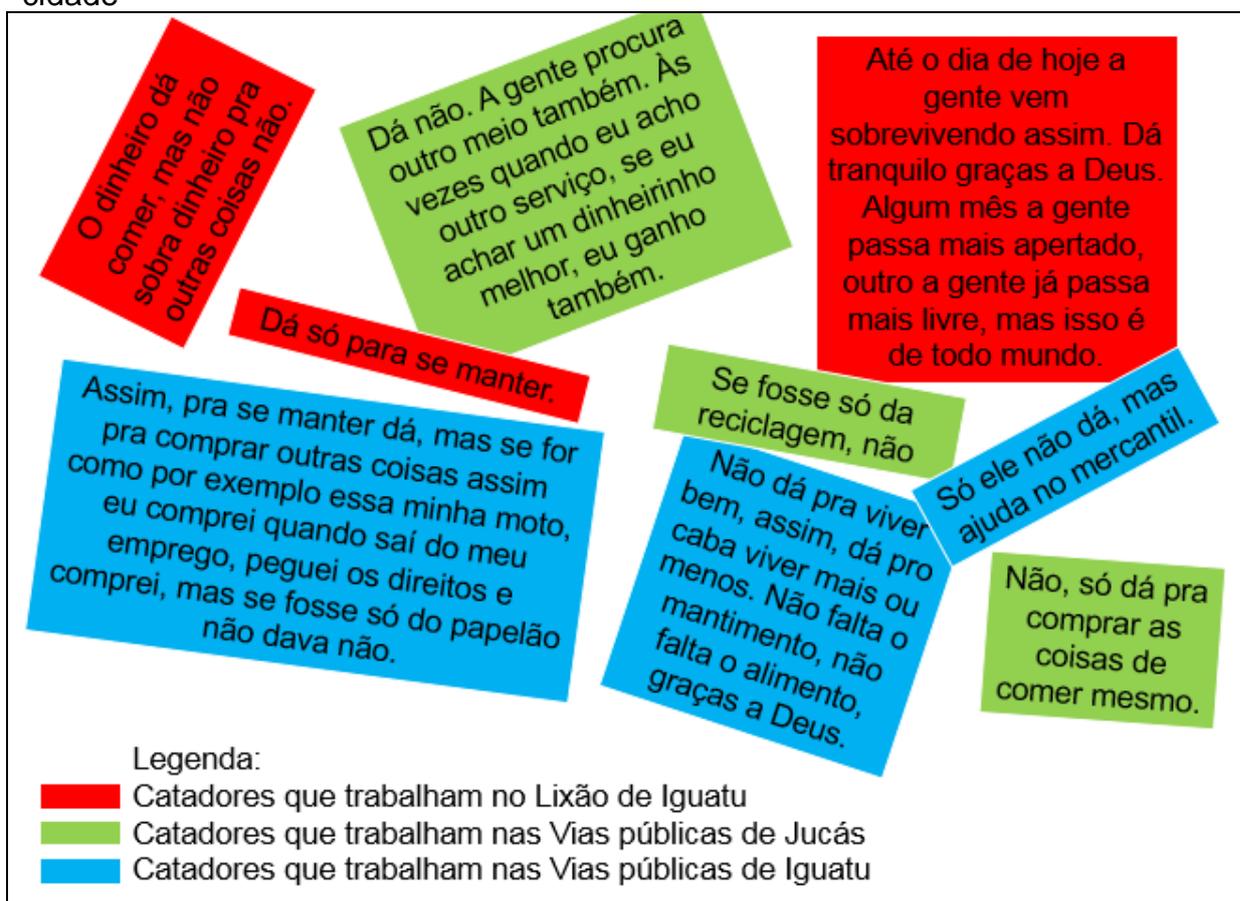
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

No Gráfico 5, foram agrupadas todas as receitas das famílias, inclusive os benefícios sociais, mas foi excluído o valor do auxílio emergencial, sendo dividido pela quantidade de pessoas na mesma residência. O gráfico expõe que o valor proveniente do auxílio emergencial é menor que a soma das demais receitas, mas que é de extrema importância para suprir a deficiência da mesma no período da pandemia. A maioria dos catadores tem renda por pessoa abaixo dos R\$ 522,50, metade do salário-mínimo, no ano de 2020, valor considerado como faixa de vulnerabilidade social por Costa et al (2018), atualizando valor do salário-mínimo utilizado pelo autor no ano de 2010.

Quanto ao acesso ao auxílio emergencial ou outros benefícios sociais, foi verificado que alguns catadores não possuem documentos como Identidade, CPF e Carteira de Trabalho, pois perderam e nunca foram retirar uma nova via. Quando questionados sobre o motivo, demonstram falta de ação, como relatado pelo Catador 1: "nem esse benefício agora que todo mundo está recebendo, eu não recebi, porque perdi meus documentos, e não fui atrás ainda. Já disseram que tem que ir na tal da Receita Federal". Vale destacar que esta situação de inatividade do catador pode estar relacionada a ausência de apoio de órgãos como a secretaria de assistência social, uma vez que o relato deste catador parte de uma pessoa que reside em um barraco instalado no próprio lixão, ou seja, um espaço gerenciado pelo município, que por sua vez desconhece quem está lá.

Quando questionados se o valor proveniente da reciclagem é suficiente para se manterem, muitos catadores afirmam que conseguem sobreviver com a renda auferida, somada muitas vezes por ajuda de instituições ou do próprio município que realizam doações de cestas básicas esporadicamente. Conforme os relatos de alguns catadores no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7: Percepção da suficiência da renda pelos catadores por local de trabalho e cidade



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Alguns catadores informam que viver somente com a renda provenientes da coleta é difícil e dependem de outras atividades ou de ajuda para complementar. Dos 19 entrevistados, dois eram aposentados, ou seja, mesmo recebendo um valor fixo por mês de um salário-mínimo, estes catadores necessitam trabalhar para completar a renda familiar. Vale destacar que no Quadro 7 não consta falas dos catadores do galpão de triagem, uma vez que todos afirmaram que o valor está bom e que não possuem muitas dificuldades para se manterem, como ocorre com os catadores de outras áreas.

Por fim, percebe-se que os catadores do galpão de triagem de Jucás têm maior estabilidade na renda, com poucas variações mensais, isto se deve ao benefício da bolsa catador que eles recebem da prefeitura mensalmente. Enquanto os demais catadores possuem uma instabilidade nas receitas provenientes da comercialização dos materiais coletados. Isso faz com que eles tenham dificuldade na programação das despesas mensais como a aquisição de bens de consumo.

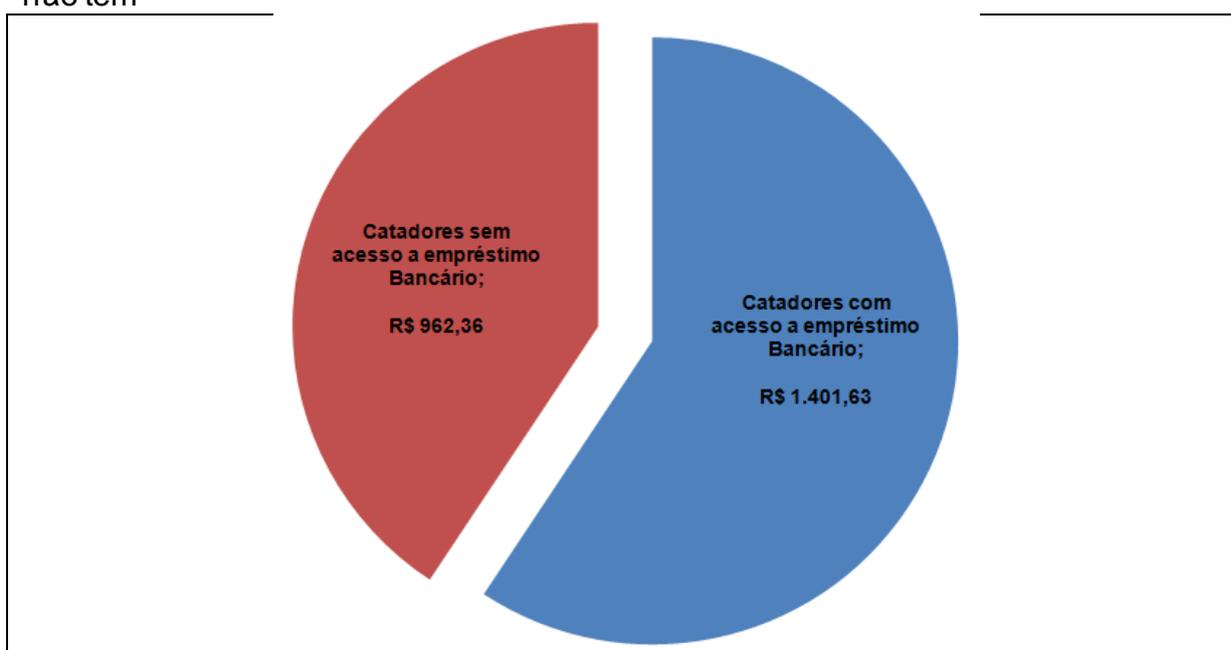
Diante dos dados apresentados, verifica-se também que esta fragilidade se acentuou durante os primeiros meses da pandemia do COVID-19 no país, e que o acesso a benefícios sociais como o auxílio emergencial e a bolsa catador foram de fundamental importância para manutenção deles neste período crítico.

- Acesso ao sistema financeiro

O acesso ao sistema financeiro, e não somente ao crédito, pode proporcionar às pessoas melhores condições de gerir sua vida financeira. Por outro lado, seguindo os relatos de alguns catadores, a disponibilidade de recursos financeiros provenientes da venda dos materiais recicláveis é utilizada quase que de forma imediata.

Mesmo nesta circunstância, oito catadores afirmaram fazer algum tipo de empréstimo, sendo que sete destes acessam o Crediamigo, que é o programa de microcrédito orientado do Banco do Nordeste. Considerando a renda familiar dos catadores, sem o auxílio emergencial, foi verificado que os catadores que têm acesso ao sistema bancário possuem renda familiar maior, como exposto no Gráfico 6 a seguir:

Gráfico 6: Renda familiar de quem tem acesso a empréstimo bancário versus quem não tem



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

No Gráfico 6, percebe-se que os catadores que têm acesso ao sistema

financeiro por meio de empréstimos bancários dispõem de uma renda familiar aproximadamente 46% mais alta que os catadores que não possuem. Isto pode estar relacionado ao fato de que a maioria dos catadores que acessam ao sistema financeiro conseguem organizar suas contas, anotando de alguma forma as suas despesas e receitas para programar melhor a sua vida financeira. Sendo que cerca de 63% dos catadores que têm acesso a empréstimo bancário fazem algum tipo de registro das suas despesas e receitas.

Ressalta-se que este dado não deve ser analisado de forma isolada, tendo em vista que alguns entrevistados afirmaram não ter interesse em fazer qualquer tipo de empréstimo. Isso não significa que eles estão excluídos do sistema bancário, conforme relatado pelo Catador 18: "eu nunca (fiz empréstimo), pra ser sincero, hoje eu acredito que eu não tenho as coisas porque eu tenho medo de dever". Na fala do catador, compreende-se que há um receio de contrair qualquer dívida, por outro lado, ele expõe que isso pode estar prejudicando a sua capacidade empreendedora, mas esta é uma escolha dele, caracterizando neste caso uma expansão das liberdades de decisão sobre sua vida.

Souza (2008) considera que o acesso a empréstimos bancários, como o microcrédito, pode possibilitar às pessoas mais pobres terem melhores condições de vida. Assim, foi questionado como o valor proveniente do empréstimo é utilizado. No caso específico da maioria dos catadores que tem acesso ao Crediamigo, eles informaram que investem em atividades produtivas como a compra de materiais de outros catadores que necessitam do dinheiro imediatamente, não conseguindo aguardar o comprador que possui melhor preço chegar, como o Catador 5 diz: "o Crediamigo, eu pego ele também pra investir em reciclagem. Eu compro e repasso". O Catador 14 também relata como investe na reciclagem: "o Crediamigo me permite que eu faça coleta e que eu compre algum material de outras pessoas pra revender em torno de melhorar a renda". Mas também há catadores que aplicam os recursos em outra atividade, como forma de diversificar a renda familiar, como afirma o Catador 6: "tenho o Crediamigo, faço pra comprar os porcos e vender". Já o Catador 17 está buscando iniciar uma forma de agregar valor aos materiais coletados, "a ideia é investir nessa questão de inventar alguma renda extra, né, no caso pra pegar o material aqui, né, pensar na questão também de artesanato".

Como este tipo de empréstimo foi o mais informado, foi elaborado o Quadro 8, onde consta algumas informações institucionais sobre este programa de microcrédito e as informações prestadas pelos catadores. Não serão apresentadas todas as informações deste programa de crédito, mas sim as principais colocações dos catadores sobre o mesmo, para buscar entender o motivo do acesso a este tipo de empréstimo e não outros.

Quadro 8: Informações sobre o Programa de Microcrédito Urbano do Banco do Nordeste - Crediamigo

Informações da instituição sobre o Programa de microcrédito	Relatos dos catadores
<ul style="list-style-type: none"> - Todos os empreendedores individuais ou reunidos em grupos solidários, que atuam no setor informal ou formal da economia, podem ter acesso ao microcrédito do Crediamigo. - Capital de giro para a aquisição de matéria-prima e mercadorias, com garantia de grupo solidário formado por 3 até 10 pessoas. - Giro Individual: Capital de giro para aquisição de matéria-prima e mercadorias, com garantia do coobrigado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Eu pego ele também pra investir em reciclagem. Eu compro e repasso; - O Crediamigo me permite que eu faça coleta e que eu compre algum material de outras pessoas pra revender em torno de melhorar a renda; - Tenho o crediamigo, faço pra comprar os porcos e vender. - A gente faz crediamigo, no grupo de 5 pessoas. - Faço o Crediamigo, e faço o individual que é crediamigo também. O do grupo eu acho que são 6
<p>O empréstimo pode ser renovado e evoluir até R\$ 15.000,00, de acordo com a estrutura do seu negócio e capacidade de pagamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Eu faço de cinco em cinco meses; - Quando é um grupo de três pessoas você pede 1.500 pra ver se vem menos, tá entendendo? Às vezes nunca vem.
<p>Crediamigo Comunidade: Capital de giro produtivo, voltado para a melhoria da infraestrutura local do seu negócio ou moradia e aquisição de pequenas ferramentas, com garantia de grupo solidário formado por 11 até 30 pessoas. Empréstimos de R\$ 100,00 até R\$ 1.100,00;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cada qual pede o seu valor, né? 1000, 2000, ela 1000. Não passa dos 1000; - São avalistas entre si. - (Já aconteceu de você pagar por uma pessoa do grupo?) Já. No outro grupo que era maior, às vezes a gente cobria uma parcela de alguém que tava doente, às vezes a gente adoecia uma época aqui e não tinha como pagar, aí o grupo, cada qual dava sua parcelazinha pra cobrir.

Fonte: Pesquisa de campo (2020); BNB (2020).

Fazendo um comparativo entre as informações prestadas pelos catadores e as coletadas pelo BNB (2020) sobre o Crediamigo, é possível concluir que:

- Não há necessidade de formalização do negócio com CNPJ, o que facilita o acesso dos catadores, pois são informais;

- O empréstimo é realizado de forma coletiva ou individual, podendo chegar a grupos de até 30 pessoas, sendo que os grupos maiores, chamados de Crediamigo Comunidade, têm a propensão de serem aprovados com maior facilidade, segundo o relato da catadora;

- A garantia do empréstimo são os próprios participantes do grupo, o que é uma segurança para a instituição financeira quanto à cobrança. Sendo que, se uma pessoa do grupo não pagar, todos os demais ficam obrigados a cobrir o valor dele, caso contrário todos serão negativados nos serviços de proteção ao crédito, dificultando o acesso destes a compras no comércio, conforme exposto por uma catadora;

Vale destacar que este programa de microcrédito, o Crediamigo, está em funcionamento desde 1998 na agência de Iguatu (Barbosa, 2008), fazendo com que após 22 anos seja o programa de microcrédito mais conhecido na Região Centro Sul Cearense.

Por fim, nesta categoria de análise, percebe-se que a atividade da coleta de materiais recicláveis tem diversas dificuldades, como receitas inconstantes, locais insalubres e perigosos e, em alguns casos, desprezo por parte da população. Mesmo com estas condições a maior parte dos entrevistados desejam permanecer na atividade principalmente pela liberdade de horário de trabalho, ou por não ter patrão.

5.2.2. Viver em sociedade

Esta categoria está atrelada a questões de socialização dos catadores, uma vez que foi verificado por alguns autores como Gonçalves *et al.* (2013) e Maciel *et al.* (2011) uma certa marginalização, exclusão e até mesmo medo por parte da população, confundindo os catadores com mendigos. Esta situação torna a profissionalização da atividade mais complexa, pois além das dificuldades já inerentes da coleta, como a comercialização e os baixos valores dos materiais, existe o preconceito.

Assim, foram realizadas perguntas tanto sobre o relacionamento entre os próprios catadores como a percepção da população quanto a sua presença na coleta dos materiais recicláveis. Com relação aos catadores, todos relataram não ter problemas com outros catadores. "Conheço todos, somos tudo amigo, quando a gente se encontra, eu vou pra um canto, ele vai pra outro, a gente não tem ambição por nada" (Catador 9). Mas quando questionado sobre a comercialização coletiva na categoria anterior, foi percebido que há dificuldade de realizar esta ação de forma

conjunta, decorrente principalmente de ausência de organização social entre eles.

Quanto à percepção de como as pessoas os veem quando estão mexendo no lixo, muitos falaram que já passaram por situações de discriminação, algumas pontuais e outras recorrentes como segue no Quadro 9:

Quadro 9: Marginalização e preconceito por ser catador

Entrevistado	Como as pessoas agem ao ver o catador manuseando o "lixo"	Formas de constrangimento percebidas por ser catador
Catador 1	Eu já me acostumei, o pessoal pensa que a gente está aqui porque quer. Mas aqui só vem pessoas que já espera ver catadores como você.	Quando a gente vai tomar uma no bar, mesmo estando limpo as pessoas olham pra gente diferente só por saber que a gente é catador.
Catador 2	Lá no Mercado eu canso de tá tirando os ossos lá e o pessoal passava era com as mãos nas vendas, dizendo que tava fedendo	O povo passa dizendo "o povo sebooso, catando osso véi, pegando nesses ossos véi", só me lembro uma vez quando estava com o carrinho cheio de osso e o povo botando as vendas.
Catador 3	Do mesmo jeito que tem gente que torcem a cara, tem outros que lhe abraçam.	Sempre tem né, porque nem todo mundo é igual. Às vezes você está num local e fulano trabalha no lixão óh. Como eu já passei em reuniões grande mesmo, assim pra dizer a presidente da associação dos catadores, aí a pessoa chega pra mim e diz: você trabalha no lixão, tu não tem medo disso, disso e daquilo não?
Catador 4	Tem gente que fica com nojo, mas é muito pouco.	Quando eu chego no bar aí tem aqueles caba mais, que quer ser mais importante, aí se recusa de... porque é do lixo. Quando eu vou beber eu vou limpo, mas "aí, é do lixo". Tem gente, é pouco, mas tem.
Catador 5	Muitos passam aí e tapam o nariz, a gente vê muito preconceito às vezes.	Muitas vezes eu vou na rua pagar o empréstimo, ou fazer ota coisa, aí pra não descer na Chapada eu pego a topique direto. Às vezes você vem puxando uma conversa e outra, aí quando diz assim "ah, para aí no lixão" aí a pessoa diz "mulher, você trabalha aqui no lixão, num sei o que".
Catador 6	Sempre tem um ou outro que olha diferente	Não relatou formas de constrangimento.
Catador 7	Tem vez que a gente está mexendo na sacola aí o pessoal diz "tem um senhor que passa aqui e deixa o lixo todo espalhado"	Tem gente que acha que eu sou lixeiro, mas eu não sou lixeiro, eu sou reciclador. Lixeiro é aquele que pega o lixo e coloca no caminhão, eu pego apenas o que serve, então eu sou reciclador.
Catador 8	às vezes, tem gente que não gosta	Não relatou formas de constrangimento.
Catador 9	Uma vez, uma mulher que acha que é rica demais, aí eu tava catando lixo, aí ela foi e disse "Ei, mulher, não espalha lixo não"	Muitas perguntam se eu não tenho vergonha. Eu digo "não, eu teria vergonha se fosse entrar numa casa e roubar, mas pra mim caçar alguma coisa numa casa e deixar o lixo bem certinho não tem problema".

(Continua...)

(Continuação)

Catador 10	Tem uns que menospreza, tem uns que a pessoa não olha nos olhos e quando olha é com olhar de desprezo.	A pessoa me humilhou muito. Eu passei quatro semanas com desgosto, chorando. Quando era de 7 pra 8 horas mais ou menos eu encostava pra lá. (Um dia, um funcionário gritou) “Me diga uma coisa, você é dono daqui?” “não senhor”; “pois faça favor de num entrar mais aqui dentro não!”
Catador 11	Tem um preconceitozin.	Assim tem gente que se afasta da gente, olha diferente assim. Você sabe como é.
Catador 12	Tem gente que se acha, fica falando as coisas, mas eu deixo pra lá.	Uma vez aqui no bairro de baixo, uma pessoa disse “rapaz, cace um serviço pra você, isso não é serviço de gente não” eu disse “rapaz, é melhor a gente ganhar um dinheirinho do que tá fazendo coisa errada e em vez de ganhar um dinheirinho levar uma bala na cabeça”.
Catador 13	Não relatou situação alguma.	Não relatou formas de constrangimento.
Catador 14	Logo no começo isso aí era semanalmente, já teve várias situações de isso aí com eu, com os outros catador também já teve. Você sabe que o preconceito existe e nunca vai parar de existir.	Eu já me senti ofendido, alguns amigos meus também. Eu acredito que todos os catadores, por mais que a cidade seja pequena o preconceito é maior.
Catador 15	Já, os comentários de quem não tem o que fazer, né? O povo diz “Ave Maria, trabalhando com lixo”.	Já, minha mãe mesmo disse “Dextá que eu vou contar pra seus filhos que tu tá aí catando lixo”, pode mandar. Eu acredito que é digno, né, esse trabalho. Uma que eu estou ajudando o meio ambiente. Aí muitas vezes eu fico é com raiva, eu digo assim “procura aí uma casa se eu tô pedindo uma colher de café, uma colher de açúcar. Não peço. Eu acho melhor trabalhar e comprar”.
Catador 16	Não relatou situação alguma.	Não relatou formas de constrangimento.
Catador 17	Normalmente sempre tem gente que a gente vê que tem uma visão diferente com relação a isso, quando sabe que a gente trabalha numa área assim.	Eu já escutei comentário assim, em relação da pessoa falar “ah, mas trabalha no lixo, mexe com lixo, é perigoso pegar doença, né?” eu digo “perigoso sabe o que é? É você não trabalhar e morrer de fome, o meu medo que eu tenho é só isso, por isso que eu tô no meio do lixo”.
Catador 18	Só pode. Percebe. Às vezes vira a cara com nojo.	Já tive. Inclusive eu tenho prova comigo. Porque logo quando eu comecei, a irmã da minha esposa falou lá que eu tinha ficado louco, que eu tava trabalhando com isso, tá entendendo? Eu tô trabalhando com isso aqui e eu tô satisfeito, porque eu tô vendo que dá dinheiro”.
Catador 19	Não relatou situação alguma.	Não relatou formas de constrangimento.

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

No Quadro 9, é verificado que muitos catadores sofrem ou já sofreram formas de preconceito referente à atividade, como relatado pelo Catador 15, quando relata uma ocasião em que sua mãe o repreende por estar coletando materiais recicláveis. Há relatos também de situações muito marcantes que colocam a pessoa em uma situação depressiva emocionalmente, como relatado pelo Catador 10, que passou 4

semanas com "desgosto e chorando".

Já os catadores 1 e 3 expõem situações de discriminação ao serem atendidos em bares e restaurantes, simplesmente por serem catadores, como eles mesmo relataram, sempre vão limpos e fora do horário da coleta. O catador 5 declara que, mesmo no transporte público, as pessoas começam a conversar, mas quando descobrem que se trata de um catador, a conversa muda e se inicia algumas frases de desprezo.

Por outro lado, dos 19 entrevistados, três relataram que nunca identificaram formas de desprezo ou constrangimento por serem catadores, isso pode estar relacionado ao fato de serem os mais novos na atividade. Há ainda dois catadores que não relataram formas de constrangimento, mas percebem que as pessoas agem de forma preconceituosa quando veem os catadores fazendo a coleta. Estas situações demonstram uma certa marginalização dessa classe trabalhadora, bem como a dificuldade de convivência social, decorrente desta discriminação.

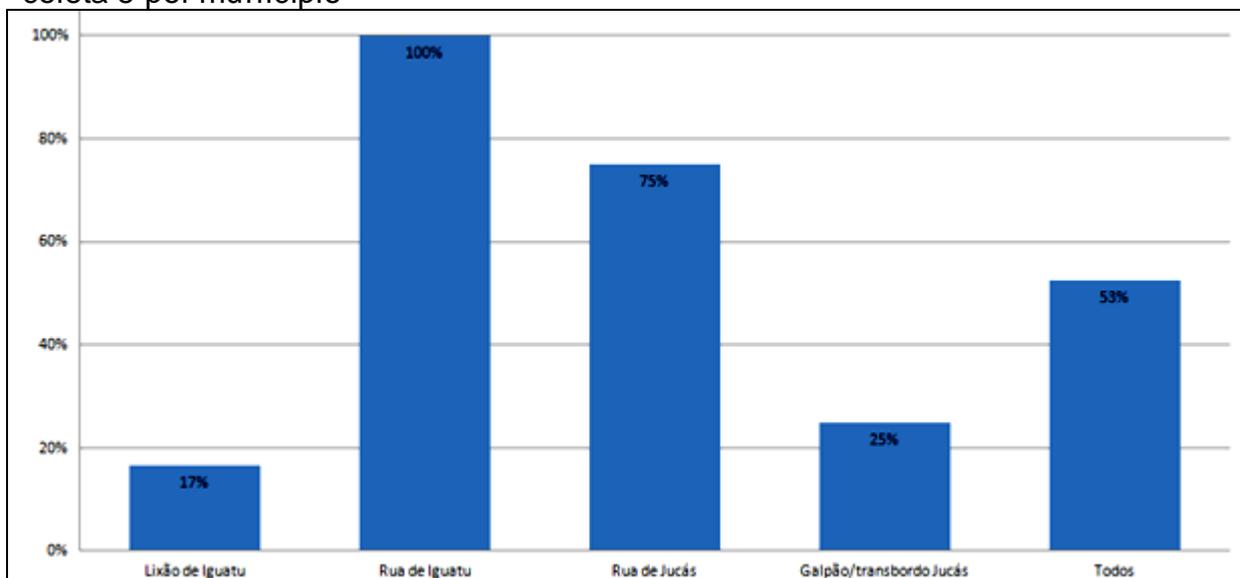
Mesmo diante das situações de preconceito relatada, todos os entrevistados afirmaram que não tem receio de dizer que é catador, mas alguns relataram que nem sempre foi assim. O Catador 18 afirmou que "Francamente eu tinha, não vou mentir. Se fosse pra mim ir numa rua desse jeito eu não ia resolver alguma coisa, eu tinha receio. Hoje não tem. Tomei a liberdade de gostar do que faço, tô fazendo uma coisa que não é só eu hoje".

Além do preconceito, foi verificado alguns relatos em que se percebem conflitos com familiares e vizinhos quanto à guarda de materiais em sua moradia, conforme relatado por Maciel *et al.* (2011), não é raro encontrar catadores que coletam e guardam materiais em suas residências, esta ação se associa diretamente a três categorias, a de Trabalho e Renda, Ambiente e Habitação, mas também a de Viver em Sociedade. Esta situação se deve pelo fato de que o acúmulo de materiais pode gerar odores desagradáveis, bem como o surgimento de animais indesejáveis e transmissores de doenças, isso pode ocasionar conflitos dentro das famílias e com os vizinhos. Assim, este ponto foi abordado em cada uma das categorias.

Deste modo, foi questionado se o entrevistado guarda materiais em sua casa e como as pessoas de sua casa e as pessoas que vivem próximo veem isso. No

Gráfico 7 é percebido que em todos os ambientes existem catadores que mantêm materiais em sua residência, mesmo que seja por pouco tempo.

Gráfico 7: Percentual de catadores que guardam materiais em casa por local de coleta e por município



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Foi verificado que a maioria dos catadores de rua mantém materiais recicláveis em suas moradias. Os catadores que trabalham no galpão desempenham suas atividades apenas neste local, cabendo apenas aos catadores que também coletam materiais nas proximidades de sua casa para aumentar a renda.

Quanto aos catadores do lixão, os que não moram naquele local deixam os materiais coletados nos barracos do lixão, já os catadores que residem nos barracos do lixão mantêm materiais em suas residências. Este é um fato que será abordado mais profundamente na categoria de habitação.

Quando indagado sobre a opinião dos familiares e dos vizinhos mais próximos sobre esta situação da guarda dos materiais, apenas três catadores confirmaram que têm problemas com vizinhos ou familiares. Conforme os relatos a seguir:

Tem um cara aí que ele não acha bom. No dia que ele vier reclamar eu digo "rapaz, eu tô guardando no que é meu". Agora eu sei que é errado mesmo porque tem essas vasilhas sem tampa e enche d'água, né? E tem o problema do mosquito aí que é complicado, quando eu vejo um com água eu derramo pra não complicar porque eu sei que complica pra mim e pros outro, né? (CATADOR 13).

Às vezes, os vizinhos já reclamaram (CATADOR 10).

Só quem acha ruim é meus filhos, porque eles dizem que o povo vai dizer que eu tô passando necessidade, que eu não preciso disso, não sei o quê (CATADOR 15).

A fala do Catador 13 revela uma situação que eles não têm controle, pois ao coletar os materiais na rua, devem fazer a separação para conseguir vender, e o único local disponível é a sua residência. Então, a geração de conflitos está mais atrelada ao poder de argumentação junto aos vizinhos e aos familiares, do que das ações dos catadores, pois o máximo que pode ser feito é a guarda dos materiais pelo menor tempo possível para evitar o surgimento de pragas que possam transmitir doenças.

Percebe-se que os catadores que trabalham no galpão de triagem ou no lixão não têm esse problema, pois possuem local específico para o trabalho com os materiais recicláveis. Esta situação reduz os conflitos com vizinhos e familiares, mas no caso dos catadores que moram no lixão, o fato não diminui o risco de contágio de doenças decorrente deste acúmulo, uma vez que residem no foco deste problema.

5.2.3. Participação política

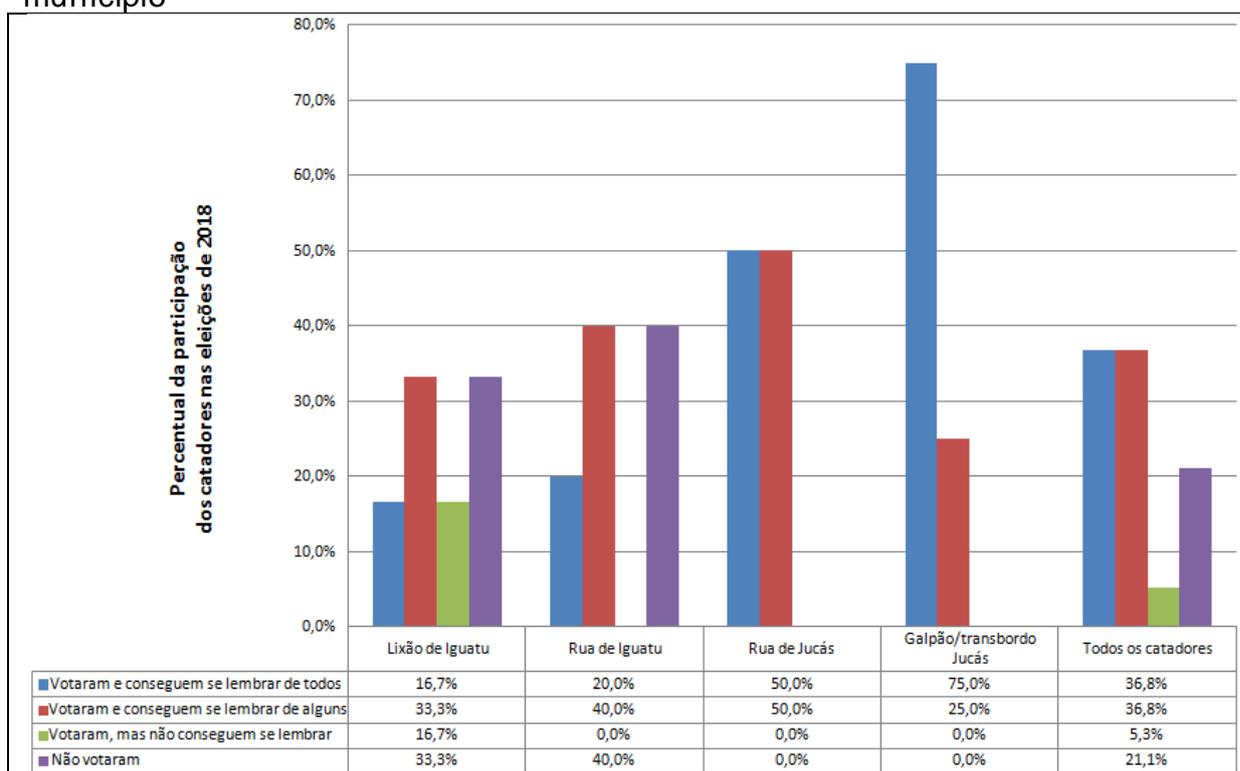
Segundo alguns autores como Nussbaum (2013) e Sen (2007), a liberdade política é importante para a expansão das liberdades do indivíduo, elevando a capacidade de desenvolvimento dele. Ser livre para exercer seus direitos políticos como escolher seus representantes, ou até mesmo conseguir se candidatar a um cargo eletivo, expressar sua opinião e ter o direito de se associar a outros indivíduos para buscar soluções para seus problemas.

Por outro lado, por mais que a lei lhes garanta esses direitos políticos, não significa que conseguem ter acesso a eles. Assim os entrevistados foram questionados sobre diversos aspectos sobre a sua participação política, e quais suas motivações, seja referente a questões como a participação em eleições municipais e nacionais, ou a participação em movimentos associativos locais.

- Participação política através do voto

A primeira questão desta seção está atrelada a execução do direito ao voto nas eleições, sejam elas em escala municipal, estadual ou federal. Os entrevistados foram questionados se votaram na última eleição, sendo solicitado para que eles não revelassem os seus votos. Vale destacar que a última eleição, em relação a data da pesquisa de campo, foi realizada no ano de 2018, com a escolha de Deputado Federal, Deputado Estadual, primeira vaga de Senador, segunda vaga de Senador, Governador e Presidente da República (TSE, 2018), nesta ordem. Deste modo, o Gráfico 8 a seguir apresenta a participação dos catadores no processo eleitoral daquele ano.

Gráfico 8: Participação dos catadores nas eleições de 2018 por local de coleta e por município



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O Gráfico 8 apresenta que os catadores de Jucás são os que mais informaram que se recordam dos candidatos em que votaram. Esta situação demonstra uma maior ligação política deles com as entidades públicas, uma vez que neste município há uma maior quantidade de ações envolvendo os catadores do que o município de Iguatu, como a instalação do galpão de triagem com equipamentos.

No Gráfico 8, percebe-se ainda que só existem catadores que não votaram no

município de Iguatu, e que a maioria que votou não consegue se lembrar em todos os candidatos em quem votou. Isso demonstra uma certa vulnerabilidade, pois pode remeter ao voto apenas por obrigação ou sem a percepção de que estes representantes são os responsáveis por gerir as políticas públicas que serão capazes de melhorar as condições de vida da população.

Por outro lado, a ausência injustificada nas eleições pode acarretar o cancelamento do título de eleitor, o que impacta no acesso a diversos direitos e benefícios sociais. Buscando entender o motivo da não participação no processo eleitoral, os catadores foram instigados a falar sobre os motivos da sua decisão. A seguir foram elencadas algumas falas dos catadores que não votaram nas últimas eleições:

Catador 1 Não, porque perdi meus documentos.

Catador 4 Rapaz, porque eu não gosto de fila, aí eu cheguei lá e a fila tava grande, aí eu voltei, a multa lá pra pagar é mais pouca, que é bem pouquinho, a gente chega lá, paga e sai, né?

Catador 7 Eu moro numas casas véias aí da prefeitura, aí precisa ficar um em casa, não pode sair todo mundo.

Catador 8 Eu não... duas eleição ou três que eu não votei. Eu tô com o título cancelado.

As falas acima indicam diversos fatores, desde a ausência de documentos de identificação (CATADOR 1), o que por si só já inviabiliza não apenas o voto, mas o acesso a diversas políticas públicas, pois sem os dados do cidadão, o indivíduo se torna invisível para o Estado. Como resultado da não presença no processo eleitoral, ocorre exatamente o que o Catador 8 cita, que foi o cancelamento do seu título eleitoral. Sem este documento, muitos direitos são cerceados, como o acesso às instituições financeiras públicas, sendo que estas instituições são responsáveis por pagar os benefícios sociais como bolsa família, acesso às instituições de ensino público, entre outras (TSE, 2020). Já o Catador 7 tem 70 anos de idade e usa o direito de não votar devido a idade, mas ele justifica a sua decisão não por causa da idade, mas pelo receio de deixar a sua residência só e que ela seja invadida. Esta situação de insegurança social é abordada com maior amplitude na categoria Ambiente e Habitação.

Mas o que chama a atenção é o Catador 4, que prefere pagar a multa por não votar do que fazer valer o direito de votar. Segundo reportagem do Tribunal Superior

Eleitoral (TSE) (2020b), o valor da multa está em R\$ 3,51 por turno, o que torna apenas uma taxa a ser paga para não ir votar.

Por outro lado, há aqueles que se identificam com o processo eleitoral do país como o Catador 17: "Eu acho muito importante, tanto é que você tem que ver, procurar, pesquisar aquele candidato que você acha que vai fazer alguma coisa pra sua cidade, pra sua família, né?". Contudo, são poucos os entrevistados como o Catador 14 que se lembra e faz questão de deixar registrado, "Votei. Me lembro. Sempre que eu vou votar eu deixo guardado. Eu acho bom participar da democracia". A maior parte dos catadores não consegue lembrar de todos os candidatos, talvez por serem muitos candidatos como justificado pelo Catador 3: "Porque são tantos candidatos, aí a gente não se lembra direito, mas os principais eu me lembro". O Catador 9 diz: "Me lembro, mas pra dizer os nomes tudinho é difícil".

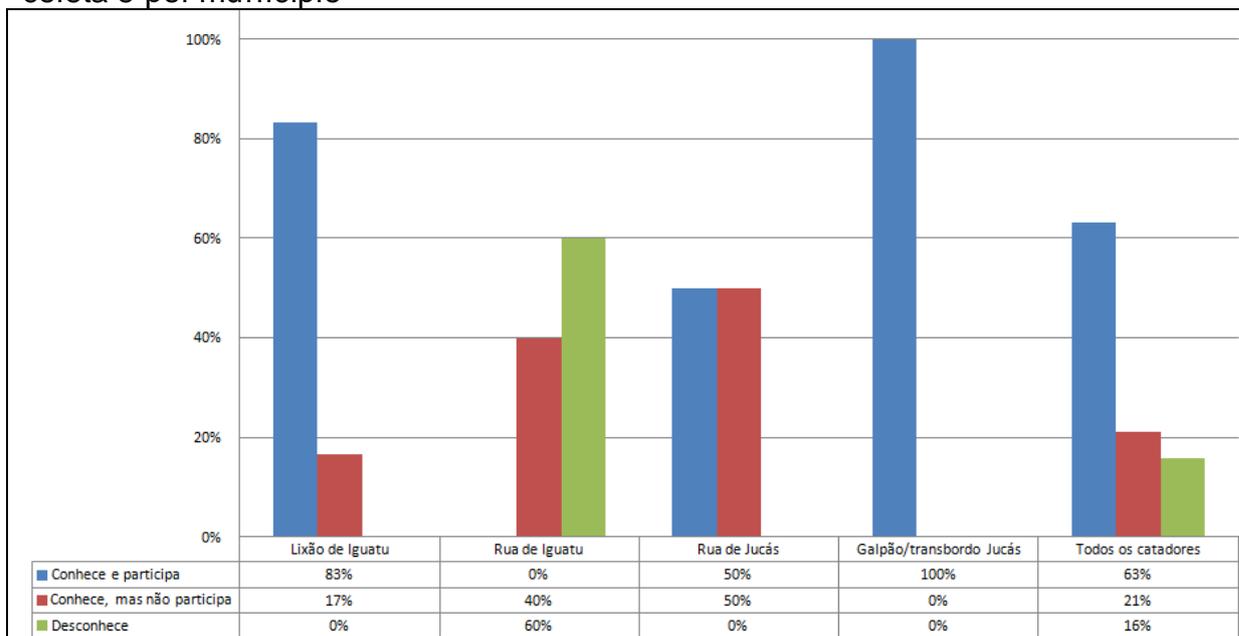
Por outro lado, quando se tem o sentimento de injustiça, o desejo de participar do processo eleitoral também se torna menor, como é o caso do Catador 13: "Eu fiquei com raiva de não ter dado certo meu aposento aí, imaginando nem em votar quando tivesse a eleição". Esta situação de indignação com o poder público pode ser uma das respostas para o desinteresse de algumas pessoas pelo processo eleitoral, mas somente este catador explanou esse sentimento.

- Participação em grupos associativos

Outra indagação realizada junto aos catadores foi sobre a identificação de associações locais, tanto de catadores quanto qualquer outro movimento associativo que eles participem ou conheçam, que sejam próximos, como associação de moradores de bairro etc.

Em relação a associações de catadores, vale ressaltar que os dois municípios possuem associação de catadores formalizada. No Gráfico 9, é apresentada a quantidade de entrevistados que conhecem a associação e a que participa da mesma.

Gráfico 9: Identificação e participação de movimentos associativos por local de coleta e por município



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O Gráfico 9 revela dois pontos importantes sobre os catadores em Iguatu: primeiro, existem muitos catadores em Iguatu que desconhecem a existência da associação de catadores. Segundo ponto, nenhum catador de rua em Iguatu participa da associação. Esta segunda condição está relacionada tanto ao desconhecimento quanto à condição situacional da associação, como relatado pelo Catador 8 "Só na Chapadinha. Eu não pertenço mais de lá". Essa fala expõe que a associação tem a identidade dos catadores que estão no lixão, ou seja, que moram no bairro Chapada do Moura, conhecido também como Chapadinha. Isso pode ser um fato exposto na Tabela 5, onde foi apontado que os catadores do lixão de Iguatu representam aproximadamente 74% dos catadores do município, e, por estarem mais próximos, essa identidade local torna-se mais forte, excluindo os demais catadores, mesmo que de forma involuntária.

No município de Jucás todos os catadores têm conhecimento da existência da associação de catadores, mas, por opção, alguns catadores das vias públicas decidiram permanecer fora da associação. Conforme relatado pelo Catador 15: "eu não participo, porque eu sou meio desligada nessas coisas. Eu não vou mentir, né? Eu não me comprometo em dizer que eu vou participar porque se eu me comprometer eu tô é comprometida". Outros participam da associação imaginando ter algum benefício como o Catador 12: "eu acho importante o caba participar

porque pode de uma hora para outra aparecer uma coisa melhor, aí a gente tando participando fica mais fácil, pra gente receber alguma coisa a gente tando lá, né?"

Foi verificado que nos anos de 2016 e 2017, os catadores de rua associados recebiam uma bolsa catador que auxiliava na renda dos mesmos, mas desde 2018 apenas os catadores locados no galpão têm acesso a esta bolsa (CATADOR 14). Esta conjuntura faz com que os catadores de rua se sintam desvalorizados em relação aos catadores do galpão. Por outro lado, o acesso a esta bolsa faz com que os catadores se sintam quase que funcionários da prefeitura, como relatado pelo Catador 14: "por enquanto a gente vai se quiser porque a gente ganha pela produção. Antes a gente tinha uma assistência pela prefeitura, aí a gente tinha quase por obrigação de ir por aquele incentivo, a gente tinha uma bolsa por incentivo". O Catador 12 explica o motivo que foi informado para eles sobre o corte das bolsas para os catadores da rua: "Diz eles que foi por causa de Fulano³, que fizeram uma reunião lá e os vereador tiveram três que não votou, né. Três vereador que era do outro partido lá e não votou pra pagar a bolsa pra nós".

Mesmo com essa diferenciação, os catadores de rua associados informaram que participam das reuniões mensais da associação, onde o Catador 18 descreve o que é discutido nas reuniões: "sempre nós temos reunião pra a gente saber a opinião de cada um, o que acha, o que não acha, o que acha pra melhora pra gente, vamos fazer diferente, o material que tem que pegar em tal canto acolá, vamos incentivar o pessoal da rua, os catadores". Já na associação de Iguatu estas reuniões raramente ocorrem, conforme os relatos abaixo:

Nós temos uma associação registrada, tudo direitinho, só não tem ninguém que reconhece e colabore com a associação. É, assim, ela tá em dias, a prefeitura pediu pra a gente regularizar, quer dizer, até um dia desses era pra tá em dias, mas agora já apareceu o CNPJ parece que tá atrasado. **A gente fazia reuniões, mas aí deu uma parada porque ia só a presidenta, eu e mais três pessoas, aí a gente cansa também de tá tentando, tentando.** É porque a maioria das pessoas só querem tudo na mão e só acreditam no que eles estão vendo, eles não conseguem acreditar no que a pessoa vai chegar e conversar. (CATADOR 5. Grifo nosso)

O Catador 5 relata o sentimento de descaso com o desejo de fazer algo em conjunto, sendo que a maioria dos catadores participam da associação esperando

³ Nome omitido para preservar a identidade.

serem beneficiados por algum recurso estatal, como explanado na fala do Catador 4: "Eu nunca fui em nenhuma reunião. A gente tenta ver se vier alguma coisa a gente tá no meio, sendo solto aí eles não botam, né?". Já o Catador 3 salienta que a formalização da associação já proporcionou várias parcerias com diversas instituições e que o descuido do presidente anterior fez com que algumas destas parcerias fossem desfeitas e espera que, com a regularização da associação, essas parcerias possam ser retomadas.

A pessoa que estava tomando de conta, não estava participando, aí a gente perdeu muito projeto por conta disso, ele se afastou e não estava participando das reuniões do Sesc, a gente tinha acompanhamento da Mesa Brasil também. O pessoal do Senac também, que dava cursos para as meninas, pra a gente aqui, deixaram de trazer esses cursos por conta disso. Aí pediram pra mim entrar, e quase sobre pressão eu aceitei pra ver se organizava, a gente conseguiu organizar tudo, a associação hoje está totalmente legalizada, mas a gente não conseguiu reaver os projetos que tinha antes ainda, só estamos com o Mesa Brasil por enquanto. Mesa Brasil trás cestas básicas, alimentos, estas coisas né! Agora recentemente trouxe uma doação de máscaras, eles acompanham a gente (CATADOR 3).

Assim, o panorama narrado pelos catadores 3, 4 e 5 revela a dificuldade de planejamento e execução de ações conjuntas no lixão de Iguatu. Diferente da Associação de Catadores de Iguatu, o formato de criação da Associação de Catadores de Jucás, nasceu da intermediação da prefeitura. Isso proporcionou o acesso a melhores condições de apoio institucional, mas também gerou uma dependência da gestão da prefeitura dentro da associação. Essa condição aparenta que o planejamento e as ações coletivas são intermediados pela prefeitura. O Catador 18 relatou que a prefeitura já tentou várias vezes deixar a associação gerir sozinha as suas ações, mas sempre acaba retornando quando alguns catadores os procuram informando que a associação está com problemas no fluxo de caixa ou na comercialização. Há, portanto, a necessidade de apoio gerencial da prefeitura para organizar a associação.

Esse assunto abordado pelo Catador 18 explica o porquê de alguns catadores de Jucás informarem que desconhecem como é realizada a comercialização dos materiais pela associação. Isso pode demonstrar uma certa falta de interesse dos catadores sobre a gestão da associação. E por terem poucos associados, isso se torna uma fragilidade muito grande para a continuidade da associação, no caso de a prefeitura deixar o apoio à gestão de fato.

5.2.4. Saúde e longevidade

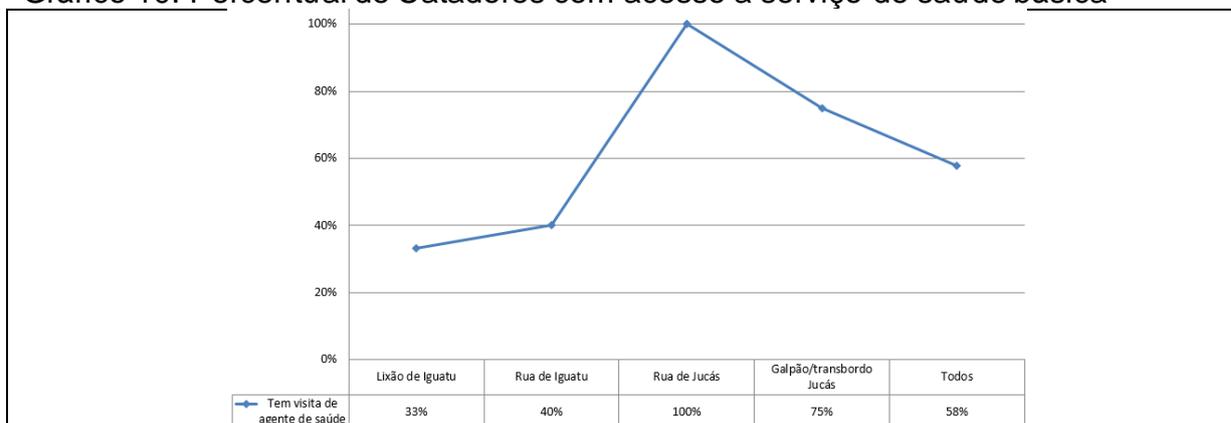
Ter uma vida saudável e longa depende de vários fatores, desde ter acesso a uma alimentação adequada e suficiente, a serviços de assistência médica tanto de forma imediata, quando necessário, quanto de forma preventiva. Além do fato de não sofrer acidentes de qualquer tipo, bem como a prevenção aos acidentes de trabalho.

Ter uma vida longa e saudável requer atitudes, tanto do indivíduo quanto dos poderes públicos. Ressalta-se que não necessita apenas que o indivíduo trabalhe ou esteja disposto a trabalhar, para que ele tenha possibilidade de comprar alimento para si, mas depende das condições em que esta pessoa está desenvolvendo suas atividades laborais. Neste sentido, esta categoria procura verificar as condições que os catadores trabalham, bem como os riscos de acidentes, a assistência médica e alimentação adequada.

- Acesso à assistência médica

Quando questionados sobre assistência médica, cerca de 80% dos entrevistados afirmaram que não ficam doentes com frequência, sendo acometidos de problemas sazonais como gripes e dores de cabeça, mas sem ser de forma rotineira. Alguns destes afirmaram que recebem a visita de algum Agente Comunitário de Saúde, que faz parte do Programa Nacional de Atenção Básica do Ministério da Saúde (BRASIL, 2016). Deste modo, o Gráfico 10 demonstra um comparativo entre a quantidade de catadores que tem acesso a este programa de saúde preventiva.

Gráfico 10: Percentual de Catadores com acesso a serviço de saúde básica



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Ao visualizar o Gráfico 10, a quantidade de pessoas atendidas é maior no município de Jucás. Ressalta-se que todos os entrevistados que recebem visitas do agente comunitário de saúde, relataram que fazem agendamento de atendimento médico no posto de saúde e têm acesso a remédios na farmácia pública quando necessário e disponível. Esta situação demonstra maior acesso aos serviços de saúde básica no município de Jucás do que em Iguatu.

Com relação à compra de medicamentos, aproximadamente 20% dos entrevistados afirmaram que o valor gasto impacta no orçamento familiar quando necessita de algum remédio que seja de valor elevado, e o mesmo não é disponibilizado pela farmácia pública do município. O Catador 8 afirma que utiliza alguns remédios encontrados na coleta: "a gente acha no lixo. Se a gente vê que a validade é normal, dá certo". Este relato apresenta uma situação de elevada periculosidade ao consumir medicamentos encontrados durante a coleta, uma vez que este pode estar contaminado ou estragado.

O Catador 1 revela: "agente de saúde, vinha antigamente, mas faz muito tempo que não vem aqui". Este mesmo catador sofre frequentemente de problemas de saúde conforme exposto: "eu estava sentindo uma fraqueza nas pernas, aí eu disse pra mulher lá, e ela passou um remédio pra mim, mas ele acabou e eu não tenho dinheiro para comprar" (CATADOR 1). O remédio que o catador fala foi uma amostra grátis que o médico lhe forneceu no momento da consulta particular, que outros catadores pagaram para ele. Esta situação acentua a constatação de que nem a assistência social, nem a assistência de saúde visitam os catadores que moram no lixão, deixando-os à margem dos serviços básicos.

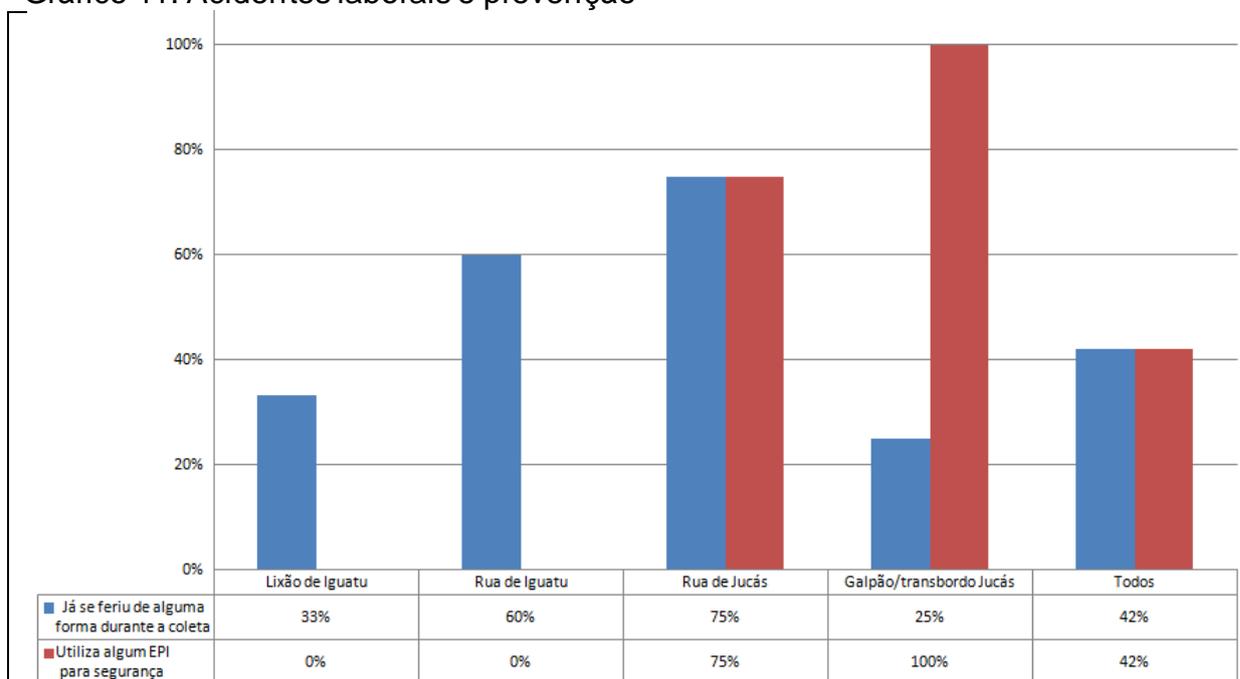
- Riscos e prevenção de acidente

A coleta de materiais recicláveis por si só é uma atividade que envolve alguns riscos à saúde tendo em vista trabalhar constantemente com materiais cortantes como garrafas de vidro e latinhas de alumínio. Se considerar o ambiente de trabalho, há possibilidade de contrair alguma doença em algum material contaminado. Além da possibilidade de conter focos de mosquitos transmissores de doenças que podem se abrigar nos materiais como garrafas, embalagens, pneus etc.

Diferente da seção anterior, aqui foi perguntado se os entrevistados já se

feriram durante a coleta e se fazem alguma coisa para se prevenirem. Assim, o Gráfico 11 apresenta o quantitativo de catadores que já se feriram durante a coleta, bem como os que fazem alguma coisa de concreto para prevenir os acidentes. Dizer apenas que "você tem que ficar sempre esperto, abrir a sacola com cuidado" (CATADOR 3), não foi considerado na elaboração do gráfico, tendo em vista que acidente é um acontecimento inesperado e fortuito, sendo necessário fazer algo de concreto como, usar equipamentos de segurança, por exemplo.

Gráfico 11: Acidentes laborais e prevenção



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O Gráfico 11 apresenta que os catadores do município de Jucás são os únicos que possuem Equipamentos de Proteção Individual (doravante EPI), mas apenas os que estão no galpão têm acesso em sua totalidade. Ressalta-se que a utilização de EPI não elimina a ocorrência de acidentes, mas, caso ocorra, essa proteção pode ser decisiva quanto ao risco de morte. A maioria dos catadores declarou que frequentemente tem cortes superficiais nas mãos, como afirma o seguinte catador: "só uns arranhões e cortezinhos nos dedos, mas isso é normal" (CATADOR 3). Mas há alguns acidentes mais graves como segue:

Já levei golpe grande aqui no braço. Um bojo desses da gente fazer necessidade tava quebrado, eu joguei ele assim, aí ele vinha pra minha perna, eu botei a mão pra trás, lascou minha mão no meio assim (CATADOR 4).

Uma vez, tinha um saco de lixo, aí tinha um frasco de soda cáustica, aí ela

derramou dentro da bota e eu peguei umas feridas nos pés (CATADOR 7).

O ferro cortou a cabeça do meu dedo aqui aí ia passando o mototaxista, aí eu pedi carona a ele até chegar lá no Regional (CATADOR 8).

Já, já eu levei muita queda. Levei muita queda que ficava um mondrongo na testa, porque eu só cai de frente (CATADOR 9).

Eu ia com o carrinho, um carro barrou neu, eu passei 17 dias internado, quebrei até o braço, botei ferro ainda, aí passei 1 ano parado (CATADOR 12).

Um dia desse, um prego me levou imediatamente pro hospital, tomei a vacina contra o tétano. Eu pisei numa tábua de guarda-roupa com um prego enfiado. (CATADOR 10).

Às vezes algum material, vidro corta a luva, você acaba se ferindo um pouco (CATADOR 14).

Eu já caí na caçamba, e teve uma vez que eu me enganchei ali perto do barranco e caí pra dentro (CATADOR 17).

Se feri porque do nada a gente se fere, uma vez que eu me feri foi só uma vez com gargalo de uma cerveja que perfurou a bota, mas foi lá no lixão. Aí fui no médico, ele fez uma limpeza geral, pegou dois pontos (CATADOR 18).

Alguns destes acidentes ocorreram por falta de atenção, por ausência de EPI, por falta de equipamentos de trabalho adequado e outros por insuficiência de infraestrutura para promover a segurança dos catadores. O fato é que eles ocorrem com mais frequência que os próprios catadores imaginam, pois eles acreditam que cortar as mãos rotineiramente é normal, e não consideram o risco de contaminação que este corte pode ocasionar.

Tendo em vista que a pesquisa se passou no período da pandemia do Covid-19, foi verificado que todos os catadores tinham comprado ou recebido máscaras de alguma instituição pública ou privada. Por outro lado, nem todos faziam a utilização delas. Quando questionados sobre isso, relataram que incomodava e que só usava quando chagava gente de fora.

- Alimentação

Alimentar-se adequadamente está atrelado não apenas a ter alimentos em quantidade suficiente, mas também em qualidade satisfatória para suprir as necessidades dos indivíduos. Renunciando a critérios técnicos sobre a quantidade de nutrientes que cada indivíduo deve consumir diariamente, a pesquisa buscou captar a percepção dos entrevistados sobre a sua alimentação.

Quando questionado se os entrevistados acreditam que se alimentam bem, 90% afirmaram que não faltam alimentos em casa, sendo afirmado por 78% destes

que a sua família recebe cestas básicas de ONGs ou da prefeitura como forma de ajuda. Também foi percebido que os que recebem cestas básicas têm a incerteza sobre a disponibilidade das cestas básicas todos os meses, isso demonstra que existe uma dificuldade financeira para adquirir os alimentos.

Por outro lado, conforme descrito na fala do Catador 5 a seguir, a qualidade da refeição está atrelada tanto ao momento da refeição, quanto à sua disponibilidade.

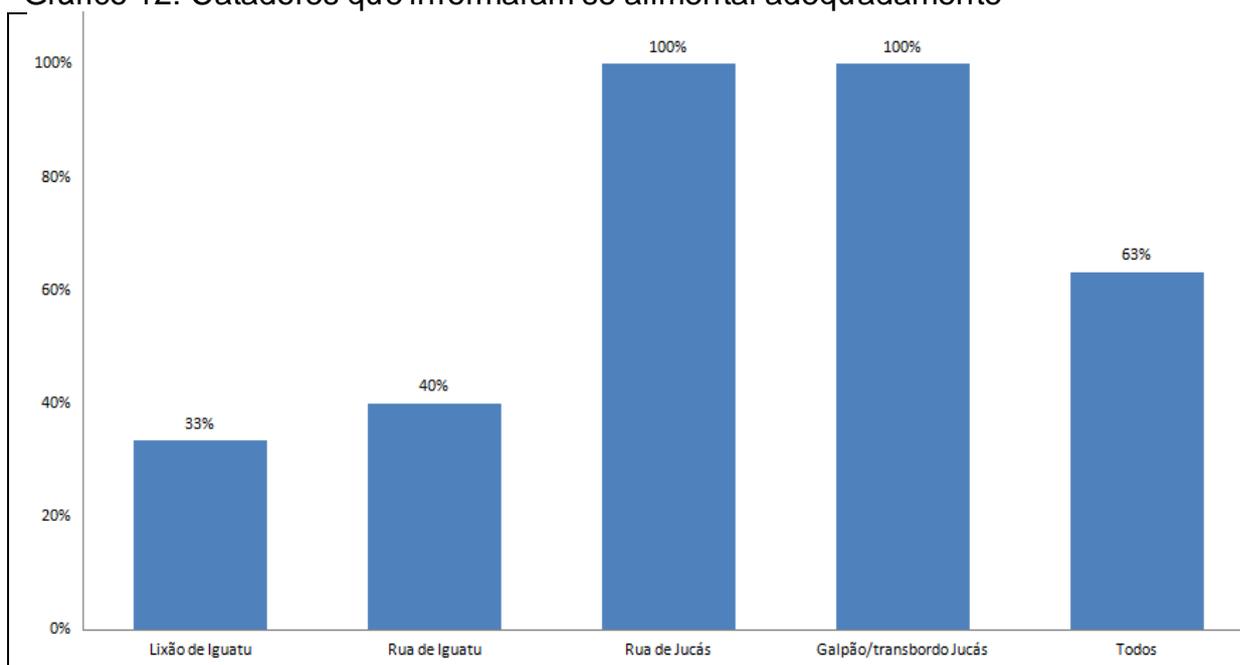
Não, tem muita mosca. Às vezes acontece o imprevisto de você abrir uma sacola com uma coisa que não entrou bem, aí quando você vai pegar comida, cê já vai sem vontade. Pelo menos a comida a gente compra o suficiente, porque o resto é que a gente vai dividindo, quando dá pra fazer isso você faz, quando não dá você faz aquilo. Que primeiramente vem o básico, o resto a gente corre atrás (CATADOR 5).

Os relatos de maiores dificuldades são dos catadores que moram no lixão ou na rua, como relatado pelo Catador 8:

É muito difícil, porque eu não tenho local na praça pra poder fazer o alimento próprio. Porque eu peço mais em restaurante. Às vezes eu passo a noite todinha com fome, se não for a Irmandade da igreja católica. Pronto, daqui um pedacinho, na faixa de 4:30 tem um sopão ali.

O Gráfico 12 apresenta o resultado das entrevistas, onde foi verificada uma diferença muito grande entre os municípios de Iguatu e Jucás.

Gráfico 12: Catadores que informaram se alimentar adequadamente



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Os catadores do lixão apresentam os piores resultados, seguidos pelos catadores que coletam nas vias públicas de Iguatu. O fato que chama atenção é que os catadores de Jucás em sua totalidade afirmaram que se alimentam bem, isto se deve ao formato de trabalho dos catadores de rua de Jucás. Sendo relacionada esta situação, principalmente, aos horários de trabalho que são acordados entre a secretaria de meio ambiente e a associação, para evitar que os materiais recicláveis sejam levados pelo caminhão compactador antes dos catadores. Segundo os catadores, estes horários são pela manhã cedo e a tarde, evitando o sol mais forte e não havendo necessidade de se alimentar na rua, como ocorre com alguns catadores de rua de Iguatu. Por se tratar de um município maior, é inviável para alguns irem almoçar em sua residência e retornar para o trabalho na coleta. Ainda há os catadores que também são moradores de rua e que têm uma dificuldade adicional, pois não têm local certo para se alimentar, dependendo da ajuda e boa vontade de ONGs ou restaurantes que doam quentinhas. Ressalta-se ainda que em Iguatu existe a cozinha comunitária, que é mantida pela prefeitura, e vende refeições diariamente ao valor de R\$ 2,00 (dois reais), mas por estar num bairro distante do centro, muitos catadores que coletam no centro da cidade não conseguem ir para lá todos os dias.

Ressalta-se alguns relatos de acesso à doação de cestas básicas para complementar a alimentação. O Catador 12 confirma que recebe ajuda da prefeitura em forma de cesta básica: "todo mês minha mulher recebe cesta básica, tem os meses marcados, aí ela vai lá no prefeito, ele ajeita, ela recebe 6, 7 mês, aí quando para, ela vai lá e ele ajeita de novo" (CATADOR 12). A fala "vai lá no prefeito" se refere ao serviço do município chamado Mais Cidadão, onde o indivíduo faz a solicitação da cesta básica, as quais são distribuídas pela secretaria de assistência social, mas a família tem que atualizar o cadastro frequentemente.

Em geral, os catadores relatam que não faltam alimentos, principalmente pelos auxílios institucionais, como a doação de cestas básicas, conforme relatado pelo Catador 10: "Na verdade não. Nesse trabalho é complicado. Mas não é por falta de comida não". Por outro lado, os catadores do município de Jucás não indicaram esta mesma situação, isto se deve principalmente pelo fato dos catadores das vias públicas realizarem suas refeições em casa, e os catadores do galpão terem um espaço separado dos materiais coletado para realizar as refeições. Os resultados

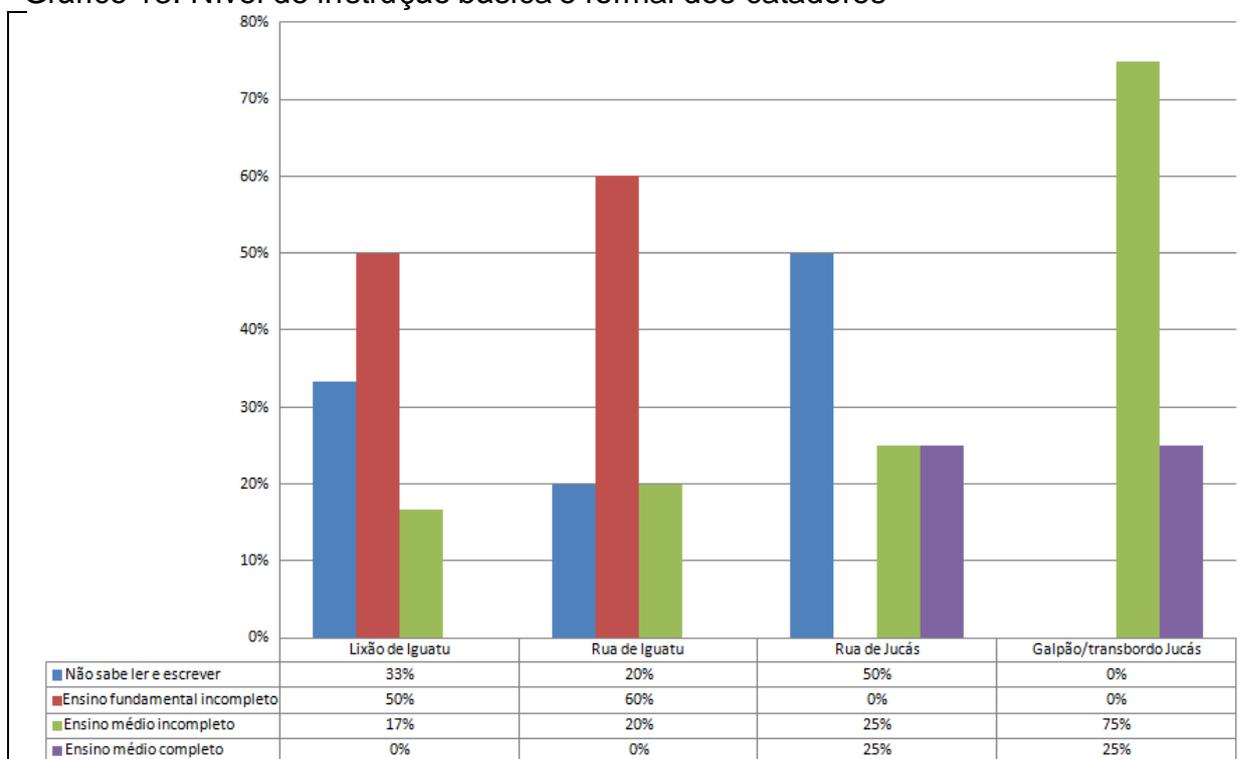
desta categoria evidenciaram que os catadores que trabalham no lixão têm uma vulnerabilidade maior que os demais, tendo algumas acentuações quando se refere aos catadores que moram neste local.

5.2.5. Ser instruído e acesso à informação

Ser instruído e ter acesso à informação são complementares, mas pode ocorrer do indivíduo ter uma delas isoladamente, tornando as possibilidades de escolha dos rumos de sua vida limitada. Por exemplo, o indivíduo que não sabe ler, mesmo que tenha acesso a livros e jornais, terá prejudicado o seu acesso à informação.

Assim, buscou-se identificar o nível de educação formal dos entrevistados, bem como entender os motivos para eles buscarem ou não novos conhecimentos. Deste modo, o Gráfico 13 apresenta o nível de instrução formal deles. Ressalta-se que nenhum dos entrevistados possui curso técnico ou superior.

Gráfico 13: Nível de instrução básica e formal dos catadores



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Os dados apresentados no Gráfico 13 mostram que os catadores de rua e do lixão possuem maiores privações quando se refere à educação formal, sendo que 33% e 20% respectivamente não sabem ler ou escrever. Muitos dos entrevistados

que informaram ter o ensino fundamental não conseguem ler fluentemente, conforme relatado pelo Catador 4: "eu fiz a oitava e não sei ler. Eu sei que dá pra mim passar em todo canto. Eu não sei é pegar um papel desse daí e lê assim, tá tá tá tá". Por outro lado, os catadores do galpão de triagem e área de transbordo se destacam com os melhores indicadores de educação formal, mas vale ressaltar que eles já começaram a trabalhar como catadores com este nível de escolaridade, não havendo uma ação específica para a evolução destes.

O Quadro 10 expõe algumas falas dos catadores sobre as dificuldades decorrentes da ausência de educação formal na vida deles.

Quadro 10: Principais falas dos catadores sobre as dificuldades na educação formal



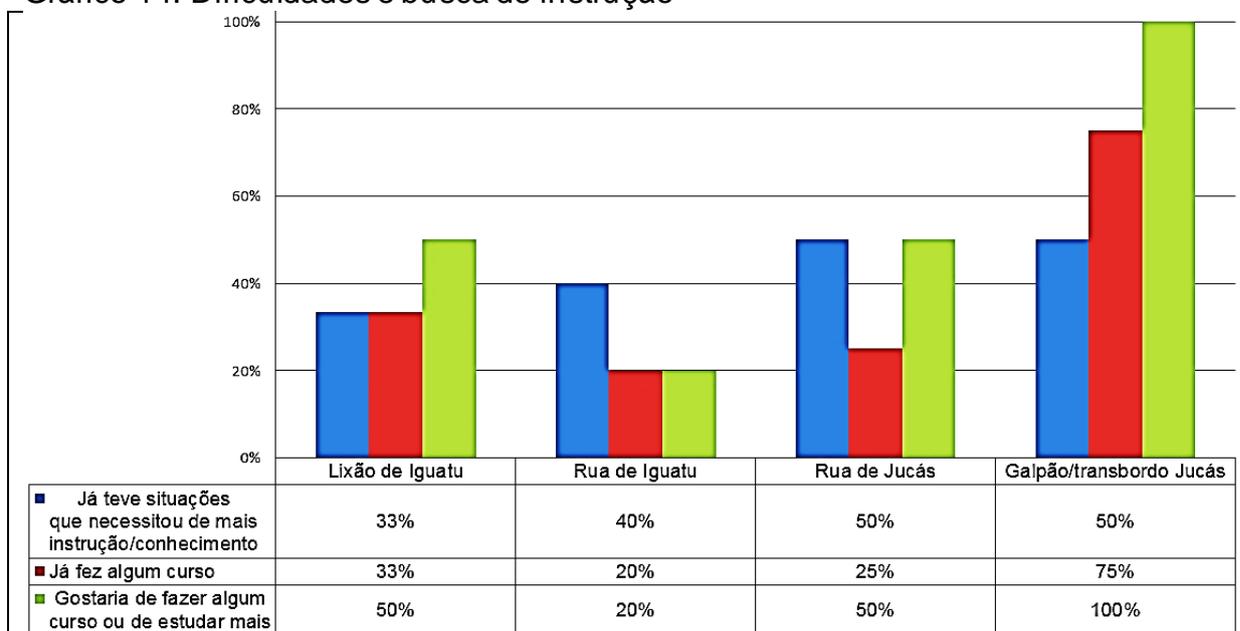
Fonte: Wordart.com a partir da Pesquisa de campo (2020);

Diante das dificuldades apresentadas no Quadro 10, percebe-se uma exclusão social que remete a tempos da infância, como o acesso à escola voltado apenas para as famílias com melhores condições financeiras, quando relatado que frequentar a escola era um privilégio para poucos. Outra fala considera que se tivesse tido acesso à educação, provavelmente teria melhores condições de vida. Diante destas falas, foi questionado se eles já tiveram situações que necessitaram de mais instrução ou conhecimento.

Foi percebido que os catadores que não indicaram ter se deparado com este tipo de situação, buscaram trabalhos que não necessitavam de muita instrução, como exposto pelo Catador 8: "a minha vida é só na reciclagem e não precisa de

muito estudo não". Os dados do Gráfico 14 buscam demonstrar a quantidade de catadores que sentiram necessidade de capacitação, que já participaram de algum tipo de curso e se desejam fazer algum curso específico.

Gráfico 14: Dificuldades e busca de instrução



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O resultado do Gráfico 14 tem relação direta com o Gráfico 13 uma vez que as oportunidades e o desejo de aquisição de novos conhecimentos derivam da ausência ou mitigação de privações. Neste sentido, os catadores que possuem melhores indicadores de educação formal têm a percepção da necessidade de novos conhecimentos.

Este desejo de se capacitar significa que eles identificam que a qualificação profissional pode proporcionar-lhes melhores condições de acesso ao mercado de trabalho, caso desejem isso, ou aprimorar a forma de trabalho com os materiais recicláveis, conforme os catadores a seguir:

Eu tenho vontade de fazer curso de soldador, eu tenho uma máquina de solda lá em casa e de vez em quando eu faço uma soldazinha, uma coisinha e outra, eu tenho vontade disso aí, entendeu? E eu acredito que nós vamos fazer um curso aqui ainda nessa área de reciclagem, que é o nosso trabalho de luta, né, pra a gente ter mais conhecimento, tudo, quando aparecer uma oportunidade a gente procurar fazer porque é uma coisa que a gente trabalha, mas é que nem eu digo, todo dia inova e a gente não conhece. E pra gente trabalhar o bom seria a gente conhecer por completo, né? (Catador 18).

Eu gostaria. De artesanato, marcenaria como já falei né (Catador 17).

Eu tenho plano de fazer um curso depois de eletricidade, algumas coisas de

eletricidade eu desenvolvo mais ou menos, aí eu imagino mais na frente fazer um curso de eletricidade. É um setor que tem muito trabalho, muita coisa (Catador 14).

Por outro lado, há catadores que, devido à idade avançada ou ao cansaço da labuta diária, não desejam fazer qualquer tipo de capacitação, mesmo considerando que o acesso à educação é de extrema importância, praticamente obrigando seus filhos e netos a estudarem. O Catador 5 falou: "sempre digo aos meus filhos, vocês têm que estudar, o que eu passo, eu não quero que eles passe".

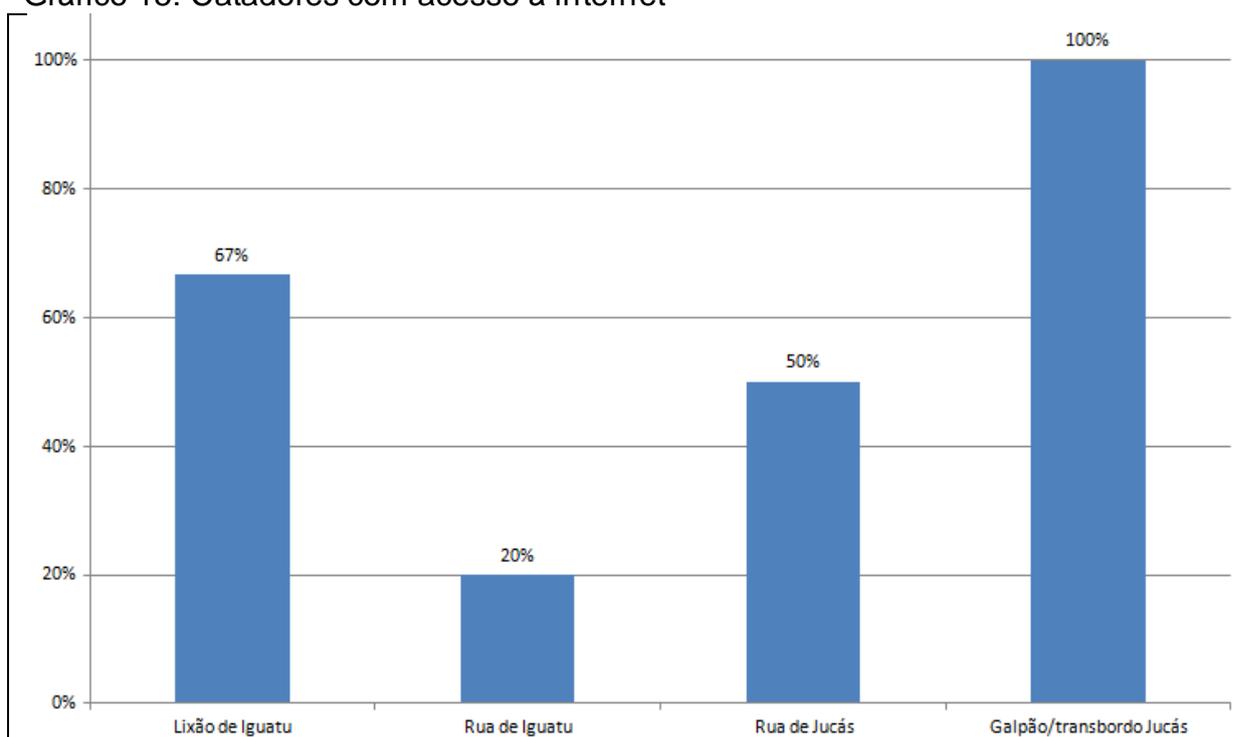
Já os Catadores 9, 10, 11 e 13 (2020) expõem seus motivos respectivamente: "Quando a gente tá velho não aprende mais nada. Eu não tenho mais paciência pra nada"; "Rapaz, curso é pra quem tem leitura"; "Já pensei em terminar os estudos, mas a correria é grande demais, aí o cara chega à noite morto"; "Eu acho que não aprendi até hoje, não adianta mais não".

Saber ler proporciona o acesso a diversas formas de informação e a deficiência na instrução formal relatada por alguns catadores podem prejudicar este acesso. Por outro lado, existem outros meios de veiculação de informação que não necessitam de que o receptor tenha boa leitura, como rádio, televisão e inclusive a internet, por meio de sites de vídeos e redes sociais, com a disponibilidade de imagens e áudios, que o acesso é possível por meio de computadores e celulares.

Assim, foi questionado aos entrevistados se eles possuem estes equipamentos em casa e como os utilizam. Todos afirmaram que possuem televisão e aparelho de rádio e a maioria utiliza-os diariamente para assistir ou ouvir programas de informação ou simplesmente para o lazer. Já com relação ao celular, 57% afirmaram que possuíam este aparelho.

Considerando que a internet é o meio mais rápido e fácil de busca de conteúdo disponível, os entrevistados foram questionados sobre o acesso à internet. Deste modo, o percentual de catadores com acesso à internet é apresentado no Gráfico 15.

Gráfico 15: Catadores com acesso à internet



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O Gráfico acima mostra que os catadores de rua são os que têm menor acesso à internet. Fazendo um comparativo entre os Gráficos 15 e o 13, percebe-se uma relação entre a quantidade de catadores que não sabem ler e a quantidade de catadores que não têm acesso à internet. Sendo que há catadores que não sabem ler e possuem celular com acesso à internet. Eles informaram que geralmente utilizam para acessar redes sociais e aplicativos de conversas, havendo o acesso a informações principalmente nestes meios.

Sobre a busca por conteúdos sobre a coleta de materiais recicláveis, beneficiamento ou comercialização, poucos afirmaram ter procurado sobre tais assuntos e ainda informaram que essa busca não é frequente. Conforme exposto pelos catadores:

Eu já tenho visto muito artesanatos, já. Inclusive eu tenho tentado fazer alguns. Às vezes dá certo, às vezes não (Catador 14).

Agora nem tanto, mas inicialmente, logo quando eu comecei, quando eu comprei o celular que eu tinha anterior a esse, eu usava mais só pra isso, pra pesquisar em relação a isso. Mas pela questão do material que eu não tinha para produzir, aí fui me afastando um pouco, mas de vez em quando eu procuro pesquisar (Catador 18).

Já vi muito vídeo, de garrafa pet pra fazer vassoura, mas faz tempo (Catador 19).

Ressalta-se que apenas estes três catadores do município de Jucás buscaram informações sobre materiais recicláveis, como o beneficiamento de alguns materiais. Estes dados revelam que há mais catadores do município de Jucás que de Iguatu que buscam informações sobre a atividade a qual estão inseridos. Isso reflete um certo nível de interesse em melhorar os processos produtivos, mesmo que não consigam de imediato.

5.2.6. Ambiente e habitação

Conforme apresentado na seção sobre a renda dos catadores, foi verificado que a renda per capita dos catadores em média é menor que um salário-mínimo vigente no país, fato que demonstra uma vulnerabilidade financeira alta. Esta situação pode refletir em diversos aspectos da vida dos catadores, como o acesso à alimentação adequada, serviços de saúde, bens de consumo, mas também pode refletir o local onde vivem.

Começando por Iguatu, todos os catadores que trabalham no lixão residem na Vila Chapada do Moura, popularmente conhecida como Chapadinha, localizada a 800m do lixão. Este é o bairro mais próximo do lixão, fato que contribui para que quase todos os catadores daquele local residam ali. Foi verificado também a existência de catadores que moram no próprio lixão, sendo que dois destes foram entrevistados, e como foram realizadas várias visitas a este local, realizaram-se alguns registros fotográficos destas residências enquanto nas demais não foi possível fazer o registro.

Na Figura 10 é apresentada uma moradia no lixão de Iguatu, onde é percebido o acúmulo de materiais ao redor da mesma.

Figura 10: Moradia no lixão de Iguatu



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

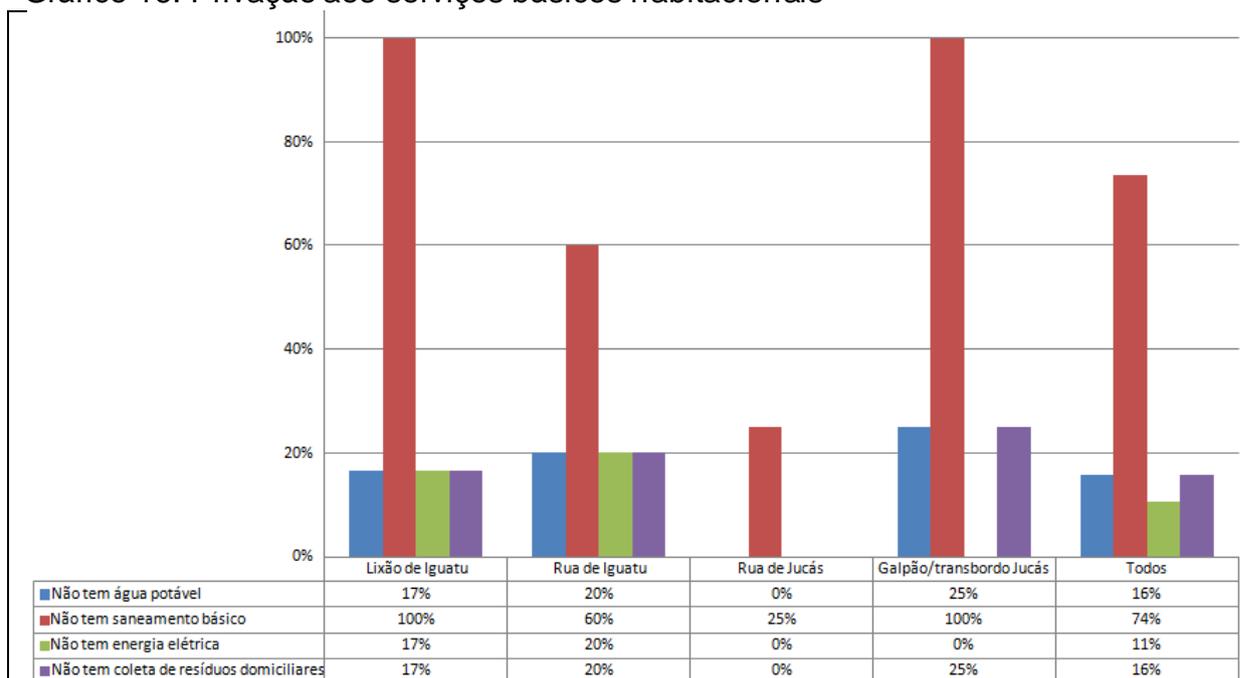
A seta inserida na fotografia é para demonstrar o local onde o catador prepara suas refeições com um fogareiro improvisado e com a combustão de materiais inflamáveis para conseguir cozinhar. Verifica-se neste caso uma impossibilidade de se ter as condições sanitárias mínimas para realizar esse tipo de atividade, bem como o consumo da própria refeição devido ao acúmulo de sujidades e moscas no local. Ressalta-se a existência de várias outras problemáticas decorrentes da ausência de banheiro e disposição dos dejetos nos locais próximos das residências.

Quanto aos catadores de rua, tanto de Iguatu quanto de Jucás, como também os que trabalham no galpão de triagem e transbordo, residem em diversas partes dos municípios, sendo percebidas similaridades em vários pontos das entrevistas conforme apresentado nos itens a seguir.

- Serviços públicos básicos

As perguntas relacionadas ao acesso à água potável, energia elétrica, saneamento básico e coleta de resíduos domiciliares foram agrupadas nesta seção por terem um caráter similar, pois são serviços básicos disponibilizados pelo poder público às residências. O Gráfico 16 apresenta o nível de privação de acesso aos serviços públicos.

Gráfico 16: Privação aos serviços básicos habitacionais



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Destaca-se que os catadores, moradores do lixão ou da rua, informaram não terem acesso a qualquer tipo dos serviços abordados, fato que demonstra elevada vulnerabilidade, sendo perceptível no Gráfico 16. O mesmo gráfico aponta que poucos catadores têm saneamento básico, neste caso a coleta de esgoto. Os que não têm acesso a este serviço público possuem fossa sumidouro em suas residências onde destinam os dejetos, já a água das pias e da lavagem da louça e das roupas são descartadas no quintal ou nas vias públicas. Esta ação ocasiona mau cheiro e atração de moscas e, conseqüentemente, doenças diversas.

Mas, pelas respostas dos entrevistados, esta situação não lhes traz tanto desconforto quanto a falta de água ou a má qualidade da água, relatada por alguns catadores de Iguatu e Jucás. No caso deste último, refere-se a um catador que reside na zona rural e não possui água do serviço público, dependendo do serviço dos caminhões pipa para abastecer a sua cisterna de placa. Já em Iguatu, desde 2019, há relatos de falta constante, bem como a má qualidade da água disponibilizada pelo Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto de Iguatu (SAAE-Iguatu). Sobre esta situação, foram encontradas algumas reportagens dos jornais locais como o Jornal A Praça (2019) e o Diário do Nordeste (2020) que confirmam essa insatisfação dos catadores.

Quando se trata dos serviços de coleta de resíduos domiciliar e de energia elétrica, com exceção dos catadores que moram no lixão e na rua, todos têm acesso e estão satisfeitos com os serviços. Foi verificado o relato de que alguns catadores possuem o benefício de terem suas contas de água ou de energia, ou ambas, pagas pela prefeitura ou com um valor reduzido, como um benefício social, por terem uma renda familiar baixa.

- Exposição ao risco e a poluição

Os acidentes naturais geralmente ocorrem em locais onde a ocupação do solo é feita de forma irregular, como relatado pelo Catador 11: "alaga muito na época de chuva". Ele ainda afirmou que, por esse motivo, conseguiu ser beneficiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida. O programa que o catador cita foi um condomínio que atendeu 900 famílias selecionadas pela secretaria de assistência social do município.

O Catador 9 informou que reside em um grupo de casas construídas pela prefeitura e doadas a famílias também selecionadas pela secretaria de Assistência Social, mas ele expõe um problema de planejamento urbano no local: "quando dá uma chuva grande, na minha casa entra água, a casa do meu vizinho enche d'água. Se a gente não tiver olhando a gente passa a noite todinha puxando a água pra água não entrar" (CATARDOR 9, 2020).

No caso dos Catadores 9 e 11, ambos realizam a coleta nas ruas diariamente, mas o Catador 1, que trabalha e reside no lixão de Iguatu, alega que "só essa lama aí que é meio ruim quando chove, como você pode ver". Ele se incomoda apenas com o mau cheiro, sendo que as chuvas podem ocasionar desmoronamento das moradias mais próximas da área mais inclinada, sem contar no alagamento delas com materiais em estado de decomposição. Como apresentado na Figura 11.

Figura 11: Coleta no lixão de Iguatu



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

As imagens da Figura 11 mostram uma parte do material do lixão em estado de decomposição, gerando o chorume. Após uma leve chuva, esse material foi dissolvido e espalhado por toda a parte, provavelmente também nas moradias dos catadores.

Por outro lado, por estarem trabalhando com materiais de fácil combustão e de difícil controle em caso de incêndio (o que rotineiramente ocorre no lixão), existe a queima espontânea ou incentivada de materiais. Alguns meses após a realização das entrevistas com os catadores, houve um incêndio que ficou fora de controle devido ao vento forte, e os barracos e moradias do lixão pegaram fogo, conforme exposto na Figura 12 a seguir.

Figura 12: Incêndio das moradias no lixão de Iguatu



Fonte: Mais Fm Iguatu (2020).

Segundo a reportagem do portal G1 (2020), "o fogo foi deflagrado em uma vegetação próxima, para queimar podas de árvores". Um catador informou que a incineração de materiais é frequente: "a queima aqui no lixão é direto. Nós jamais ia fazer isso aí, porque como era que ia trabalhar na fumaça, né?" (CATADOR 5). A fala

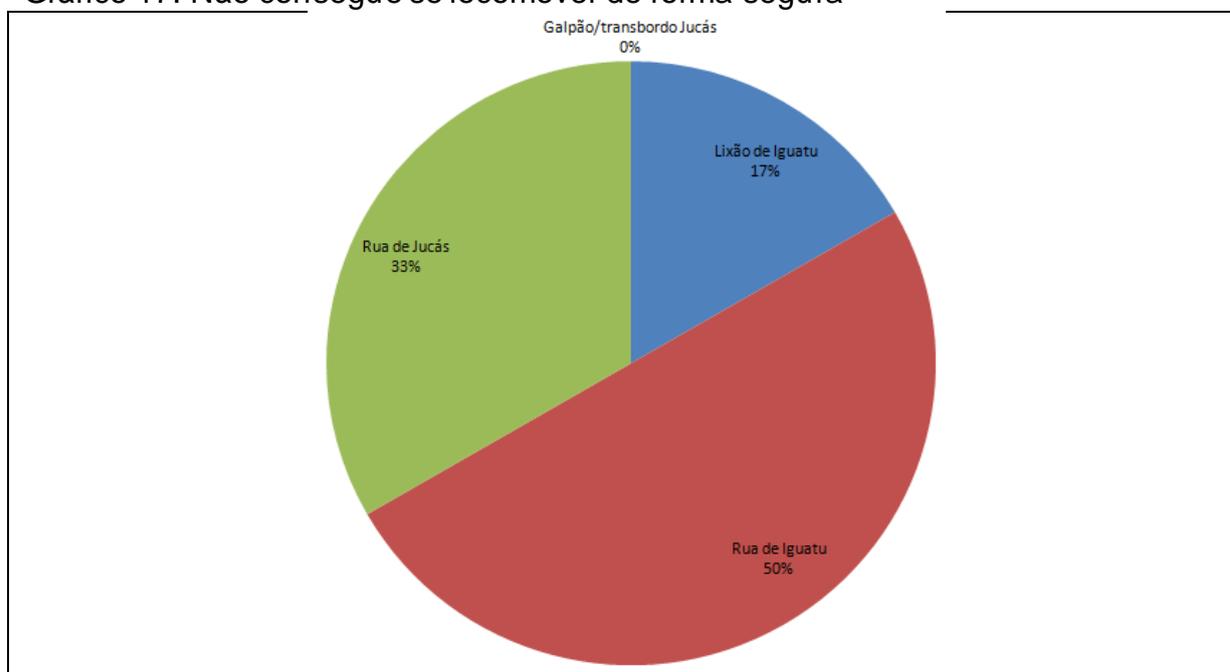
da Catadora 5 mostra que a queima é tanto espontânea como incentivada. Neste último caso, para incinerar as podas de árvores que os caminhões coletam e destinam no lixão.

Mesmo não sendo uma situação causada por um desastre natural, este acidente no lixão remete ao risco com que as atividades são executadas frequentemente, tanto pelo poder público quanto pelos catadores. Sendo que, pelo fato de não serem acometidos por acidentes graves durante a coleta, aparenta que a atividade não possui riscos.

- Sentimento de segurança

Ter o direito de ir e vir sem ser cerceado pelo medo de se locomover é uma situação que limita a liberdade dos indivíduos, tornando-os vulneráveis, seja pelo receio de morrer prematuramente em um assalto ou algum evento violento, ou seja por se sentir preso em suas residências devido o mesmo temor. Deste modo, o Gráfico 17 apresenta o grupo de catadores que expusera não se sentir seguros para se locomover.

Gráfico 17: Não consegue se locomover de forma segura



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O Gráfico 17 revela que os catadores de rua são os que têm mais medo de transitar nas ruas, seja durante o trabalho ou em qualquer momento, como exposto

por alguns catadores: "dá um medinho, mais ou menos, mas se a gente não sair a gente não ganha, né? Mas quando eu saio muito cedo, a gente vai tipo com um receio de medo" (CATADOR 12). Esta situação expõe a insegurança social que não é exclusiva da atividade dos catadores, mas da sociedade em geral. No caso dos catadores, atinge principalmente os que trabalham nas vias públicas por conta dos horários de trabalho deles.

Por outro lado, há catadores que trabalham no lixão e residem na Vila Chapada do Moura e relacionam a segurança local ao conhecimento com a vizinhança, conforme a fala: "eu morei a vida toda aqui então é bem tranquilo" (CATADOR 3); outro diz: "acho perigoso não, por onde eu ando não. Aqui só tem fama de perigoso" (CATADOR 2). Este informa que existe um preconceito formado sobre aquela vila de ser perigosa, devido à condição socioeconômica daquela localidade.

Vale ressaltar que, durante algumas entrevistas, recomendou-se ao pesquisador andar com os vidros do veículo abertos e, se possível, acompanhado por alguma pessoa que resida na vila, para evitar abordagens de moradores. Deste modo, vale destacar que a percepção de segurança local se deve ao fato da proteção recíproca no bairro, fazendo com que pessoas externas à comunidade sejam questionadas sobre sua visita. Isso faz com que as pessoas da comunidade se sintam seguras, mas as externas não, demonstrando que a visão das pessoas que moram em outros bairros da cidade tenha fundamento, não sendo motivo para repudição dos moradores daquele local.

Outro dado revelado pelo Gráfico 17 foi que os catadores que trabalham no Galpão e Área de Transbordo se sentem mais seguros que os demais catadores, mas também há relatos de insegurança. O CATADOR 17 diz: "em relação a se deslocar pro serviço, vir todo dia, nunca tive nenhum tipo de preocupação não. É mais durante a noite". Ele também relata que houve momentos recentes que não se sentia seguro: "até umas 8 horas da noite a gente conseguia ficar na calçada tranquilamente, mas daí por diante a gente não confiava mais, porque sempre tinha movimentação de bandidagem passando de carro, de moto, dando tiro para cima" (CATADOR 17). A Catadora 15 (2020) confirma o fato relatado pelo Catador 17: "apareceu uma matage por aqui, era só matando gente, mas agora acalmou mais,

graças a Deus". Entretanto, quando questionados se eles se sentem seguros para se locomoverem, o Catador 17 afirmou que se sente seguro, mas a Catadora 15 não. A diferença entre as duas respostas pode estar relacionada à diferença na forma de trabalho. O Catador 17 passa boa parte do dia no galpão, que por sua vez fica um pouco distante da zona urbana. Enquanto a Catadora 15 trabalha coletando materiais na rua, estando mais próxima de momentos de tiroteio, trazendo para a si a sensação de insegurança maior que o outro. Deste modo, a percepção de segurança está relacionada a diversos fatores, como os abordados nas respostas dos entrevistados.

- Local de recreação

Nussbaum (2013), ao considerar uma lista com dez capacidades centrais, insere o lazer como de fundamental importância para que as pessoas tenham equilíbrio emocional e bem-estar social. Neste sentido, ter momentos de lazer é muito valioso, e ter locais próximos de suas residências facilita o acesso a estes momentos.

Alguns catadores revelaram como conseguem ter acesso a alguns equipamentos públicos para ter momentos de lazer, mesmo que não sejam próximos de suas residências:

Tem um campo de futebol próximo, mas eu nunca fui bom em bola não. Eu gostava muito de baralho, mas agora é só em casa, chega em casa, vou tomar um banho e assistir televisão (CATADOR 2).

Tinha um instrutor que dava exercício pra gente e o rapaz do bombeiro, era cinco dias por semana eu tinha o exercício, todo dia. Era três dias no Polo e dois dias aqui no ginásio (CATADORA 15, 2020).

Tem o complexo, lá tem quadra, futsal, tem a areninha, também tem uma praçazinha de musculação, né? eu frequento. Toda semana eu vou, que eu participo de jogo de bola (CATADOR 17).

De vez em quando com minha menina dar uma volta, mais ela e minha mulher, às vezes vinha pra pracinha (CATADOR 18).

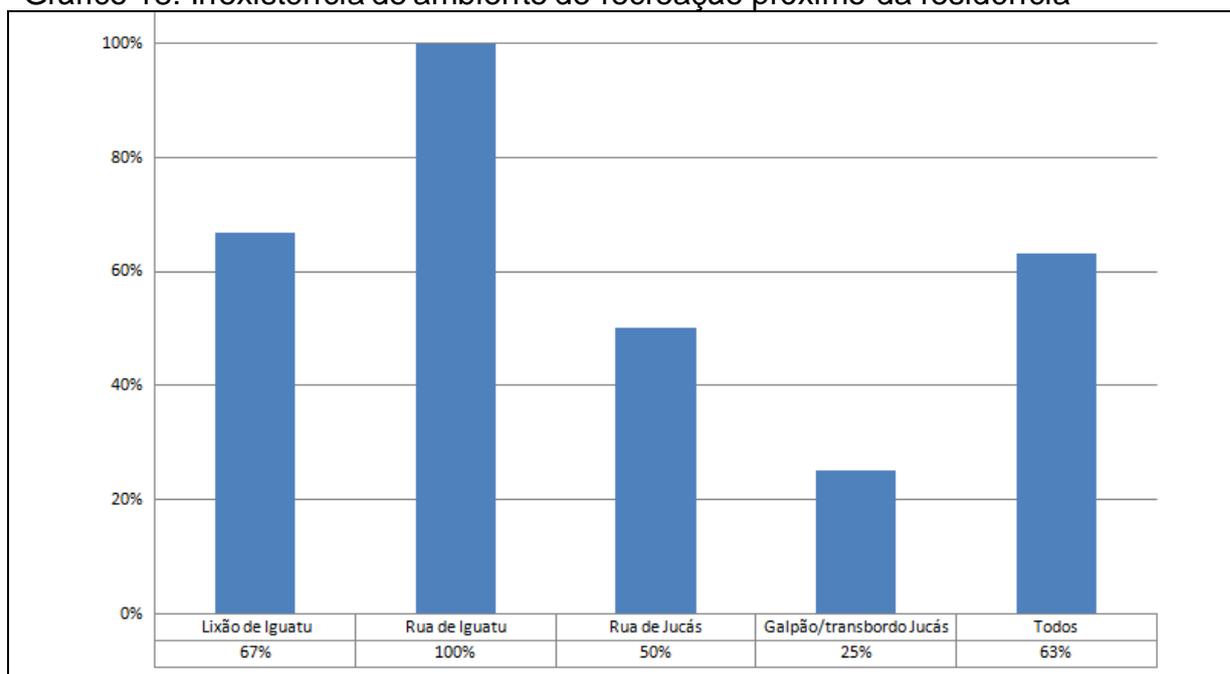
Tem a praça e o campo, eu vou sempre. Eu jogo bola (CATADOR 19).

Percebe-se nas falas de alguns o tempo verbal no passado. Isso se refere ao fato de no momento das entrevistas estarem passando pelos protocolos de isolamento social devido à pandemia do Covid-19. Isso demonstra também como esta situação afetou os catadores quanto ao lazer, como afirma a Catadora 15 (2020), "aí apareceu esse problema, né, que parou tudo, aí por enquanto ninguém

tem recreação de nada".

Mesmo neste período, foi questionado se há locais de recreação próximos a suas residências e se estes locais podiam ser acessados pelos próprios catadores, como também pelos demais membros, como crianças. Como exposto pelo Catador 17 ao levar sua esposa e filha para a praça. Os resultados destas respostas estão apresentados no Gráfico 18 a seguir.

Gráfico 18: Inexistência de ambiente de recreação próximo da residência



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O Gráfico 18 mostra que os catadores de rua de Iguatu, em sua totalidade, não possuem locais de recreação próximos de suas casas. Isso não significa que eles não possuem momentos de lazer, mas depende de outros fatores para acessá-los como informado pela Catadora 3 (2020): "quando a gente tem uma hora de folga assim no final de semana, a gente prefere ir pro sítio, pra casa de minha avó, ou vai para um banho, assim quando pode. Aí tem as crianças que de vez em quando a gente leva numa pracinha no centro". Devido à distância entre sua residência e os locais informados por ela, há necessidade de transporte para se locomover, bem como disponibilidade de tempo para isso.

Por outro lado, há aqueles que preferem ficar em casa e assistir à tv ou a escutar música: "Não tem, eu gosto só de assistir televisão mesmo. Inclusive essa televisão eu encontrei no lixo, eu levei pra casa e depois mandei consertar"

(CATADOR 7); "Quando tem tempo bota uma musguinha" (CATADOR 7). Estas escolhas podem estar atreladas à falta de opção ou ao cansaço do intenso dia de trabalho, somado aos afazeres da casa, como colocado pela Catadora 6 "quando chego em casa tem os meninos pra olhar. Aí só os meninos já dá pra gente se distrair".

Os resultados desta categoria mostram que os catadores que trabalham no galpão e área de transbordo de Jucás possuem melhores condições ambientais de trabalho e habitação que os demais. Mas isso não significa que eles não tenham problemas ou que não necessitem melhorar.

5.3. Ações dos entes públicos voltados para os catadores

A assistência estatal está distribuída em todas as outras categorias de análise da seção anterior, tendo em vista a interação das ações do poder público com as dimensões do desenvolvimento. Quando as vulnerabilidades são mais latentes, a ausência estatal se torna mais visível, ou verifica-se a ineficiência de algumas ações, geralmente voltadas para mitigar apenas os efeitos de problemas originados por falta de ações que ataquem as origens causadoras das vulnerabilidades em conjunto.

Foi percebida a ausência do poder estatal na categoria de trabalho e renda, como a falta de implantação da coleta seletiva e a falta de suporte aos catadores tanto na separação quanto no armazenamento, principalmente no município de Iguatu. Por outro lado, se verificou o apoio financeiro para a associação dos catadores de Jucás, seja com a implantação do galpão de triagem, com a disponibilidade de bolsas, seja por diversas outras situações já apresentadas na categoria específica.

Na categoria viver em sociedade, foi verificada a inexistência de ações junto à sociedade promovendo o papel do catador como um agente ambiental, o que poderia fazer com que houvesse menos situações de constrangimento e discriminação decorrente da atividade. Na participação política, foi diagnosticada uma descrença dos catadores para com os gestores políticos, quanto a capacidade

deles fazerem algo para melhorar as condições de trabalho. Ao relacionar os Gráficos 9 e 10, percebe-se que os grupos que têm menos apoio estatal são os menos organizados.

Com relação à Saúde e longevidade, a principal função estatal está relacionada a assistência médica, seja preventiva ou emergencial. Assim, há grupos que são esquecidos e que relataram não ter visita de um agente de saúde a mais de quatro anos. Quanto ao fato de ser instruído e ter acesso à informação, foi constatado que alguns grupos têm a sua disponibilidade cursos e mecanismos de informação, enquanto outros estão alheios a estas possibilidades, provavelmente por falta de incentivo e oportunidades. Em relação ao Ambiente e habitação, foi verificada a instalação de habitações sociais em locais de alagamento, bem como o descaso com relação a pessoas vivendo em locais totalmente insalubres e sem condições mínimas a serviços públicos básicos de acesso à água potável, esgoto e energia elétrica.

Deste modo, percebe-se que a execução de ações estatais influencia na vida dos catadores, sendo de fundamental importância que as instituições que se relacionam diretamente com a gestão dos resíduos sólidos fossem entrevistadas. Assim, no Quadro 4 foram apresentadas as entidades e a justificativa delas terem sido entrevistadas. Estas entidades foram selecionadas por terem sido identificadas ações voltadas para os catadores executadas por elas. Foi verificado que algumas destas instituições têm uma relação próxima com os catadores, enquanto outras são mais distantes, por exemplo a Entidade 4 ao relatar que:

As informações que nós temos sobre as estratégias de trabalho desse público são bem reduzidas. A gente conseguiu mobilizar, mais recentemente, os catadores que moram no bairro chapadinha, para realizar o cadastro único, para fazer a marcação no cadastro único, parte destas famílias já estavam no cadastro único, mas não tinham a marcação de catadores, e é uma das classificações do cadastro único (ENTIDADE 4, 2020).

A situação exposta pela Entidade 4 pode representar uma realidade de invisibilidade institucional deste grupo social, uma vez que esta marcação no cadastro único os torna visíveis aos sistemas do Governo Federal, sendo que a deficiência de dados dificulta o planejamento de políticas públicas devido à ausência de informações oficiais. A Entidade 3 (2020) revela que "já foram realizadas

pesquisas inclusive através das agentes de saúde, onde elas foram de casa em casa, para identificar estes catadores, para que o município pudesse ir atrás destes catadores". Ela aponta algumas dificuldades na realização deste trabalho:

Existe uma barreira por eles sempre trabalharem como autônomos, e ele vê o órgão às vezes com alguma indiferença;

Existe ainda a questão deles não se identificarem como catador, inclusive alguns relatos de agentes de saúde foi isso, de saber que aquela pessoa realizava a atividade de coleta, porém eles não se declaravam. Porque pra ele, às vezes, ele entende aquilo como algo indigno, é um trabalho indigno, que causa vergonha e por ter também muito preconceito da sociedade ainda;

Os que trabalham como autônomos a gente não consegue atingir por conta de não saber exatamente onde eles estão localizados, mesmo com esse cadastro que foi feito as instituições ainda tem dificuldade de reuni-los para até quem sabe organizá-los em forma de associação por uma proximidade maior (ENTIDADE 3, 2020).

Um ponto que a Entidade 3 (2020) expõe sobre o preconceito da sociedade, também foi diagnosticado na seção anterior, em que foi verificado que os catadores sofrem várias formas de preconceito e exclusões sociais, mas foi identificado nas entrevistas que nenhum dos catadores tem receio de se identificar como catador. Há relatos de alguns que já tiveram vergonha, mas com o tempo foram se identificando com a atividade. Existem falas inclusive de defesa e reconhecimento como a do Catador 1: "eu falo mesmo. Não estou fazendo nada de errado. Estou trabalhando e ganhando meu dinheiro". Mas isso não indica que inexistam catadores no município que possuem este receio, porém deve ser uma quantidade relativamente pequena, uma vez que a amostragem das entrevistas ouviu todos os grupos. Outro fato é a dificuldade de localizar os catadores de rua e reuni-los, uma vez que estão espalhados por todo município, diferente dos catadores do lixão que estão agrupados na Vila Chapadinha.

Quando questionados sobre a execução de ações voltadas aos catadores, percebe-se uma distinção entre os dois municípios. No caso de Iguatu, a Entidade 2 (2020) expôs que a prefeitura apoia "apenas no acompanhamento com relação a algumas coisas no quesito ao empreendedorismo. Ia lá, levava eles pra fazer um curso voltado para alguma área do empreendedorismo, ou então de saúde laboral". Essa informação é confirmada na fala da Entidade 3 (2020):

Em 2014, teve uma formação continuada, onde o IFCE deu capacitação na área de gerenciamento do negócio, do papel do catador, logo nos anos seguintes, a escola de saúde com a saúde do trabalhador, sobre os riscos

de doenças que eles possam estar adquirindo. A última que me recordo foi em junho de 2019, que foi pra falar exatamente sobre a saúde do trabalhador, na semana do meio ambiente (ENTIDADE 3, 2020).

Esta fala remete à percepção dos catadores sobre a ausência do poder público relatada anteriormente, uma vez que a execução destas atividades está atrelada a outras instituições. A Entidade 3 (2020) explica que "o município trabalha com doações de EPI, tem também auxílio a ações de doações de alimentos", sendo que esta segunda ação não é específica para os catadores, mas os abrangem por estarem inseridos no grupo de vulnerabilidade atendido pela prefeitura. Por outro lado, com relação à doação de EPI, alguns catadores informaram que faz muito tempo que houve doação e que não há mais nada.

"A instituição só consegue atingir os grupos que estão organizados, é muito difícil identificar quem são estes catadores" (ENTIDADE 3, 2020). Com isso os catadores que não estiverem agrupados e formalizados, as prefeituras e o consórcio não conseguem atender os catadores de forma mais completa.

No caso de Jucás, segundo a fala dos catadores, a presença do poder público é mais perceptível do que em Iguatu. Sendo que a Entidade 1 (2020) expõe as principais ações voltadas exclusivamente para os catadores:

Bolsa de trabalho e estudo, que eles têm que participar de uma formação que acontece todo mês.

Tem a cessão do galpão de reciclagem, que é o centro de reciclagem, tem a cessão de equipamentos, que é uma prensa, uma esteira, moto carrocinha, e também carrinhos de coleta da rua que é cedido aos catadores (ENTIDADE 1, 2020).

Sobre a bolsa catador, foi questionado sobre a distinção entre os catadores associados do galpão e os da rua, em que um catador informou que no início do projeto da coleta seletiva todos os catadores recebiam a bolsa.

Na época foi o que a gente conseguiu fazer, inclusive se pagava uma bolsa para o pessoal da rua, mas aí era por faixa de material coletado, se você catava por exemplo 1 tonelada, você tinha direito a uma bolsa integral que na época eu acho que era R\$ 400,00, se fizesse menos aí era 200, era 100, então era de acordo com o que se coletava. Mas os catadores do galpão que não produzem o lixo, vamos dizer assim não produzem o reciclável, eles só fazem a triagem, prensagem e venda, eles sempre tiveram essa bolsa da FUNCEP, de R\$ 800,00 e agora eu acho que está de R\$ 840,00.

Mas aí se pergunta, mas porque é que se encerrou isso? Foram dois anos seguidos, a gente acreditava que a própria associação tinha que ter perna pra poder fazer essa despesa. (2019) Foi decidido também na época que em vez da bolsa, ia ser pago um preço melhor pelo preço reciclável. Quer

dizer que teve uma época que o material reciclável era R\$ 0,55 centavos, aí passou-se para R\$ 0,70 centavos, quer dizer, continuaria pagando essa bolsa só que em forma de produção, então quanto mais você coletasse, mais você ganhava dinheiro, lógico. Na época (2019) ficou decidido isso pra ser mais justo. Tinha gente que conseguia fazer mais de mil reais, R\$ 1.100 por mês, mas em compensação tem catador hoje em Jucás que ganha R\$ 10,00 por mês, pois só coleta o da sua casa, mas mesmo assim a gente identifica ele como catador, porque ele vende para a associação (ENTIDADE 1, 2020).

Diante do exposto, a Entidade 1 (2020) reconhece que este formato faz com que os catadores de rua tenham a visão de que são preteridos, em relação aos do galpão. O entrevistado considera que este ajuste buscou beneficiar aqueles catadores que trabalham mais horas. Assim, foram identificadas estas instituições que executam ações diretamente aos catadores, e na sequência serão apresentadas as principais ações executadas por cada instituição e os resultados obtidos.

Durante a pesquisa de campo e entrevistas foram identificadas algumas ações direcionadas aos catadores ou que os alcançaram indiretamente por estarem em um grupo de vulnerabilidade. Conforme abordado no Quadro 11 a seguir.

Quadro 11: Ações voltadas para os catadores

Entidade	Ação	Principais características
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Jucás	Implantação da coleta seletiva	De acordo com a PNRS, os municípios devem inserir os catadores na gestão dos resíduos sólidos com a finalidade de realizar a coleta seletiva e dar a destinação correta para cada resíduo, seja para a reciclagem, compostagem ou aterro sanitário, conforme cada caso. Sendo implantado em 2014 o programa Jucás Recicla em fase inicial.
	Instalação do Galpão de triagem e apoio na gestão e comercialização	O Galpão de triagem foi cedido para a Associação de Catadores de Jucás, o mesmo só existe por conta do apoio estatal da prefeitura, principalmente quanto as instalações físicas e equipamentos. Por outro lado, este apoio não consegue tornar a gestão da associação autossuficiente, dependendo do município para executar a parte da comercialização e auxílio na gestão os recursos financeiros. Necessitando maior nível de capacitação para os membros da associação nesta parte.
	Apoio financeiro (bolsa catador)	Foi verificado que o apoio financeiro, no formato de bolsa, estimula os catadores a trabalharem na coleta de forma mais organizada. Esta bolsa supre uma deficiência municipal com a contratação de pessoal para realização da coleta seletiva e eleva as receitas provenientes da atividade, melhorando as condições financeiras dos catadores. Contudo, nem todos os catadores têm acesso a este benefício, o que causa desânimo e descrença de alguns catadores.

(Continua...)

(Continuação)

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Jucás	Apoio institucional	"A gente faz também a comunicação dos catadores com outros órgãos, como empresa x ⁴ , que eles vão ceder agora os carrinhos para os catadores, que a gente chama de transbag, que é um carrinho simplificado que ao invés de ter uma estrutura de metal para você jogar o material reciclado dentro do carrinho, ele já vai jogar dentro do bag. Então o carrinho é uma estrutura para manter o bag aberto, o bag é aquele sacolão usado para guardar o material reciclado, então o catador enche o bag, terminou de encher o bag, deixa ele amarrado, liga para a central dos catadores lá fora, e a turma da associação vem pegar o bag cheio levando para o galpão, e o catador continua com sua rota para encher outro bag, e por aí vai levando" (ENTIDADE 3).
	Inovação tecnológica na implantação da compostagem	"A questão da compostagem, a ideia é ter mais um produto de venda deles, o adubo da compostagem dos resíduos orgânicos do lixo domiciliar. Hoje já se testa (a secretaria com o quadro de técnicos) esse composto, a gente já tem algumas pilhas para serem testadas. Já combinei com o presidente da associação, para a gente começar a separar o lixo orgânico para a gente começar a compostar também. Aí seria mais uma fonte de renda pra eles. Essa ideia é formatada pela secretaria, pois tem que ter um conhecimento técnico para gerar um composto de qualidade, tem o engenheiro da secretaria lá que está fazendo esse trabalho. Após esse processo a ideia é repassar o conhecimento para a associação, para eles fazerem isso, vai ter que ter um grupo da associação para fazer isso" (ENTIDADE 3).
Secretaria de Municipal de Assistência Social Iguatu + Secretaria Municipal de Assistência Social de Jucás + Empresas privadas	Doação de materiais de diversos	Diversas empresas realizam a doação de materiais de higiene, limpeza ou cestas básicas e frequentemente procuram as secretarias de assistência social dos municípios para realizarem as doações. Ressalta-se que esta ação não é voltada para os catadores, mas os alcançam por estarem em uma situação de vulnerabilidade. Vale destacar que, em Iguatu, esta ação é frequente para os catadores do lixão, enquanto os catadores de rua não relataram este tipo de assistência. Foi verificado também que há na secretaria de assistência social de Jucás um cadastro que atende as famílias em vulnerabilidade social e que fizeram o cadastro no Mais Cidadão para receber cestas básicas fornecidas pela prefeitura.
Consórcio Regional de Resíduos do Alto Jaguaribe	Implantação de coleta seletiva em Iguatu	O Consórcio Regional de Resíduos do Alto Jaguaribe em parceria com a diretoria da Associação de Catadores de Iguatu idealizou a implantação da coleta seletiva no município, porém a mesma não foi realizada em decorrência da pandemia Covid-19. Mas o projeto foi elaborado.

(Continua...)

⁴ Nome original da empresa omitida

(Continuação)

Secretaria de Municipal de Assistência Social Iguatu + Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Iguatu	Identificação dos Catadores em situação de vulnerabilidade	Foi verificado que, no início do ano de 2020, as secretarias fizeram uma parceria para identificar os catadores que estão em situação de vulnerabilidade e o seu respectivo cadastro no sistema CADÚNICO. Neste momento foi verificado que muitos catadores que residem na vila Chapada do Moura já tinham cadastro, mas não tinham a indicação de que era catador. Foi informado que esse trabalho foi realizado apenas naquela vila, e que os catadores de rua e os que residem no lixão ainda não tinham sido identificados e que não tinham previsão para realizar esta ação (até o momento da entrevista). Foi relatado que os catadores de rua são mais difíceis de identificar, pois estão muito espalhados pelo município.
Prefeitura de Jucás + Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Jucás	Capacitação para catadores bolsistas	Como forma de contrapartida dos beneficiários da bolsa catador, eles devem participar de uma capacitação mensal que é disponibilizada pela prefeitura a todos os bolsistas da prefeitura. Os temas abordados são diversos e executados por uma empresa contratada para esta atividade.

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Estas foram as ações identificadas durante as entrevistas, sendo que o fato que chama a atenção é que muitos catadores não têm esta identificação no seu Cadastro Único, mesmo sendo beneficiários de programas como o Bolsa Família. A Secretaria de Assistência Social de Iguatu informou que identificou esta falha ao ser questionada pela Secretaria de Meio Ambiente do município sobre eles, e quando foi consultado no sistema, não encontrou registros suficientes. Esta é uma falha que dificulta qualquer planejamento de ação específica, uma vez que não se sabe ao certo quantos e quem são os catadores. Já no município de Jucás, o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente informou que todos têm esta indicação do Cadastro Único. Isso pode ser resultado de uma gestão mais organizada ou em decorrência da quantidade de catadores ser menor que em Iguatu, tornando esta ação mais rápida.

Diante das ações apresentadas no Quadro 11, as entidades entrevistadas foram questionadas sobre os resultados que foram percebidos quanto à execução destas. Todas as entidades informaram praticamente a mesma resposta: "estas ações estão mais voltadas para a manutenção da família, como alimentação" (ENTIDADE 3, 2020).

Ter a segurança de pelo menos não faltar o básico, porque quando falta o básico falta todo o resto, você não consegue nem pensar em crescer alguma coisa na vida, ir atrás de trabalho se em casa não tem nem água

nem luz, então quando tem água e luz, e tem alguma coisa pra comer, a garantia de pelo menos o mínimo, quando a pessoa esteja coberta pelos programas sociais, não só por exemplo a cesta básica do município, mas o bolsa família e outros que se complementam a pessoa se sente um pouco mais segura para procurar ter a sua renda de alguma outra forma, sei lá, aí entra, pode ser um catador que já complementa, pode ser um ambulante, quer dizer, tem outro tipo de visão pra colocar comida dentro de casa (ENTIDADE 1, 2020).

No Quadro 11, percebe-se que as ações no município de Iguatu são mais assistencialistas, como a doação de cestas básicas e materiais diversos. Há uma ausência de ações mais específicas que deem suporte aos catadores executarem suas atividades de uma melhor forma, o que ocorre no município de Jucás, com a implantação da coleta seletiva, a construção do galpão de triagem e a doação de carrinhos. Por mais que a concessão de bolsa para os catadores, possa ser considerada também uma forma de pagamento pelo trabalho de coleta realizado, e que se não for realizado pelos mesmos, este serviço deverá ser realizado por uma empresa contratada ou por funcionários da prefeitura. Por outro lado, verifica-se que as ações voltadas para os catadores de Jucás não alcançam a todos os catadores, mesmo sendo poucos em comparação a Iguatu. Além de não conseguirem torná-los autônomos para gerir a associação, financeiramente viável e estável. Havendo assim a necessidade de ampliação de novas ações que possam torná-los menos vulneráveis a mudanças da gestão pública.

Em Iguatu, tendo em vista que a maior quantidade de catadores está no lixão, e não foi verificada ação específica em execução voltada para este grupo, questionou-se às entidades sobre a existência de algum planejamento para este público. A Entidade 3 (2020) afirmou que há uma proposta de implantação da coleta seletiva nos bairros próximos ao lixão, para contemplar inicialmente os catadores que ali estão.

Com relação ao lixão a gente vê a única alternativa de eliminar o lixão seria no caso o trabalho da associação dentro do consórcio. O consórcio foi formalizado no ano passado, esse ano ele já está começando a receber recursos, para a execução implantada pelo município não só de Iguatu, mas dos outros 5 consorciados algumas estruturas que são, a Central Municipal de resíduo, que na verdade seriam a central de triagem. Aí nesse primeiro momento para a gente ter aqui todo o município de Iguatu a gente teria que caminhar com a coleta seletiva digamos assim um pré-requisito para que essa estrutura. À medida que ela fosse feita ela tem utilidade. Então, se caminha com a parte educacional e a coleta seletiva incluindo esses catadores nessa coleta seletiva, para depois entregar a Central Municipal de Resíduos para eles tomarem de conta (ENTIDADE 3, 2020).

Essa informação foi confirmada pelo Catador 3: "mostrou um projeto com galpão, divisória cada setor né. Mas não chegou a dizer o que cada um ia fazer, essa função ou aquela não, é projeto futuro". Por mais que tenha a confirmação e a esperança disso se concretizar, há um receio de confiar plenamente nessa proposta, tendo em vista que outras gestões já apresentaram propostas similares e não foram concretizadas, e em alguns casos até prejudicou. Essa última se refere à mudança do local do lixão (LAVOR ET AL, 2017), fazendo com que muitos catadores abandonassem a atividade, mas quando retornou ao seu local de origem, estes também voltaram. "A gente já teve essa experiência, não sei você sabe, mas o lixão foi mudado e a gente tinha um horário de 7 horas pra ir e de 5 pra voltar. Muita gente deixou de ir" (CATADOR 3). Esta situação demonstra a necessidade de pensar em um local tanto ambientalmente quanto logisticamente adequado, reduzindo o impacto junto aos catadores do lixão. Com relação aos catadores que residem no lixão, não há planejamento algum voltado para este público no momento da realização das entrevistas.

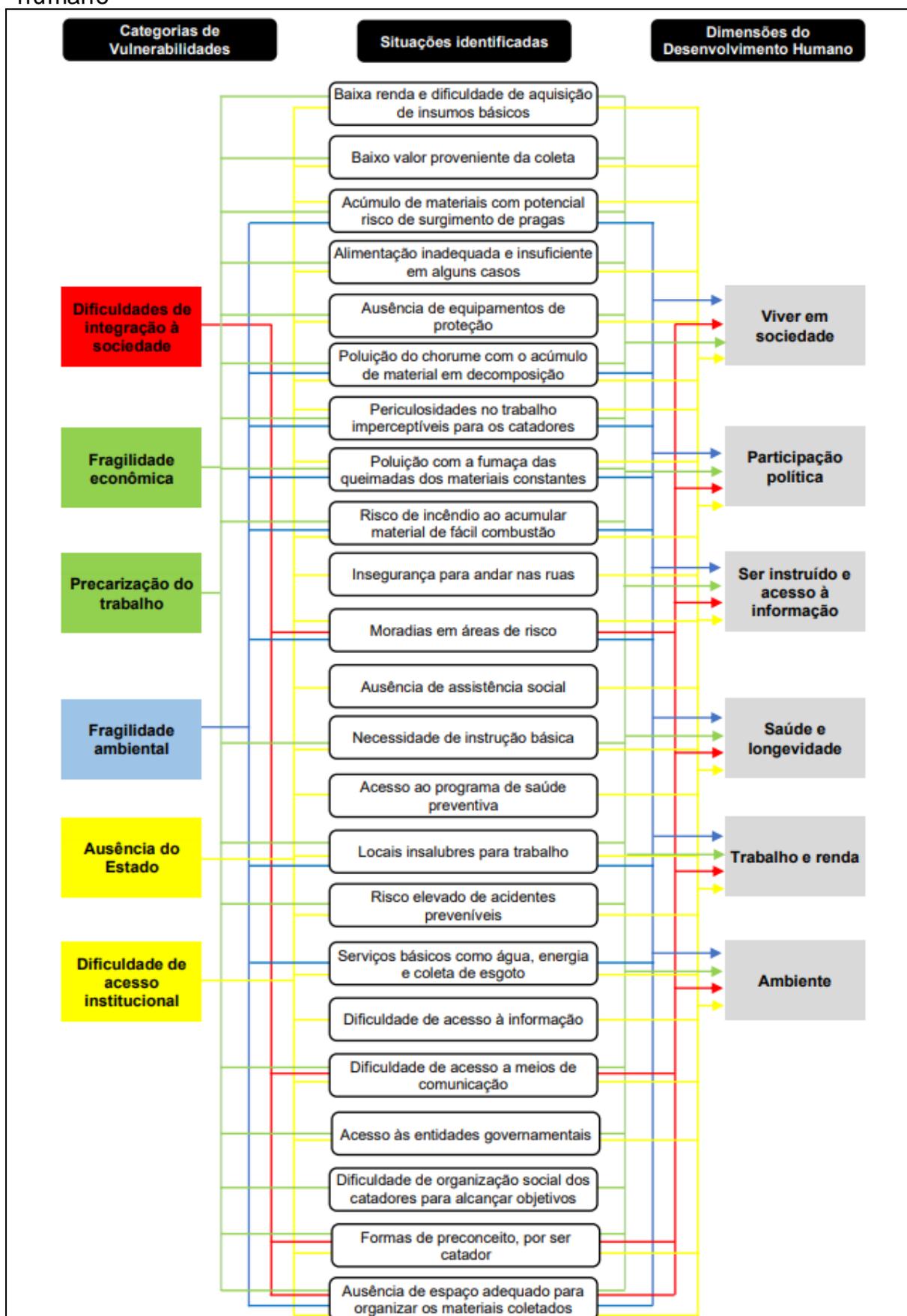
Diante de todos os dados coletados e apresentados nas seções deste capítulo, verificaram-se diversas vulnerabilidades, que por sua vez impactam negativamente no desenvolvimento humano dos catadores. Percebeu-se também a execução de ações para mitigar algumas destas vulnerabilidades, sejam os próprios catadores fazendo seus EPI improvisados, seja alguma instituição realizando alguma ação específica. Por compreender que o desenvolvimento humano e as vulnerabilidades sociais apresentadas são transversais, no próximo capítulo é realizada a discussão, considerando todas as categorias apresentadas e como elas se relacionam.

6. DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Este capítulo é dedicado às discussões dos resultados apresentados no capítulo anterior, fazendo a relação entre as situações de vulnerabilidades verificadas nas pesquisas e que impactam na vida dos catadores com a abordagem do desenvolvimento humano, com foco principal nas contribuições de Sen e Nussbaum. Assim, buscou-se analisar as vulnerabilidades a partir das privações de liberdades que fazem com que os indivíduos tenham dificuldades de serem autônomos, prejudicando as decisões de escolhas atreladas com a vida que se valoriza. Por fim, são sugeridas algumas ações que juntamente com as opiniões dos catadores possam mitigar estas privações.

Resgatando o Quadro 3, onde foi feito uma relação entre vulnerabilidade social e desenvolvimento humano junto aos catadores de materiais recicláveis a partir da visão dos autores elencados ali e ao utilizar o mesmo modelo com os dados coletados dos catadores entrevistados, foi elaborada a Figura 13 a seguir.

Figura 13: Relações entre as vulnerabilidades e as Dimensões do desenvolvimento humano



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A Figura 13 apresenta algumas situações que não foram elencadas pelos autores abordados no Quadro 3, uma vez que esta tese conseguiu captar diversas formas de trabalho dos catadores, além de apresentar as distinções entre elas e a identificação de diferenças entre os municípios. Estas novas situações fizeram com que todas as categorias de vulnerabilidades tivessem relação com todas as dimensões do desenvolvimento humano, tendo em vista que muitas situações influenciam outras, impactando indiretamente em dimensões que inicialmente não eram perceptíveis se analisadas de forma isolada. Estas características são abordadas a seguir:

- Vulnerabilidades associadas às dificuldades de integração à sociedade

Conforme já relatado pelos autores Gonçalves et al. (2013) e Maciel et al. (2011), o preconceito aos catadores não é incomum ou raro. Por outro lado, na pesquisa de campo, emanaram algumas situações que não foram encontradas nos estudos destes autores, como distinção no atendimento em bares e restaurantes, mesmo não estando em serviço, mas simplesmente pelo fato dos atendentes terem conhecimento que são catadores. Tanto as situações verificadas pelos autores quanto as identificadas na pesquisa de campo, demonstram a necessidade de ações voltadas para a mitigação desta discriminação social. Outro fato relevante foi a verificação que o acúmulo de materiais nas residências por longos períodos, além de proporcionar um ambiente insalubre na moradia, também ocasiona problemas de convivência com alguns vizinhos, promovendo conflitos sociais e conseqüentemente dificuldades de integração social.

A Figura 13 apresenta uma nova conexão com a dimensão do desenvolvimento humano, saúde e longevidade, não elencada no Quadro 3, por mais que a maior parte das situações identificadas na pesquisa de campo tenham sido verificadas na pesquisa bibliográfica, foi percebido que esta condição se deu pelo fato de nenhum autor pesquisado ter feito esta relação. Dentre os resultados da pesquisa de campo, foi analisado que a dificuldade de integração social reflete na marginalização destas pessoas fazendo com que residam em áreas de risco ou na rua, dificultando o acesso a programas de saúde preventiva, por exemplo.

Com relação à dificuldade de acesso aos meios de comunicação, foi percebido que todos os catadores têm acesso a pelo menos um meio de

comunicação como rádio ou televisão. A pesquisa mostrou que muitos catadores não possuem acesso à internet e por mais que se trate de uma condição nova, as relações sociais no século XXI também se tornaram digitais, fazendo com que a disseminação de conhecimento e informações locais sejam mais facilmente compartilhadas nos meios digitais. Esta situação é mais latente nos catadores com maior quantidade de vulnerabilidades, como os catadores que moram na rua e no lixão. A falta de acesso aos meios digitais pode impactar diretamente nas liberdades de acesso a diversas políticas públicas, como benefícios sociais do governo, agendamentos de consultas, contato com assistente social, mas oportunidades de trabalho, dentre outras.

Seguindo a ideia de Sen (2007), o poder de escolha é algo que deve ser valorizado na construção do indivíduo autônomo e no processo do desenvolvimento humano. Nesta condição em particular, o indivíduo pode escolher não acessar os meios de comunicação por opção, contudo não é o que ocorre com os catadores entrevistados, que não têm acesso à internet ou a outros meios de informação.

Assim, foi identificado que estas situações de vulnerabilidades são as que mais impactam diretamente na integração social. Deve-se considerar também que outras vulnerabilidades influenciam indiretamente nestas situações, por exemplo: a moradia em áreas de risco. Esta situação é relacionada a falta de acesso às instituições, mas também é reflexo da fragilidade econômica, que por sua vez tem ligação a outras vulnerabilidades.

- Vulnerabilidades associadas à fragilidade econômica e precarização do trabalho

Foram identificadas diversas situações que impactam na condição laboral e financeira dos catadores, ocasionando uma elevada fragilidade econômica. A principal percepção desta fragilidade foi relatada quando eles informaram que durante o período inicial da pandemia do Covid-19 no Brasil, entre os meses de março a julho de 2020, muitas empresas deixaram de comprar os materiais recicláveis e deixaram os catadores sem a sua principal fonte de receita. Este momento foi amenizado com a concessão do auxílio emergencial que conseguiu dar suporte financeiro para as famílias se manterem neste período. Por outro lado, foram

encontrados catadores que não tiveram acesso a este benefício por falta de documentos de identificação, como o caso do Catador 1. Destaca-se também que este benefício demorou alguns meses para chegar até os catadores, o que provocou um risco elevado de escassez de insumos básicos, como alimentação. Esta situação foi amenizada com doação de cestas básicas, tanto por entidades governamentais quanto por entidades privadas.

Fazendo o comparativo da Figura 13 com o Quadro 3, foi verificada a conexão adicional com a dimensão ser instruído e acesso à informação, que não havia sido identificada a sua ligação na pesquisa bibliográfica, quando foram analisadas as vulnerabilidades que atingem os catadores. Esta relação se dá principalmente pelo fato de muitos relatarem que deixaram de estudar para trabalhar e que por mais que exprimam a opinião sobre a importância da instrução formal, as condições de trabalho na coleta, somados a outros afazeres domésticos, por exemplo, os deixam enfadados fisicamente a ponto de inviabilizar a retomada dos estudos formais, como alfabetização ou até mesmo um curso superior. Esta situação de baixa instrução dificulta o acesso a meios de informações (como a internet), inibindo os mesmos de buscarem melhores condições de trabalho e de vida.

Algumas situações verificadas por Moura, Serrano e Guarnieri (2016), como a ausência de equipamentos de proteção individual, de viverem e trabalharem em condições insalubres e perigosas, foram percebidas também com alguns entrevistados. Na pesquisa de campo, foi percebido que em Iguatu, esta condição é mais latente que em Jucás, uma vez que a própria associação fornece os EPI's, tanto para os que trabalham no galpão quanto para os da rua, mas os catadores que não são associados não possuem estes equipamentos. Vale ressaltar que, no caso de Jucás, a prefeitura tem um convênio com a associação para realizar a coleta seletiva no município, onde está descrito esta obrigatoriedade para a execução da parceria. Um fato que merece atenção é que muitos catadores não percebem o grau de periculosidade a que eles estão expostos, mesmo com relatos de vários acidentes.

Gonçalves *et al.* (2013) e Maciel *et al.* (2011) expuseram cenários de necessidade e extrema pobreza, onde existiam catadores que se alimentavam de refeições coletadas no lixão ou nas vias públicas. Esta situação não foi verificada na

pesquisa de campo, uma vez que muitos catadores relataram que recebem doações de cestas básicas, tanto de entres públicos quanto de privados, não apenas no período da pandemia, mas de forma rotineira. Por outro lado, foram identificadas situações de consumo de remédios recolhidos junto aos materiais coletados, sendo informado que só consomem este medicamento se ele estiver dentro da data de validade. Fato que não inibe o risco de contaminação e que demonstra a fragilidade financeira para aquisição de bens básicos à saúde.

Analisando as situações expostas na Figura 13 e olhando para a apresentação dos resultados no capítulo anterior, verifica-se uma ligação entre várias destas condições de vulnerabilidade. Seguindo este entendimento, percebe-se que a ausência de espaço e condições adequadas para trabalhar impactam em diversas vulnerabilidades, tais como segurança no trabalho, melhores receitas, que proporcionam refeições mais prazerosas, proporcionando mais conforto e bem-estar. Por outro lado, as dificuldades de organização social dos catadores inibem algumas formas de apoio estatal expostas nesta tese. Assim, estas condições revelam uma problemática mais complexa e que necessita de auxílio estatal para mitigar estas privações. A este suporte, Sen (2007) chama de segurança protetora, e que não cabe ao estado simplesmente fornecer um local adequado para trabalhar na coleta, mas sim proporcionar condições que eles consigam ser autônomos e capazes de gerirem o espaço de forma coletiva e adequada.

Atrelada à segurança protetora, pode-se compreender a necessidade de estímulo a outras liberdades, como as facilidades econômicas; garantias de transparência; liberdades políticas; e oportunidades sociais. Isso revela o quão abrangente as vulnerabilidades identificadas na pesquisa de campo estão presentes nas vidas dos catadores.

- Vulnerabilidades associadas à fragilidade ambiental

Verificaram-se duas novas relações com as dimensões do desenvolvimento. A primeira é viver em sociedade, ocasionado por algumas situações relacionadas a problemas de convívio com vizinhos devido ao acúmulo de materiais e marginalização por conta da localidade de residência. A segunda está relacionada

com a “participação política”, percebida pela falta de organização coletiva para buscar soluções para os problemas enfrentados pela comunidade.

Sobre a indicação da insegurança na locomoção nas vias públicas, esta situação não impacta apenas os catadores, mas toda a sociedade, pois os relatos não demonstram riscos exclusivos aos catadores. Por outro lado, esta vulnerabilidade impacta diretamente na condição de trabalho dos catadores de rua, estabelecendo horários considerados mais seguros, mas que nem sempre são condizentes com os melhores horários para a coleta, prejudicando a forma de trabalho deles. Ter liberdade de ir e vir é algo essencial para a prática das demais liberdades, com o impacto mais evidente nas dimensões de participação política, viver em sociedade e trabalho e renda de Sen (2007), mas tem impacto em todas as dimensões relacionadas na coluna da esquerda.

A Figura 13 traz pela primeira vez a indisponibilidade de serviços básicos, como água, energia e coleta de esgoto. A ausência destes serviços acarreta diversas privações na vida das pessoas, como problemas de saúde, que impactam negativamente na longevidade dos catadores. Esta situação acentua outras vulnerabilidades já expostas anteriormente, uma vez que prejudica as condições de trabalho e renda, o bem-estar social e a elevação dos riscos atrelado aos locais de moradia.

Assim, percebe-se o quanto as situações relacionadas à fragilidade ambiental influenciam negativamente na promoção do desenvolvimento humano, sendo que elas se relacionam com outras, ampliando o seu escopo de abrangência.

- Vulnerabilidades associadas à ausência do Estado e dificuldade de acesso institucional

No decorrer da pesquisa de campo, foi identificado que muitas situações que se apresentaram como uma dificuldade de acesso às instituições, suporte ou benefícios estatais revelaram que os grupos que têm maior dificuldade também são os que têm menos presença das instituições estatais. Cita-se o exemplo do Catador 1 que não teve acesso ao auxílio emergencial, e não tinha qualquer outro benefício como bolsa família, por exemplo, isso por conta da ausência de documentos de identificação, que ele perdeu e nunca foi retirar uma nova via. Neste caso, o Catador

1 é um dos que se encontram em situação de vulnerabilidade elevada com as seguintes condições: reside no lixão, sem acesso à energia elétrica, água potável, condições sanitárias básicas, problemas de saúde frequente, renda muito baixa, a ponto de não conseguir comprar remédios necessário para o bem-estar. Conforme citado anteriormente, os catadores que residem no lixão informaram que não têm visita de agente de saúde ou de assistente social.

Os resultados da pesquisa de campo demonstraram que os catadores que têm maior ausência do Estado ou dificuldade de acesso institucional são os que apresentam maior quantidade de privações. Esta condição expõe o quão importante é a participação do Estado para a remoção das vulnerabilidades, tão fundamentais para a promoção do desenvolvimento humano dos indivíduos. Por outro lado, o poder público não pode ser responsável por resolver todos os problemas, sendo que o desenvolvimento se constitui um processo de ampliação das escolhas dos indivíduos (PNUD, 1990). Esse processo deve levar em consideração o que as pessoas valorizam, sem deixar de considerar as condições básicas para se viver (COMIM, 2021). Há de se compreender que o governo é responsável por proporcionar a segurança protetora que o Sen (2007) aborda, e que é de fundamental importância para que os grupos mais vulneráveis não venham a falecer prematuramente.

Nos resultados demonstrados na Figura 13, verificou-se a ligação com todas as dimensões do desenvolvimento humano, o que não foi percebido na pesquisa bibliográfica analisada nesta tese e apresentada no Quadro 3, quando não foi identificadas situações com a dimensão viver em sociedade. Esta nova relação se deve principalmente à ausência de ações que possam promover melhores condições de trabalho, bem como a percepção da população de que a coleta é um trabalho ambiental e que deve ser valorizado e não discriminado, conforme relatado pelos catadores nos resultados do capítulo anterior.

Moura, Serrano e Guarnieri (2016) diagnosticaram que a organização de associações e cooperativas formalmente constituídas não é suficiente para que estes catadores tenham melhores condições de vida. Na pesquisa de campo também foi verificado que os catadores do lixão que participam da associação sofrem até mais privações que os catadores de rua que não são associados. Por

outro lado, Hahn (2017) afirma que os catadores inseridos nos empreendimentos cooperativos apresentam melhorias nas condições de vida, situação evidenciada na Associação dos Catadores de Jucás. Ao mesmo tempo que fica claro que a influência de fato nesta evolução foi decorrente do apoio estatal municipal, com a execução de algumas ações, inclusive no apoio à formalização. Concordando assim com Semzezem e Alves (2013), ao defenderem que a condição de vulnerabilidade está associada fortemente à ausência de uma rede de proteção que inclui a presença do estado, esta visão está inserida na Segurança Protetora de Sen (2007). Isso demonstra a necessidade de apoio das entidades públicas aos grupos que estão em situação de vulnerabilidade, uma vez que dificilmente eles conseguiram sair desta condição sozinhos.

Ao analisar a Figura 13, percebe-se que várias situações estão presentes em mais de um grupo de vulnerabilidade, sendo que alguns grupos têm uma quantidade maior que outros, como a Fragilidade econômica e Precarização do trabalho e Ausência do estado e Dificuldade de acesso às instituições. Estes dois grupos respondem por quase todas as situações de vulnerabilidades. Vale destacar que os catadores do município de Jucás são menos vulneráveis que os de Iguatu por terem maior apoio institucional do município, como a disponibilização de um galpão de triagem e apoio financeiro, com a concessão de bolsas catador, conforme explanado nos resultados da pesquisa. Por outro lado, foi percebido que este suporte não alcança todos os catadores daquele município, havendo assim catadores mais vulneráveis que outros.

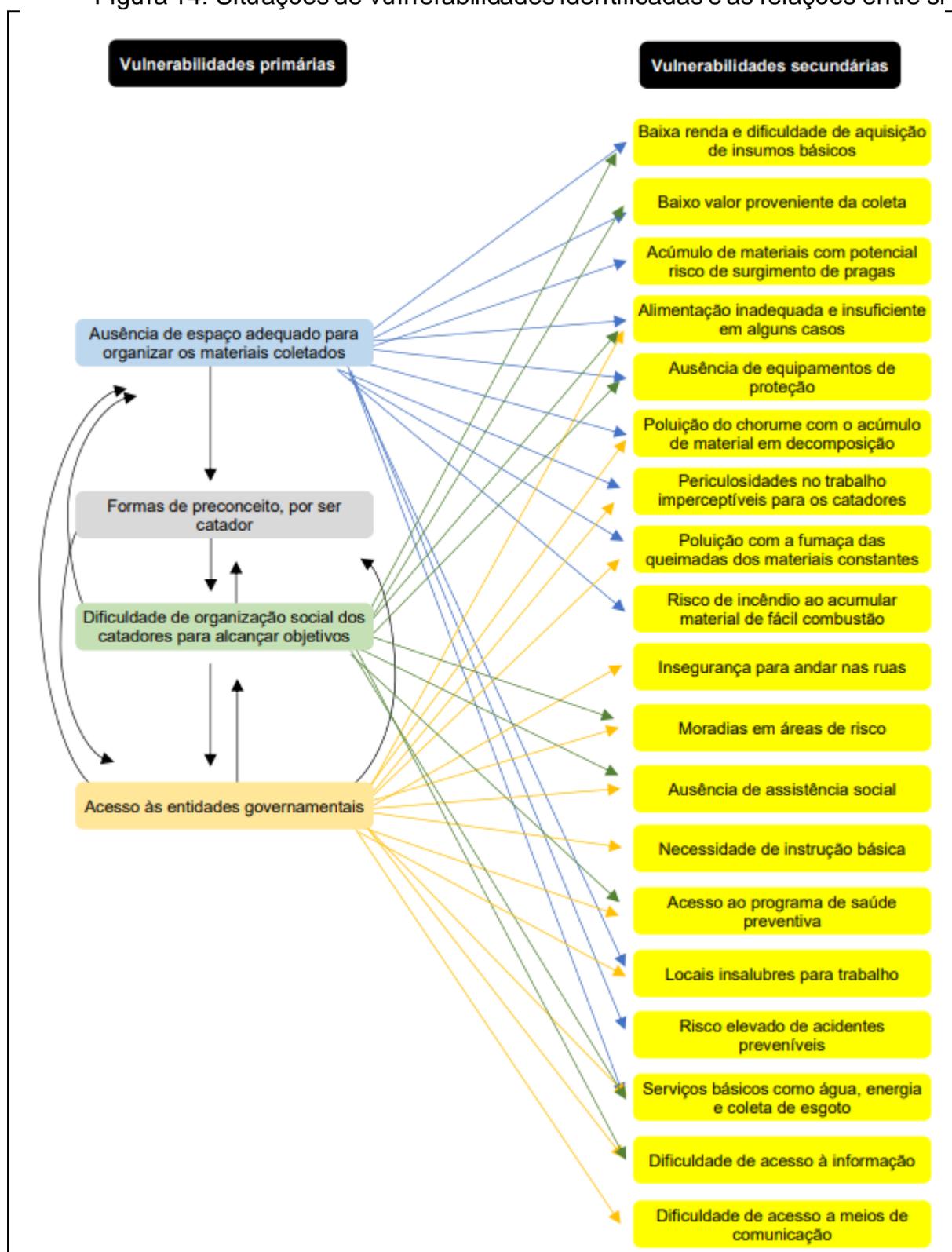
Por mais que haja esta concentração nestas vulnerabilidades, percebe-se que elas são multidimensionais e impactam de diversas formas na vida dos catadores e influenciam diretamente em várias dimensões do desenvolvimento humano. Deste modo, na seção a seguir são apresentadas algumas sugestões de ações com potencial de mitigação das situações identificadas nesta tese.

6.1. Vulnerabilidades primárias e secundárias

Seguindo a análise da Figura 13, foi verificado que há vulnerabilidades que fazem surgir novas vulnerabilidades ou potencializam outras que já existem, conforme elencadas na Figura 14 a seguir. Nesta figura, as situações de

vulnerabilidades foram divididas em dois grupos: o primeiro foi identificado como vulnerabilidades primárias, pois são aquelas que impactam de alguma forma para a formação de novas vulnerabilidades; e o segundo grupo foi chamado como vulnerabilidades secundárias, uma vez que elas são consequências das primeiras. Deste modo, o segundo grupo se apresenta mais como resultado decorrente da existência das vulnerabilidades, ou seja, por vezes, algumas vulnerabilidades levam, por extensão, ao surgimento de novas vulnerabilidades. Ressalta-se que estas situações foram identificadas pelo autor durante a análise dos resultados das pesquisas de campo. Vale destacar que nem todas as situações elencadas da Figura 14 estão presentes em todos os catadores entrevistados, mas pelo menos em um dos catadores entrevistados foi verificada alguma destas situações com diferentes intensidades, conforme verificado no capítulo anterior.

Figura 14: Situações de vulnerabilidades identificadas e as relações entre si



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Ao fazer a análise das vulnerabilidades elencadas, chegou-se a quatro vulnerabilidades primárias, que por sua vez fazem surgir novas vulnerabilidades ou agravam algumas outras que já existem, sendo elas:

- Ausência de espaço adequado para organizar os materiais coletados:

Esta situação está atrelada à falta de um equipamento que é destinado à gestão de resíduos sólidos, podendo ser gerido por entidades privadas, governamentais ou associativas/cooperativas. A existência deste equipamento pôde ser verificada no município de Jucás, onde o galpão de triagem e área de transbordo são geridos de forma conjunta entre a associação de catadores e a prefeitura municipal. Diversas situações estão relacionadas à existência dele, como a disponibilidade de um local mais salubre e de menor risco à saúde. Também houve a elevação da renda por trabalhar de forma associativa com a elevação dos valores dos materiais comercializados, além de outras situações elencadas na Figura 14. Ressalta-se que a disponibilidade do mesmo só foi possível devido ao acesso às entidades governamentais que também auxiliou na organização social do grupo de catadores do município.

Sen (2007) aborda esta vulnerabilidade a partir da facilidade econômica, que consiste nas possibilidades que as pessoas possuem de utilizar os recursos econômicos para o consumo, produção ou troca. Assim, a ausência de espaço adequado e todas as situações relacionadas às condições laborais e de remuneração são contempladas nos estudos de Sen.

- Dificuldade de organização social dos catadores para alcançar objetivos comuns: Sen (2007) relaciona a dificuldade de organização social a vários fatores e coloca a liberdade instrumental de garantias de transparência como aquela que está relacionada diretamente à interação entre os indivíduos. Esta privação relaciona-se com liberdade substantiva do indivíduo de viver em sociedade também. Conforme explanado na situação anterior, a organização dos catadores proporciona tanto o acesso às entidades governamentais quanto para as entidades poderem proporcionar maior suporte, como parcerias para acesso a benefícios sociais. Assim, esta condição proporciona maior visibilidade dos catadores, bem como a capacidade de buscar solução de problemas que os afligem como problemas de serviços básicos de água, esgoto etc. Deste modo, Nussbaum (2013) considera a necessidade de atender uma lista de capacidades centrais para a disposição de uma condição mínima de vida, onde as entidades governamentais, bem como as organizações de catadores, devem proporcionar suporte adequado para que estas privações básicas sejam mitigadas.

- **Acesso às entidades governamentais:** Percebe-se que esta vulnerabilidade se relaciona diretamente com várias situações que influenciam outras, tornando-se uma vulnerabilidade com alta capilaridade. Conforme explanado por Sen (2007) e Nussbaum (2013), deve haver uma segurança protetora que proporcione condições mínimas de vida. Quando esta segurança é inexistente ou deficiente, surgem diversas situações de vulnerabilidade, como moradias em áreas de risco, problemas no acesso a serviços básicos como água, energia, coleta de esgoto etc.

- **Formas de preconceito, por ser catador:** Esta situação tem impacto direto na forma como o próprio catador se sente quanto pertencente à sociedade, bem como a sua capacidade resiliente de mesmo diante das diversas formas de preconceito relatadas nesta tese, permanecerem na atividade. O Catador 10, por exemplo, relatou que ficou “quatro semanas com desgosto”, em estado depressivo em decorrência de uma atitude preconceituosa que vivenciou. Esta situação prejudicou o seu bem-estar, a sua integração à sociedade e a sua vontade de viver. Esta condição de integração é de fundamental importância e tem relação com a vida em si do indivíduo, sendo indissociável de tudo o que ele está inserido. Esta vulnerabilidade relaciona-se diretamente com a liberdade substantiva do indivíduo viver em sociedade de Sen (2007), em que os catadores sofrem diversas formas de preconceito simplesmente por serem catadores. Esta condição faz com que eles sejam privados do direito de viver em sociedade e com isso várias outras possibilidades.

Devido à complexidade das situações elencadas na Figura 14, não é possível afirmar a origem delas, mas foram verificadas fortes relações entre algumas, sendo que realizando ações específicas para mitigar estas situações primárias, as demais deverão ser impactadas positivamente. Assim, percebeu-se que muitas vezes os resultados das políticas públicas têm baixa eficácia por focarem em ações paliativas, pois atacam apenas as vulnerabilidades secundárias, deixando as primárias para um segundo momento.

6.2. Sugestão de ações para mitigação das vulnerabilidades junto aos catadores

Como exposto na Figura 13 e 14, foram identificadas diversas situações de vulnerabilidades na pesquisa de campo, e ao decorrer da construção desta tese, alguns autores colocaram pontualmente algumas sugestões que podem ajudar na redução delas, como a necessidade da presença dos entes públicos para formação de uma rede de apoio aos indivíduos em condições de vulnerabilidade (GONÇALVES ET AL., 2013; SEMZEZEM, ALVES, 2013).

Foi percebido durante as entrevistas, que algumas ações realizadas pelos entes públicos poderiam ter maior aceitação dos catadores, se durante o planejamento, eles tivessem a oportunidade de opinar sobre elas, uma vez que a simples oportunidade de escolher é algo valioso para o indivíduo (SEN, 2007). Cita-se por exemplo a simples doação de EPI e ferramentas para a coleta. Alguns informaram que as luvas eram muito grandes e atrapalhavam no momento da coleta, a bota era do tipo aberta, o que ocasionou a entrada de líquidos perigosos que machucaram os pés. Proporcionar a participação dos atores na procura de soluções dos seus problemas, cria, fortalece e amplia sua autonomia e capacidade de agente (COMIM, 2021). Ressalta-se que esta participação inclusiva dos catadores deve ser vista como parte da solução de algumas das vulnerabilidades elencadas, sendo associada à aplicação de ações que envolvam quesitos técnicos e já experimentados para alcançar maior êxito.

Deste modo, esta tese sugere que, antes de planejar ações que envolvam estes grupos, eles possam ser inseridos como agentes ativos e não apenas receptores de ações específicas, fazendo com que as ações sejam realizadas com eles e não para eles, proporcionando o sentimento de que a melhoria das condições de vida depende diretamente da condição ativa deles, e que sem a participação deles pouca coisa pode ser realizada. A segunda máxima de Sen elencada por Comim (2021) diz que as liberdades devem ser centradas naquelas oportunidades valoradas pelas pessoas, como participação em escolhas políticas, fazendo com que o poder de agência e a autonomia dos indivíduos sejam fortalecidos.

Somando este entendimento à liberdade instrumental de segurança protetora

(Sen, 2007), eles devem receber maior atenção dos poderes públicos a fim de mitigar algumas vulnerabilidades consideradas básicas, fazendo com que as pessoas não morram prematuramente. Neste caso, Nussbaum (2013) destaca uma lista de condições mínimas para os indivíduos viverem, e dentre elas está o acesso à moradia. Considerando o caso específico de moradia, este problema poderia não existir para um grupo de pessoas que já foi beneficiado com um programa de casas populares em Iguatu, mas durante as entrevistas foram relatadas que houve erro técnico na execução da construção das moradias, pois foram construídas em uma área de constante alagamento. A execução deste tipo de empreendimento por programas habitacionais tem o foco de solucionar o déficit de moradias, mas neste caso específico gerou outro problema socioambiental.

Diante da percepção das diversas privações identificadas no decorrer da pesquisa de campo, as últimas duas perguntas do roteiro de entrevista foram relacionadas à opinião deles sobre o que poderia ser feito para melhorar a vida deles. Como respostas alguns destes ficaram em silêncio ou falaram como o Catador 3: “nunca parei pra pensar nisso. Não sou do tipo de pessoa que tem muitos projetos, ou que faz planos não. Eu vivo o hoje, o amanhã pertence a Deus”. Para o Catador 16: “o que eu peço à Deus todo dia é que acabe logo essa pandemia, né, pra gente poder ter a vida normal”.

Mas algumas pessoas fizeram comentários mais específicos como o Catador 11 que afirmou: “rapaz, eu quero pouca coisa, só queria um emprego que me desse condições de manter a minha família”. Seguindo nesta condição o Catador 8 diz: “eu tô explicando pro senhor, porque a gente precisa de dinheiro para comprar as coisas, pra gente poder viver no dia a dia e comprar o alimento pra poder continuar a história”. Quando questionado sobre o que eles poderiam fazer para que isso pudesse acontecer, o Catador 11 informou que está procurando emprego, mas por conta da pandemia não está conseguindo, já o Catador 8 não soube o que dizer.

Por outro lado, houve um grupo de catadores que conseguiu expor algumas sugestões como os seguintes catadores:

Eu acho que a gente deveria, o poder público, dar mais atenção aos catador porque os catador são peça fundamental pra o meio ambiente (CATADOR 5).
Assim, não só a minha, mas de nós que veve aqui, era bom se um dia a

gente tivesse a nossa reciclagem. Nosso galpão, que a gente pudesse trabalhar na sombra, e não no sol quente, seria bom demais se um dia as coisa melhorasse. Se a gente fosse trabalhar num galpão, tivesse horário certo pro almoço, da merenda, aí era bom demais (CATADOR 6).

Pra melhorar, rapaz, pra melhorar a situação dos catadores, era ter uma cooperativa, ter uma cooperativa que pudesse ajudar, tipo uma associação como existe em Fortaleza, como existe em Maracanaú e outras regiões (CATADOR 10).

Os três catadores acima fizeram reflexões distintas sobre as privações apontadas na Figura 12. A primeira está relacionada à ausência de atenção das instituições públicas, já a segunda refere-se à ausência de local adequado para trabalhar. A terceira está atrelada à organização social dos catadores, uma vez que a constituição de uma cooperativa de catadores depende da capacidade associativa deles, mas isso pode ser estimulado a partir de ações das instituições públicas, como ocorreu em Jucás com a criação da associação dos catadores.

Considerando as indicações dos catadores, somadas com as percepções do pesquisador, propõem-se algumas ações para que sejam analisadas a sua viabilidade de execução local, a fim de mitigar estas vulnerabilidades. Deste modo, a seguir são apresentadas algumas propostas, bem como a indicação de como elas podem impactar positivamente na vida dos catadores.

a) Sugestão de ação: Identificação e mapeamento de todos os catadores do município, realizando o diagnóstico pelas secretarias competentes para verificação das vulnerabilidades, realizando a inserção deles nos programas sociais adequados. Viabilizar formas de acesso às diversas entidades governamentais que possam auxiliar na solução dos problemas.

Vulnerabilidades impactadas: Ausência de assistente social; moradias em áreas de risco; ausência de Agente de saúde; dificuldade para comprar remédios; dificuldade de acesso às entidades governamentais; dificuldade de acesso a serviços básicos como água, energia e coleta de esgoto.

Possível impacto nas vulnerabilidades: A ação de identificação promoverá o encontro do órgão responsável pela assistência básica a pessoas em situação de vulnerabilidade. Consequente a isso, verificar-se-á a possibilidade de inserção das famílias que vivem em áreas de risco, inscrição em programas de habitação social, bem como o aluguel social, se disponível. Ressalta-se que foi exposto pela Entidade

4 a falta de identificação dos catadores. Torná-los visíveis aos programas de saúde básica da família, proporcionando acesso aos serviços de saúde, bem como a possibilidade de acesso a remédios, que por sua vez possam ser disponibilizados gratuitamente na farmácia municipal. A criação de um elo inicial que transpasse as barreiras entre os catadores e as entidades governamentais proporcionará melhores condições de acesso a elas. E possivelmente alguns problemas que antes poderiam ser invisíveis a estas entidades, poderão ser solucionados.

Relação com as dimensões do desenvolvimento humano: Aqui pode-se considerar principalmente a liberdade instrumental de Sen (2007): segurança protetora, que reduz o risco das pessoas sucumbirem à morte prematura por falta de condições mínimas para viver. Deste modo, as dimensões saúde e longevidade e ambiente são as que serão mais impactadas nesta ação

b) Sugestão de ação: Reunir os catadores para que estes possam buscar soluções aos problemas em conjunto e com o apoio dos entes públicos.

Vulnerabilidades impactadas: Ausência de ações para organizar os catadores; Dificuldade de organização social para alcançar objetivos comuns.

Possível impacto nas vulnerabilidades: Há relatos de catadores que não sabem da existência da associação de catadores, e mesmo dentro das associações a execução de ações coletivas nem sempre é possível, por falta de diálogo entre os próprios associados. Reuni-los em momentos coletivos de discussões é de fundamental importância para buscar soluções para os problemas existentes, desde a coleta e comercialização, até questões mais amplas como problemas que envolvem os locais de moradia. Neste último caso, pode-se citar, como exemplo, a fumaça gerada pelo lixão, que fica próximo às residências dos catadores.

Relação com as dimensões do desenvolvimento humano: As dimensões que devem ser mais influenciadas serão a participação política, uma vez que estimulará os catadores a se reunirem para discutirem sobre as suas dificuldades e como superá-las. Juntamente com a participação política, há um potencial de impacto em todas as outras dimensões de forma indireta, tendo em vista que proporcionar o empoderamento dos indivíduos, também estimula o surgimento de novas escolhas que possam ser mais valiosas para eles.

c) Sugestão de ação: Concessão de bolsa como forma de remuneração complementar da atividade a partir de uma dotação orçamentária da prefeitura ou do Estado, destinada para realização da coleta de resíduos domiciliares. Esta ação também funciona como forma de inserir os catadores na coleta seletiva de fato. Isso poderia ocorrer através da associação que poderia decidir como este valor poderia ser dividido, criando uma forma de gestão participativa.

Vulnerabilidades impactadas: ausência de apoio financeiro governamental; reconhecimento do catador como um trabalhador que auxilia na coleta de resíduos sólidos; alimentação inadequada e insuficiente em alguns casos; dificuldade para comprar remédios; dificuldade de acesso à meios de comunicação.

Possível impacto nas vulnerabilidades: O apoio financeiro estatal é uma forma de reconhecer o serviço dos catadores na limpeza urbana, que o município deve fazer. Havendo a organização de ambos, os serviços podem ser prestados com melhor qualidade e com inclusão social. A concessão de um auxílio para os catadores desempenharem sua atividade proporcionará de imediato melhores receitas e, conseqüentemente, o acesso à alimentação adequada, remédios e bens de consumo. Neste último, o acesso a aparelhos de rádio, TV, smatphone com internet etc., proporciona uma quantidade maior de informações.

Relação com as dimensões do desenvolvimento humano: As principais dimensões a serem influenciadas por esta ação é o trabalho e renda, mas indiretamente esta ação pode impactar em outras dimensões como ambiente e saúde e longevidade, pois a renda como meio proporciona oportunidades de acesso a bens de consumo, inclusive alimento.

d) Sugestão de ação: Criação de um galpão de triagem, de preferência próximo das residências do maior grupo de catadores, evitando assim a exclusão de muitos catadores por conta de ausência de transporte. A disponibilização de transporte com horário fixo poderá desestimular aqueles catadores que possuem outros afazeres, como cuidar da casa ou de crianças. Sendo que estes podem trabalhar em horários flexíveis e acordados com os demais catadores.

Vulnerabilidades impactadas: acúmulo de materiais com potencial risco de surgimento de pragas; locais insalubres para trabalho; risco de incêndio ao acumular

material de fácil combustão; poluição do chorume com o acúmulo de material em decomposição; poluição com a fumaça das queimadas dos materiais; alimentação inadequada e insuficiente em alguns casos.

Possível impacto nas vulnerabilidades: Com recursos públicos, o galpão pode ser construído e posteriormente ser cedido à associação de catadores, conforme ocorrido no município de Jucás. Inicialmente se propõe uma gestão compartilhada com a secretaria, e posteriormente seria regido apenas por um contrato de concessão do espaço e de equipamentos. Este período inicial serviria como um aprendizado para a associação. Com a criação do galpão, todos os resíduos domiciliares seriam encaminhados para ele, onde haveria a triagem em esteiras, buscando retirar a maior quantidade de material reciclável possível, e posteriormente o que não fosse possível separar seria enviado para o aterro sanitário. O galpão resolveria diversas vulnerabilidades, como a promoção de um local mais salubre e com menos riscos de acidentes. O galpão deverá possuir local apropriado para realização de refeições, evitando a realização de refeições junto a insetos. Uma vez que alguns catadores indicaram que mesmo tendo comida à disposição, às vezes preferem não comer por conta do mau cheiro ou alguma coisa que lhe tirou o apetite.

Relação com as dimensões do desenvolvimento humano: Da mesma forma que a ação do item anterior, esta ação também tem influência no trabalho e renda, mas também tem impacto sobre a participação política, ao estimular os catadores a realizarem a gestão coletiva do galpão de triagem. Esta ação também resulta nas dimensões viver em sociedade e ambiente, pois evita o acúmulo de matérias nas residências e conseqüentemente no relacionamento com os vizinhos e com a sociedade.

e) Sugestão de ação: Criar uma central de comercialização, provavelmente no mesmo galpão de triagem para receber os materiais dos catadores de rua. Ao mesmo tempo que facilitaria a comercialização em conjunto.

Vulnerabilidades impactadas: acúmulo de materiais com potencial risco de surgimento de pragas; ausência de espaço para organizar os materiais coletados, obrigam os catadores de rua a levarem os materiais para suas residências; risco de

incêndio ao acumular material de fácil combustão; poluição do chorume com o acúmulo de material em decomposição; baixo valor proveniente da coleta; dificuldade de encontrar melhores valores na comercialização.

Possível impacto nas vulnerabilidades: Da mesma forma que o galpão de triagem proporciona melhores condições para os catadores que ali trabalham, uma central de comercialização, pode proporcionar melhores receitas provenientes da venda dos materiais de forma conjunta a compradores qualificados, como indústrias. Os catadores de rua podem entregar diariamente os materiais coletados na central, ou nos casos mais distantes, se viável, ela pode coletar onde o catador estivesse, resolvendo alguns problemas e riscos causados por conta do acúmulo de materiais nas residências.

Relação com as dimensões do desenvolvimento humano: Esta ação tem o mesmo potencial de impacto nas dimensões do desenvolvimento que a ação anterior do item e.

f) Sugestão de ação: Capacitação para que os catadores tenham condições no médio tempo de gerir a coleta seletiva em parceria com a prefeitura. Focada na análise de custos, receitas e lucros, buscando a melhor forma de comercialização com benefícios para todos os associados.

Vulnerabilidades impactadas: baixo valor proveniente da coleta; dificuldade de acesso à informação sobre a gestão da coleta municipal; dificuldade de encontrar melhores valores na comercialização; dificuldade de planejamento financeiro.

Possível impacto nas vulnerabilidades: Conforme explanado, quando descrita a sugestão de implantação do galpão de triagem e a central de comercialização, esta ação tem que ser um processo de aprendizado para a associação, em que eles deverão ter condições de gerenciar de forma eficiente e autônoma o empreendimento, ao mesmo tempo que terão de prestar contas para o poder público e para os associados.

Relação com as dimensões do desenvolvimento humano: Aqui busca-se relacionar com as dimensões ser instruído e acesso à informação, trabalho e renda e participação política, por toda a complexidade que proporciona aos catadores

terem condições e oportunidade de realizarem escolhas e gerirem suas vidas da melhor forma que lhes aprouver. Ou seja, proporcionar esta capacidade não consiste apenas na realização de um curso, mas sim um grupo de atividades que sejam possíveis de alcançar este objetivo.

g) Sugestão de ação: Fornecimento de EPI, conjuntamente com momentos de capacitações específicos sobre a importância dele.

Vulnerabilidades impactadas: ausência de equipamentos de proteção; periculosidade do trabalho imperceptível para os catadores; risco elevado de acidentes preveníveis.

Possível impacto nas vulnerabilidades: Há necessidade de aquisição de equipamentos de qualidade e tamanhos adequados, pois há relatos de pessoas que não gostam de usar luvas porque elas ficam escorregando. Outro informou que um produto químico entrou na bota e queimou o pé, provavelmente eram de tamanhos inadequados. Catadores que trabalham no sol, provavelmente, não conseguem usar roupas muito quentes, o que causará desconforto excessivo e a não utilização dos equipamentos, tornando sem efeito a ação.

Relação com as dimensões do desenvolvimento humano: Além da dimensão trabalho e renda, esta ação também se relaciona com ser instruído e acesso à informação, pois há necessidade de que os catadores compreendam os riscos de acidentes que a não utilização dos EPIs podem provocar. A partir desta compreensão e a disponibilização dos equipamentos adequados, eles podem ter o direito de escolherem utilizar ou não estes equipamentos, tendo conhecimento das possíveis consequências de suas escolhas.

h) Sugestão de ação: Realizar campanhas de divulgação sobre a coleta seletiva e os seus benefícios para toda a população, colocando os catadores como agentes ambientais.

Vulnerabilidades impactadas: formas de preconceito, simplesmente por ser catador; insegurança para andar nas ruas.

Possível impacto nas vulnerabilidades: A promoção da figura do catador como um agente ambiental, provavelmente trará reconhecimento deles por parte da

sociedade, reduzindo a quantidade de momentos de preconceitos. Uma vez que há vários relatos de discriminação e olhares de desprezo percebidos pelos catadores durante a coleta, como também há aqueles que separam os materiais e inclusive oferecem água aos mesmos. Por mais que a insegurança de andar nas ruas possa estar atrelada à atividade de segurança pública de fato, está é uma ação que deve ser fortalecida sempre que necessário para o bem da sociedade em geral, e não apenas dos catadores. Foi verificado também que alguns catadores já tiveram acidentes ocasionados pela batida de veículos, que não respeitaram a passagem deles no momento da coleta.

Relação com as dimensões do desenvolvimento humano: Esta ação relaciona-se diretamente com a dimensão viver em sociedade. Conforme exposto anteriormente, a exclusão social provoca diversos problemas, até mesmo a falta de vontade de viver relatada pelo Catador 10, ao falar de uma situação de discriminação que ele sofreu.

i) Sugestão de ação: Realizar cursos, voltados para instrução básica como alfabetização e matemática.

Vulnerabilidades impactadas: necessidade de instrução básica; dificuldade de acesso à meios de comunicação.

Possível impacto nas vulnerabilidades: Como verificado nas entrevistas, muitos catadores não sabem ler e escrever. Isso foi relatado por eles como uma coisa que não conseguem mais recuperar e que a vida poderia ser melhor se tivessem a oportunidade de terem mais instrução quando jovem. A falta de instrução básica como ler, escrever e realizar contas simples de matemática os tornam mais vulneráveis em várias situações. Foi percebido que os catadores que têm menos acesso à informação, são aqueles que tem menor nível de instrução.

Relação com as dimensões do desenvolvimento humano: Esta ação tem ligação direta com as dimensões ser instruído e acesso à informação e trabalho e renda. Mas a simples oportunidade de ter acesso à informação proporciona condições de influência em todas as outras dimensões como viver em sociedade, participação política, saúde e longevidade e ambiente.

Com relação à insegurança para andar nas ruas, percebe-se que este problema está fortemente atrelado a questões de segurança pública, o que se torna um tema mais complexo e que dificilmente esta tese conseguiria suprir as discussões. Deste modo, esta foi a única vulnerabilidade que não se conseguiu abordar de forma mais efetiva nas sugestões de ações anteriores.

Conforme abordado anteriormente, as sugestões propostas não devem ser compreendidas como prontas, mas sim como uma forma de nortear as possíveis soluções para as vulnerabilidades identificadas. Sendo que cada vulnerabilidade possui uma origem, e que tanto os efeitos quanto a origem devem ser tratados com ações específicas para cada grupo de catadores. Uma vez que foi verificado que existem algumas vulnerabilidades que são similares e outras que são particulares daquele grupo. Por exemplo, os catadores de ruas têm vulnerabilidades distintas e outras semelhantes aos catadores do lixão.

Percebe-se que algumas ações dependem diretamente da participação dos catadores como protagonistas, mesmo que para isso seja necessário o suporte de entidades públicas. Deste modo, os catadores devem ser incluídos nas discussões dos problemas e das soluções desde os primeiros momentos, e não apenas quando as ações forem ser executadas. Por outro lado, percebe-se que há ações de cunho técnico que necessitam que o poder público exerça a função, porém com engajamento dos beneficiários no planejamento e execução das ações. Pode-se citar como exemplo a construção do galpão de triagem, pois é importante consultar e engajar os catadores quanto à escolha do local e formas de trabalho e gestão do espaço em si. Por outro lado, a execução do projeto arquitetônico deve-se ter um foco mais técnico com a participação de engenheiros.

Neste capítulo foram apresentadas as vulnerabilidades identificadas junto aos catadores de materiais recicláveis dos municípios de Iguatu e Jucás, sendo verificado que várias destas vulnerabilidades influenciam outras, demonstrando que elas são multidimensionais e que estão relacionadas às várias dimensões do desenvolvimento humano. Por fim foram expostas algumas sugestões de ações que podem impactar positivamente na mitigação destas vulnerabilidades, por outro lado, por se tratar de questões sociais, há necessidade de cuidar das especificidades de cada situações de forma minuciosa.

7 DISCUSSÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa, evidenciou-se a existência de diversas situações de vulnerabilidades e que elas são mais latentes nos catadores com menor assistência estatal, como os catadores que trabalham no lixão. Neste caso, além de condições de insalubridade na coleta, há catadores que residem no lixão, onde são privados de diversos serviços públicos, como água potável, energia elétrica, entre outros.

Foi percebida a necessidade de execução de ações que disponibilizem: locais salubres e adequados para trabalhar; capacitação e equipamentos de proteção individual buscando reduzir os riscos de acidentes; suporte financeiro para manter uma condição mínima para aquisição de alimentos, bens e serviços básicos; auxílio e capacitação para que os catadores consigam melhores condições de comercialização e melhores receitas com o material coletado; acesso aos programas de saúde e assistência social existentes. Destaca-se que muitas destas ações servem como meios para conceder melhores condições de vida, mas que também devem lhes proporcionar autonomia social e oportunidades de realizarem as escolhas de uma vida que eles valorizem. Fazendo com que o desenvolvimento humano seja expandido juntamente com a redução das vulnerabilidades.

Como resultado desta tese, verificou-se a validação da hipótese do começo do trabalho, que para promover o desenvolvimento humano dos catadores, há necessidade de realizar a mitigação das vulnerabilidades existentes junto a eles. Para que isso ocorra, há necessidade de envolvimento dos catadores, da sociedade civil e dos setores público e privado.

Foi identificado ainda que as possíveis ações que porventura venham a ser executadas devem ser planejadas e executadas junto com os catadores, uma vez

que é importante entender as suas necessidades e valores, tornando-os agentes ativos. Deve-se buscar torná-los autônomos, proporcionando-lhes maiores oportunidades e escolhas para se ter uma vida longa, saudável e que eles valorizem, promovendo assim o desenvolvimento humano deles.

Com a realização desta pesquisa, foi oferecido um panorama de algumas vulnerabilidades que afetam a vida dos catadores da região centro sul cearense, em especial dos municípios de Iguatu e Jucás. Espera-se que os resultados apresentados possam subsidiar o planejamento e execução de ações envolvendo catadores de materiais recicláveis, seja na esfera federal, estadual, municipal ou privada. Saliencia-se que o resultado deste trabalho pode ser utilizado tanto pelos municípios em questão, como por outros que possam tomar conhecimento do estudo e tê-lo como referência para possíveis implementações de ações voltadas para este público.

A partir das questões abordadas neste estudo, menciona-se para trabalhos futuros a possibilidade de inserção de uma quantidade maior de entrevistados, uma vez que as entrevistas realizadas nesta tese ocorreram durante a pandemia do Covid-19, no ano de 2020, sendo percebido que a quantidade de catadores trabalhando neste período foi menor que a identificada no início da pesquisa de campo em 2019. Fica como segunda sugestão a formação de grupos focais ou discussões coletivas sobre as dificuldades coletivas que atingem os catadores, uma vez que quando os entrevistados foram questionados sobre o que poderia ser feito para melhorar a vida deles, muitos nunca tinham parado para pensar sobre isso. A abordagem do desenvolvimento humano preconiza que é muito importante escutar as pessoas para entender o que para elas faz sentido, bem como para participarem das escolhas que impactam sobre suas vidas. Esta segunda sugestão não foi realizada nesta tese devido à pandemia do Covid-19.

E uma terceira sugestão seria entrevistar os gestores principais dos municípios, uma vez que foram entrevistados apenas as secretarias de meio ambiente, pois elas trabalham diretamente com a gestão dos resíduos sólidos municipais. A entrevista com os prefeitos contribuiria para o entendimento sobre a percepção do planejamento e orçamento das políticas públicas que o gestor possui

para este grupo específico, uma vez que as secretarias seguem os direcionamentos do gestor principal do município.

Por fim, ressalta-se que esta não pretende esgotar a discussão acerca das vulnerabilidades e promoção de desenvolvimento envolvendo grupos socialmente vulneráveis, neste caso os catadores de materiais recicláveis. Destaca-se que os resultados desta pesquisa poderão servir como subsídio para futuras pesquisas acadêmicas na área de estudo.

REFERÊNCIAS

ABETRE - Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes. **O atlas da destinação final de resíduos – BRASIL 2020**. Disponível em: < <http://abetre.org.br/atlas-da-destinacao-final-de-residuos-brasil-2020/>>. Acesso em: 2 mai 2021.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Apresentação de projetos de aterros controlados de resíduos sólidos urbanos**: NBR 8849/1985. Rio de Janeiro. 1985.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos**: NBR 8419/1992. Rio de Janeiro. 1992.

ALKIRE, S. Why the Capability Approach? **Journal of Human Development**, v. 6, n. 1, p. 115-135. 2005.

ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

BARBOSA, J. A. **10 Anos do Crediamigo na cidade de Iguatu-CE**: A importância desse programa do BNB na melhoria do nível socioeconômico de seus clientes. 2009. Iguatu. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Regional do Cariri - URCA, 2009.

BARDEN, J. E. **Indicador Social para o Rio Grande do Sul**: uma análise a partir da Abordagem das Capacitações. 2009. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BARDEN, J. E. A crise mundial e a promoção do desenvolvimento humano. **Diálogo**, Canoas, n.16, p 143-156, 2010.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O índice de desenvolvimento da família (IDF). **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 986, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf>. Acesso em: 02 set 2019.

BENVINDO, A. Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sobre o Crediamigo**. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/crediamigo/sobre>>, acesso em 10 nov. 2020.

BORTOLI, M.A; Reis, C.N; Teles, H. **Catadores/as de materiais recicláveis: condições de vida e estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho**. IN: MONTEIRO, S.A.S. (Org.). A problemática da política social. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.940, de 26 de outubro de 2006. **Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 25 jan 2019.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm>. Acesso em: 25 jan 2019.

BRASIL. Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 147, 03 ago. 2010. Seção I, p. 3-7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 2012.

BRASIL. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**: diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos – 2014. Brasília: MCIDADES.SNSA, 2016. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2014>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510/2016**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 98, Seção I, p. 45-46, 24 maio 2016.

BRASIL. **Consumo Sustentável**: Manual de educação. Brasília: Consumers International/MMA/ MEC/ IDEC, 2005. 160 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao8.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao02022012041757.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018

BRASIL. **Resolução CONAMA Nº 401/2008**, de 04 de novembro de 2008. Publicação DOU nº 215, de 05/11/2008, págs. 108-109. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi =589>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.209** de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm> Acessado em 04 fev. 2020.

BRASIL. **DECRETO Nº 9.396** de 30 de maio de 2018. Reajustar valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa Família. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/16782572/do1-2018-06-01-decreto-n-9-396-de-30-de-maio-de-2018-16782568> Acessado em 04 fev. 2020.

CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis; v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.

CARMO, M. E; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública** 2018; 34(3), p. 1-14

COMIM, F.V. **Sen's Capability Approach, Social Choice Theory and the Use of Rankings**. In F. Comim, S. Fennell, & P. Anand (Org.), *New Frontiers of the Capability Approach* (pp. 179-197). Cambridge University Press. Cambridge. 2018.

COMIM, F. V. **Além da liberdade**: anotações críticas do Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen. Ed. Flávio Comim. Porto Alegre. 2021.

COMIM, F; BAGOLIN, I. P; AVILA, R; PORTO JUNIOR, S. S; PICOLOTTO, V. C. **Pobreza**: da insuficiência de renda à privação de capacitações. Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional. 2006. 121 f. Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

COSTA, M.A; SANTOS, M.P.G; MARGUTI, B; PIRANI, N; PINTO, C.V.S; CURI, R.L.C; RIBEIRO, C.C; ALBUQUERQUE, C.G; **Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA. Brasília: Rio de Janeiro, 2018.

DAGNINO, R.S; JOHANSEN, I.C. **Os catadores no Brasil**: Características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Brasília. 2017.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Moradores de Iguatu voltam a reclamar da qualidade da água nas torneiras**. 2020. Fortaleza. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/cidades/moradores-de-iguatu-voltam-reclamar-da-qualidade-da-agua-nas-torneiras/39632>> Acessado em: 12 nov. 2020.

FEITOSA, A. K. **Avaliação do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos na cidade de Juazeiro do Norte, CE, frente aos preceitos da sustentabilidade**.

2018. Lajeado. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, 2018.

FLICK, Uwe; **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

G1. **Incêndio em lixão atinge barracas e causa prejuízo aos catadores de Iguatu no Ceará**. 2020. Iguatu. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/09/05/incendio-em-lixao-atinge-barracas-e-causa-prejuizo-aos-catadores-de-iguatu-no-ceara.ghtml>> Acessado em: 12 nov. 2020.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, C.V; MALAFAIA, G; CASTRO, A. L. S; VEIGA, B. G. A. A vida no lixo: Um estudo de caso sobre os catadores de materiais recicláveis no município de Ipameri, GO. **HOLOS**, Natal, v. 2. p. 238-250. 2013.

GOOGLE MAPS. **Catarina/CE**. Disponível em: <<http://www.maps.google.com>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

GUARNIERI, P; CERQUEIRA-STREIT, J, A. Implications for waste pickers of Distrito Federal, Brazil arising from the obligation of reverse logistics by the National Policy of Solid Waste. **Latin American Journal of Management for Sustainable Development**, Genebra. v. 2, p. 19-35, 2015.

GUIMARÃES, G. C. **Consumo Sustentável para Minimização de Resíduos Sólidos**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2011.

HAHN, R. S. **DESENVOLVIMENTO DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS: O CASO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA COOPERATIVA UNIVALE**. 2017. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2017.

HOEFEL, M.G; CARNEIRO, F.F; SANTOS, L.M.P; GUBERT, M.B; AMATE, E.M; SANTOS, W. **Condições de trabalho de catadores de recicláveis do lixão do Distrito Federal**. XIII Safety, Health and Environment World Congress. Porto. p. 353-357. 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>> Acesso em: 25 jan. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 25 jan. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Diagnóstico sobre os catadores de resíduos sólidos**. Brasília: Ipea, 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**. Brasília: Ipea, 2013.

JORNAL A PRAÇA. **Moradores mostram insatisfação com a água fornecida pelo SAAE**. 2019. Iguatu. Disponível em: <<https://www.jornalapraca.com.br/moradores-mostram-insatisfacao-com-a-agua-fornecida-pelo-saae/>> Acessado em: 12 nov. 2020.

JORNAL A PRAÇA. **Fumaça do lixão invade trecho da CE-282**. 2020. Iguatu. Disponível em: <<http://www.jornalapraca.com.br/fumaca-do-lixao-invade-trecho-da-ce-282/>> Acessado em: 12 nov. 2020.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136. 2004.

LAKATOS, E. M., MARCONI. M. A. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVOR, A.A.A; SILVA, A.C.A; RIBEIRO, M.E.O.R; TURATTI, L. Conflitos Causados pelos Lixões: Uma análise comparativa da situação do Brasil com o Município de Iguatu-CE. **Id On Line Rev. Mult**. Juazeiro do Norte. Psic. v.11, n. 37. p. 246-258. 2017.

LESSMANN, O. Conditions of Life, Functionings and Capability: Similarities, Differences and Complementary Features. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 10, n. 2, p. 279-298. 2009.

LISBOA, C. **Desafios do desenvolvimento**, IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, BRASÍLIA, p. 72-81. 2016

MACIEL, R. H.; MATOS, T. G. R.; BORSOI, I. C. F.; MENDES, B. C.; SIEBRA, P. T.; MOTA, C. A. Precariedade do trabalho e da vida de catadores de recicláveis em Fortaleza, CE. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63 n. 1, p. 71 - 82, 2011.

MAIS FM IGUATU. **Campanha Iguatu pela Vida**. 2020. Iguatu. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CE4DpqsAISb/?igshid=lccb9svvnd34>> Acessado em: 12 nov. 2020.

MAZZARINO, J. M.; SILVA, S. I. M; KAUFMANN, C; FERNANDES, D. A; FELDKIRCHER, T. **Representações sobre práticas ambientais no trabalho de catadores de resíduos sólidos domésticos no Brasil: qual cidadania?** In: MAZZARINO, J. M. (Org.) Práticas ambientais e redes sociais em resíduos sólidos domésticos: um estudo interdisciplinar. Lajeado: Ed. da Univates. p. 117-138. 2013.

MAX-NEEF, M. A. **Desarrollo: a escala humana**. Montevideo. Editorial Nordan-Comunidad. 1998.

MDSCF - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília. 2005.

MENDES, J.M; Tavares, A. O. Risco, vulnerabilidade social e cidadania. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra. v. 93, n. 3, p. 5-8, 2011.

MIGUEL, F.V.C. A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada. **Revista Odisseia**. Natal. n. 5. 2010.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio emergencial 2020**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial/auxilio-emergencial-2020>>. Acesso em: 2 mai 2021.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Linha do Tempo**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos/linha-do-tempo.html>>. Acesso em: 03 jan 2019.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **O que é o Movimento?** São Paulo. Disponível em <<http://mncr.org.br/sobre-o-mncr>>. Acesso em 25 set 2019.

MONTEIRO, S.R.R.P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.1, n.2, p. 29-40. 2011.

MOURA, G.R; SERRANO, A.L.M; GUARNIERI, P. Análise socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal. **HOLOS**, Natal, V. 3, p. 251-273. 2016.

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66. 2004.

NASCIMENTO, M. C. B. **Seleção de sítios visando a implantação de aterros sanitários com base em critérios geológicos, geomorfológicos e hidrológicos**. 2001. Dissertação (Mestrado) Curso em Recursos Minerais e Hidrogeologia) – USP, São Paulo, 2001.

NERY, V. B. **O trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social- Saberes e Direitos em questão**. Tese de Doutorado em pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

NUSSBAUM, M. C. **Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership**. Massachusetts-England: Harvard University Press. 2013.

PAULILO, M.A; JOLÁS, L.S. Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade. **Serviço Social em revista**, Londrina, v. 03, nº 1, p.39-60. 2000.

PINHEL, J.R. **Do Lixo a Cidadania: Guia para Formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis**. São Paulo: Peirópolis, 2013.

PIVA, A. L. **Direito Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Cultura: Um Enfoque Sobre a Responsabilidade Ambiental Pós-Consumo**. 2008. Curitiba. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2008.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano**: Definição e medição do desenvolvimento humano. Oxford. Oxford University Press. 1990.

RANIS, G., STEWART, F. AND SAMMAN, E. Human development: Beyond the human development index. **Journal of Human Development**, v. 7, n. 3, p. 323–358. 2006.

SAMUELSON, P. A. **Fundamentos da Análise Econômica**. 2. Ed. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., 1983.

SCHAUREN JUNIOR, H. M MAZZARINO, J. M. **Violência estrutural, cidadania e políticas públicas**: Estudo comparativo dos catadores de resíduos sólidos em Estrela/RS. In: MAZZARINO, J. M. (Org.) Práticas ambientais e redes sociais em resíduos sólidos domésticos: um estudo interdisciplinar. Lajeado: Ed. da Univates. p. 139-159. 2013.

SECRETARIA DE GOVERNO. **Pró Catador**. Brasília. Disponível em <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/pro-catador>>. Acesso em 29 jan 2019

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Ceará. **Plano Estadual de Resíduos Sólidos**. Fortaleza. 30 nov. 2015.

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Ceará. **Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. Iguatu. 25 out. 2018.

SEMZEZEM, P; ALVES, J. M. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social. **SERV. SOC. REV.**, LONDRINA, v. 16, n.1, p. 143-166, jul./dez. 2013.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SEN, A. Human Rights and Capabilities, **Journal of Human Development**. v. 6, n. 2, p. 151-166. 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SEN, A. **Ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SENADO. **Projeto de Lei do Senado nº 354**, de 1989. Brasília. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/1711>>. Acesso em 24 mar 2019.

SILVA, A.C.A. **Reforma Agrária Assistida pelo Mercado**: um estudo de caso aplicado ao Brasil a partir da Abordagem das Capacitações. 2017. Lajeado. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, 2017.

SILVA, N.V; BARBOSA, M.L.O. **População e estatísticas vitais**. In. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Estatísticas Século XX. Brasília. 2006.

SILVA, S. P. **A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil:** dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. IPEA. Rio de Janeiro, 2017.

STELLA, E. A. **Interações intersetoriais nas políticas públicas de apoio aos catadores:** a atuação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) entre 2008 e 2014. 2018. São Paulo. Dissertação de mestrado do Curso de gestão de políticas públicas da USP. 2018.

TCE-CE - Tribunal de Contas do Estado do Ceará. **Portal da Transparência.** Fortaleza. Disponível em: < <http://www.municipios.tce.ce.gov.br>>. Acesso em 14 nov. 2018.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Faltam 4 dias: conheça a ordem de votação na urna eletrônica para as Eleições.** Brasília. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/faltam-4-dias-conheca-a-ordem-de-votacao-na-urna-eletronica-para-as-eleicoes-2018-1>> Acessado em: 08 ago. 2020.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Consequências para quem não justificar.** Brasília. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/justificativa-eleitoral/consequencias-para-quem-nao-justificar>> Acessado em: 08 ago. 2020.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Perguntas frequentes sobre as eleições.** Brasília. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/perguntas-frequentes-sobre-as-eleicoes>> Acessado em: 08 ago. 2020b.

VASCONCELOS, J.P.R; GUIMARÃES, S.M.F; ZANETI, I.C.B.B. Condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis: revisão integrativa da literatura. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 9, n.1, p. 187-197. 2018

VEIGA, J. E. **Para entender o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora 34, 2015.

VEIGA, J. E. A PRIMEIRA UTOPIA DO ANTROPOCENO. **Ambiente & Sociedade.** São Paulo v. XX, n. 2. p. 233-252. abr.-jun. 2017.

WEIMER, R.A. Ser “moreno”, ser “negro”: memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 409-428, 2013.

ANEXOS

ANEXO I: Principais Diretrizes e Estratégias do Plano Nacional de Resíduos Sólidos voltadas para os catadores

Disposição Final Ambientalmente Adequada de Rejeitos	
Estratégia 6	Aportar recursos, com dignidade e remuneração do trabalho, dos catadores , em especial, os oriundos de lixões e aterros controlados, dotando-os de infraestrutura, capacitação e assistência técnica.
Redução da Geração de Resíduos Sólidos Urbanos	
Estratégia 7	Difundir a educação ambiental visando à segregação dos resíduos na fonte geradora para facilitar a coleta seletiva com a participação de associações e cooperativas de catadores e o estímulo à prevenção e redução da geração de resíduos, promovendo o consumo sustentável.
Estratégia 8	Incentivar a reutilização e reciclagem no País, tanto por parte do consumidor quanto por parte dos setores público e privado (que tem como atividade principal a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, CNAE para recuperação de materiais), promovendo ações compatíveis com os princípios da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, incentivando a separação de resíduos orgânicos compostáveis, recicláveis e rejeitos, com implantação de polos regionais para o reaproveitamento e a reciclagem de materiais e inclusão social dos catadores .
Estratégia 10	Incentivar os setores industriais, empresas, empreendimentos econômicos solidários, inclusive cooperativas e associações de catadores a ampliarem seu portfólio de produtos e serviços sustentáveis, induzindo, com essa dinâmica, a ampliação de atividades reconhecidas como “economia verde” (green economy) ou de baixo carbono.
Estratégia 17	Desenvolver e valorizar tecnologias sociais e inclusão produtiva para o avanço e fortalecimento das associações e cooperativas dos catadores no ciclo dos materiais recicláveis, por meio do pagamento dos serviços ambientais.
Redução dos Resíduos Sólidos Urbanos Secos dispostos em aterros sanitários e Inclusão de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis	
Diretriz 2	Qualificação e fortalecimento da organização para a inclusão socioeconômica de, no mínimo, 600.000 catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis organizados em cooperativas e outras formas associativas, por meio da criação de linhas de financiamento, incluindo a construção e difusão de conhecimento entre seus membros, com apoio de outros programas sociais para os seus familiares.
Estratégia 1	Implantar a coleta seletiva com a participação de cooperativas e outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis , como prestadores de serviços devidamente contratadas pelas administrações públicas municipais e desenvolvidas em parceria com os atores da sociedade civil com o devido pagamento aos catadores pela coleta, triagem e destino final adequado na cadeia de reciclagem.
Estratégia 4	Instituir incentivos fiscais, financeiros e creditícios voltados à segregação dos resíduos na fonte geradora, ao incremento de coleta, criação, melhoria e qualificação de centros de triagem, de reutilização e reciclagem, preferencialmente com participação de cooperativas e associações de catadores , bem como aumento da eficiência dos processos existentes, com desenvolvimento e implementação de tecnologias sociais

	nas cadeias produtivas de reutilização e reciclagem no país, observado, conforme o caso, o impacto da implantação da nova tecnologia na manutenção e ampliação dos postos de trabalho, estabelecendo critérios técnicos de mensuração e acompanhamento periódico do processo.
Estratégia 7	Contribuir com a emancipação das organizações de catadores, promovendo o fortalecimento das cooperativas, associações e redes , incrementando sua eficiência e sustentabilidade, principalmente no manejo e na comercialização dos resíduos, e também nos processos de aproveitamento e reciclagem.
Estratégia 8	Promover a criação de novas cooperativas e associações de catadores, priorizando a mobilização para a inclusão de catadores informais nos cadastros de governo e ações para a regularização das entidades existentes.
Estratégia 9	Promover a articulação em rede das cooperativas e associações de catadores .
Estratégia 10:	Fortalecer iniciativas de integração e articulação de políticas e ações dos poderes públicos direcionadas aos catadores; por exemplo, o programa pró-catador e a proposta de pagamentos por serviços ambientais na área urbana, referencialmente com a participação dos conselhos afins, entidades não-governamentais, universidades, institutos federais, associações e cooperativas de catadores.
Estratégia 11	Prestar assistência técnica e apoio financeiro à realização de projetos, instalação e operação de unidades de triagem e beneficiamento (obras e equipamentos).
Estratégia 12	Incentivar ações de capacitação técnica e gerencial permanente e continuada dos catadores e dos membros das cooperativas e associações , de acordo com o nível de organização, por meio da atuação de instituições técnicas, de ensino, pesquisa e extensão, terceiro setor e movimentos sociais, priorizando as associações, cooperativas e redes de cooperativas de catadores.
Estratégia 13	Desenvolver ações de educação ambiental especificamente aplicadas às temáticas da separação na fonte geradora, coleta seletiva, atuação das associações, cooperativas e redes de cooperativas de catadores junto à população envolvida (empresas, consumidores, setores públicos, dentre outros), visando o fortalecimento da imagem do catador e a valorização de seu trabalho na comunidade com ações voltadas à defesa da saúde e integridade física do catador, observando as especificidades regionais.
Estratégia 15	Prestar apoio técnico e financeiro aos municípios para implantação e ampliação dos programas de coleta seletiva e centros de triagem com inserção de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis , e, quando couber, soluções tecnológicas de separação e classificação de recicláveis, em conformidade com os normativos em vigor, a partir das resoluções do CONAMA e ANVISA, considerando-se a Lei Federal 11.445/2007, promovendo-se a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho.
Estratégia 16	Induzir o encaminhamento prioritário dos resíduos recicláveis secos para cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis .
Estratégia 17	Envolver o setor empresarial e consumidores no processo de segregação, triagem para a destinação às associações e cooperativas de catadores por meio da coleta seletiva solidária ampliando a reutilização e reciclagem no País, promovendo ações compatíveis com os princípios da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e da logística reversa.
Estratégia	Incluir a diretriz de separação de todos os resíduos gerados no estabelecimento no

19	processo de licenciamento ambiental municipal, buscando priorizar a destinação dos recicláveis para as organizações de catadores sediadas no município.
Estratégia 20	Implantar, através do pró-catador e de outras fontes de financiamento, centros de formação, profissionalização, qualificação e estudos específicos para a categoria de catadores , gerenciados, preferencialmente, pelas entidades, representativas dos catadores, nos estados, regiões ou microrregiões e municípios.
Estratégia 22	Realizar estudos, visando à criação de fundos para apoio e inclusão de catadores , para serem geridos por um colegiado paritário e deliberativo, com representação obrigatória dos catadores, e que poderão ser financiados pelas três esferas de governo, fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e pelas organizações de catadores. Os recursos dos fundos deverão ser utilizados no desenvolvimento da cadeia produtiva da reciclagem, prioritariamente na estruturação das associações e cooperativas ou redes de catadores.

Fonte: BRASIL (2012) grifo nosso.

ANEXO II: Autorização do COEP-UNIVATES

UNIVERSIDADE DO VALE DO
TAQUARI - UNIVATES



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VULNERABILIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO: UM ESTUDO DE CASO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO CENTRO SUL CEARENSE

Pesquisador: ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 30402820.9.0000.5310

Instituição Proponente: FUNDACAO VALE DO TAQUARI DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.046.937

Apresentação do Projeto:

O texto abaixo foi extraído, e adaptado, do arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1530561.pdf" constante na Plataforma Brasil e apresentado ao Coep/Univates para apreciação ética conforme determina a Resolução/CNS466/2012. O presente trabalho pretende analisar as condições de vida e de trabalho dos catadores de materiais recicláveis da região centro sul cearense, a fim de propor ações para mitigar as condições de vulnerabilidade social a que são submetidos os catadores de materiais recicláveis da região centro sul cearense. O estudo será do tipo observatório e serão utilizadas entrevistas e grupo focal.

Objetivo da Pesquisa:

O texto abaixo foi extraído do arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1530561.pdf" constante na Plataforma Brasil e apresentado ao Coep/Univates para apreciação ética conforme determina a Resolução/CNS466/2012.

Objetivo Primário:

Analisar as condições de vida e de trabalho dos catadores de materiais recicláveis da região centro sul cearense, a fim de propor ações para mitigar as condições de vulnerabilidade social a que são submetidos os catadores de materiais recicláveis da região centro sul cearense.

Endereço: Rua Avelino Tallini, 171 - Sala 309 - Prédio 01

Bairro: Bairro Universitário

CEP: 95.914-014

UF: RS

Município: LAJEADO

Telefone: (51)3714-7000

Fax: (51)3714-7001

E-mail: coep@univates.br

UNIVERSIDADE DO VALE DO
TAQUARI - UNIVATES



Continuação do Parecer: 4.046.937

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O texto abaixo foi extraído do arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1530561.pdf" constante na Plataforma Brasil e apresentado ao Coep/Univates para apreciação ética conforme determina a Resolução/CNS466/2012.

Riscos:

Os riscos estão relacionados ao possível desconforto em relatar as suas dificuldades na coleta. Mas como haverá apenas um entrevistador, o pesquisador terá sensibilidade quanto a condução das entrevistas para que isso seja minimizado, sempre informando que as respostas serão mantidas no anonimato.

Benefícios:

Acredita-se que com a análise aprofundada das vulnerabilidades relacionadas a este grupo social, a possibilidade de ajustes e execução de ações e políticas públicas sejam mais assertivas na promoção do desenvolvimento dos catadores.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem estruturada e avaliar o grau de vulnerabilidade dos catadores autônomos de materiais recicláveis de 08 municípios da região Centro Sul do Ceará. Os pesquisadores pretendem verificadas as possíveis ações que possam ser realizadas de modo a mitigar as vulnerabilidades as quais os catadores possam estar sendo submetidos, impactando positivamente na melhoria de vida deles.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados.

Recomendações:

...

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as solicitações encaminhadas por este comitê foram atendidas, estando o projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1530561.pdf	20/05/2020 14:16:09		Aceito

Endereço: Rua Avelino Tallini, 171 - Sala 309 - Prédio 01
Bairro: Bairro Universitário **CEP:** 95.914-014
UF: RS **Município:** LAJEADO
Telefone: (51)3714-7000 **Fax:** (51)3714-7001 **E-mail:** coep@univates.br

UNIVERSIDADE DO VALE DO
TAQUARI - UNIVATES



Continuação do Parecer: 4.046.937

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_20_05_2020.pdf	20/05/2020 14:15:44	ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_20_05.pdf	20/05/2020 14:14:05	ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma_20_05_2020.pdf	20/05/2020 14:00:33	ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinadounivates.pdf	26/03/2020 17:47:42	ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LAJEADO, 25 de Maio de 2020

Assinado por:
Eduardo Miranda Ethur
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Avelino Tallini, 171 - Sala 309 - Prédio 01
Bairro: Bairro Universitário **CEP:** 95.914-014
UF: RS **Município:** LAJEADO
Telefone: (51)3714-7000 **Fax:** (51)3714-7001 **E-mail:** coep@univates.br

APÊNDICES

APÊNDICE I: Roteiro de entrevista aplicado com as secretarias municipais de meio ambiente

1. Como ocorre a coleta dos resíduos sólidos no município?
2. Onde são destinados os resíduos sólidos do município?
3. No município existe algum estabelecimento/pessoa que comercializa materiais recicláveis? Se positivo, quem são e onde estão localizados?
4. No município existem catadores de materiais recicláveis? Se positivo, quem são e onde eles trabalham?

APÊNDICE II: Roteiro de entrevista aplicado com os estabelecimentos e catadores

1. Sabe informar quantos catadores existem no município? Se positivo, quem são e onde eles trabalham?
2. Sabe informar quais são os estabelecimentos/pessoas que comercializam materiais recicláveis no município? Se positivo, quem são e onde estão localizados?

APÊNDICE III: Roteiro da entrevista com os catadores

- Apresentação

1. Nome
2. Idade
3. Sexo
4. Etnia/cor (branca, preto, parda, indígena).

- Trabalho e renda

5. Você pode explicar onde e como você trabalha na coleta?
6. Quanto tempo você trabalha como catador?
7. Você já trabalhou em outra atividade? Qual? Por que saiu dela?
8. Por que você escolheu trabalhar como catador?
9. Se tivesse a oportunidade de trabalhar em outra coisa, recebendo o mesmo valor, o que você gostaria de fazer? Se houver desejo de sair da atividade, o que você está fazendo ou deveria fazer para isso?
10. Como é feita a comercialização dos materiais coletados?
11. Existe alguma forma de agregação de valor dos materiais coletados como artesanato etc.? Como isso é feito? Como é vendido? Alguém ensinou ou ajudou neste processo?
12. O valor proveniente da coleta é suficiente para você e sua família se manterem? Comprar alimentos, bens móveis como TV, geladeira, sofá etc.?
13. Qual o valor médio mensal que você consegue na coleta?
14. Você recebe algum tipo de benefício pecuniário do governo (bolsa família, bolsa catador etc.)?
15. Quantas pessoas moram com você? Quem são eles (pais, filhos etc.)? Eles têm alguma renda/trabalho? Trabalha em que e quanto recebe mensalmente?
16. Você tem acesso a algum tipo de financiamento/empréstimo bancário? Se positivo, como o valor deste financiamento/empréstimo é utilizado? Qual a frequência destes financiamentos/empréstimos?
17. Se não tiver acesso a crédito, gostaria de ter acesso? O que faria com o dinheiro? Qual o empecilho?
18. Você consegue se programar para pagar suas contas (dívidas)? Como isso ocorre?

- Viver em sociedade

19. Como você se relacionar com outros catadores?
20. Como as pessoas agem quando veem você mexendo no "lixo" delas?
21. Você já sentiu alguma forma de constrangimento por ser catador? Pode citar algum exemplo?
22. Você tem algum receio/medo de falar que é catador? Se positivo, por quê?
23. Você guarda material como garrafas, latinhas etc. em casa? Se positivo, o que as pessoas que moram com você acham disso? E os vizinhos?
24. Você tem ou já teve atendimento/visita de algum assistente social (agente social)? Se positivo, com que frequência isso ocorre? Qual a sua opinião sobre esse tipo de ação?

- Participação política

25. Você votou na última eleição (presidencial, estadual ou municipal)? Você se lembra dos candidatos em que votou? (só para saber se há lembrança, não é para revelar o voto). O que você acha do processo eleitoral do país/estado/cidade? Se não votou, qual o motivo?
26. Sabe informar se existe alguma associação ou grupo de catadores organizados no município? Você participa de algum(a)? Por quê?
27. Sabe informar se existe associação ou grupo de moradores organizados no seu bairro? Você participa de algum(a)? Por quê?
28. Você sabe onde e a quem informar/acionar quando ocorre algum problema no bairro (água, energia, buracos etc.) ou no trabalho (queimadas no lixão, por exemplo)? Já fez alguma reclamação? Qual o motivo? Foi atendido?

- Saúde e longevidade

29. Você tem acesso à assistência médica? Como ocorre (pública ou privada)? Quando necessitou de atendimento médico como você fez? Solucionou o problema?
30. Tem acesso a algum tipo de política de saúde preventiva, como atendimento de agente de saúde ou similar? Como ocorre este atendimento (semanal, mensal, semestral etc.)?

31. Fica doente com frequência? Sabe informar qual o motivo? Você se lembra de quando foi a última vez que ficou doente? Pode informar o que ocorreu?
32. Quando necessita de remédio, você consegue acesso a ele? Como isso ocorre: comprado ou via posto de saúde? Caso comprado, você acha que o gasto com remédio impactou muito no seu orçamento/despesas?
33. Você já se feriu na coleta de materiais? Se sim, como isso ocorreu?
34. Você faz algo para prevenir acidentes na coleta? Se positivo, o quê?
35. Você utiliza algum tipo de equipamento de proteção? Como eles são? Eles realmente protegem? Como eles são disponibilizados (comprados, doados, fabricados)?
36. Você acredita que se alimenta adequadamente? Se negativo, qual o problema? Como é a alimentação ideal para você e qual a diferença para a sua alimentação diária?

- Ser instruído e acesso à informação

37. Com relação à escola formal, você estudou até que série?
38. Você acha importante estudar? Por quê?
39. Já teve situações que necessitou de mais instrução/conhecimento? Como isso ocorreu? Você fez alguma coisa após esta situação?
40. Você já fez algum curso? Qual? Quando?
41. Você gostaria de fazer algum curso ou de estudar mais? Qual? Por quê? Existe algum empecilho/problema? Qual?
42. Você tem acesso a algum tipo de meio de comunicação (Rádio, TV, Internet computador/celular)? Qual(is)?
43. Se tiver acesso à internet, o que você mais faz na internet (WhatsApp, Youtube, TV etc.)?
44. Você já procurou algum assunto/informação voltado à coleta de material reciclável? Pode informar o que foi e se essa informação mudou em algo para você?

- Ambiente e habitação

45. Onde você mora, existe risco de acidente natural (desmoronamento, alagamento etc.)? Qual? Já ocorreu algum caso? Se positivo, explique como isso ocorreu.
46. Onde você mora tem problema de poluição (esgoto e/ou lixo na rua, fumaça de queimadas etc.)? Se positivo, explique como ocorre.
47. Onde você mora tem água potável? Como é este fornecimento? Quem fornece?
48. Onde você mora tem saneamento básico (esgoto)? Como é feito a disposição dos dejetos/esgoto (fossa, esgoto, ao ar livre etc.)?
49. Você tem acesso à energia elétrica? Se negativo, por quê?
50. Você tem coleta de resíduos domiciliares (caminhão de lixo)? Com que frequência? Funciona bem?
51. Você consegue se locomover de forma segura pelas vias públicas onde você trabalha ou reside? Se negativo, qual o problema? O que você faz para se manter seguro?
52. Existem locais de recreação próximos de sua residência (praça, quadra de esportes etc.)? Quais? Você vai? Se negativo, qual o motivo?

- Questões finais

53. Por fim, o que você acha que poderia ser feito para melhorar a sua vida?
54. O que você poderia fazer para isso acontecer?

APÊNDICE IV: Roteiro da entrevista com os órgãos públicos

1. Nome
2. Idade
3. Nome do órgão/entidade pública
4. Função/cargo atual no órgão/entidade pública
5. Tempo de trabalho no órgão/entidade pública
6. O órgão/entidade pública sabe informar sobre a existência de catadores de materiais recicláveis no município? Sabe informar como eles desempenham esta atividade no município?
7. Sabe informar se há ações voltadas para os catadores de materiais recicláveis do município? Se positivo, como ocorre(m) essa(s) ação(ões)? Quem a(s) executa(m)? Existe alguma outra instituição que apoia esta(s) ação(ões)? Quem? Quais são os resultados alcançados?
8. Sabe informar se há alguma ação, mesmo que não seja voltada para catadores, mas que os alcancem diretamente? Se positivo, como ocorre(m) essa(s) ação(ões)? Quem a(s) executa(m)? Existe alguma outra instituição que apoia esta(s) ação(ões)? Quem? Quais são os resultados alcançados?
9. Este órgão/entidade pública tem algum projeto ou planeja executar alguma ação voltada para os catadores? Se positivo, como ocorrerá(ão) essa(s) ação(ões)? Quem a(s) executará(ão)? Existe alguma outra instituição que apoiará esta(s) ação(ões)? Quem? Quais são os resultados esperados?
10. Este órgão/entidade pública é ou já foi demandado(a) por algum catador ou grupo de catadores? Se positivo, pode informar quais as principais demandas? Vocês conseguem atender? Se não consegue atender, qual o motivo?

APÊNDICE V: Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado a participar de um estudo da Universidade Vale do Taquari – Univates cujo tema é: “VULNERABILIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO: UM ESTUDO DE CASO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO CENTRO SUL CEARENSE” e será conduzido pelo doutorando Antônio Carlos Alves da Silva sob a orientação da professora Dra. Júlia Elisabete Barden e da Dra. Anny Kariny Feitosa. Leia, cuidadosamente, o que segue e quaisquer dúvidas serão respondidas prontamente. Esta pesquisa será aplicada, a partir de 01/07/2020 até 01/03/2021.

Sobre o objetivo central

O objetivo da pesquisa é analisar as condições de vida e de trabalho dos catadores de materiais recicláveis da região centro sul cearense, a fim de propor ações para mitigar as condições de vulnerabilidade social a que são submetidos os catadores de materiais recicláveis da região centro sul cearense.

A coleta de dados implica a realização de uma entrevista com áudio gravado. Se concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. Somente o pesquisador e a orientadora da pesquisa terão acesso às suas informações para verificar dados do estudo.

Por que o participante está sendo convidado (critério de inclusão)

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir com sua participação, ou desistir dela. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa

“A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista ao pesquisador do projeto. A entrevista somente será gravada se houver autorização do entrevistado(a)”.

Tempo de duração da entrevista/procedimento/experimento

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente meia hora. As entrevistas poderão ser realizadas em três locais distintos, conforme a conveniência do entrevistado: I- na sede da associação em uma sala cedida pela organização; II- em bancos nas praças, uma vez que nestes locais os catadores realizam um descanso; III- nas residências dos catadores. Em todas as possibilidades buscar-se-á promover o isolamento e a confidencialidade das entrevistas.

Guarda dos dados e material coletados na pesquisa

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso a elas o aluno e seu professor orientador.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS no 466/12.

Explicitar benefícios diretos (individuais ou coletivos) ou indiretos aos participantes da pesquisa

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa: observar sua perspectiva sobre o tema pesquisado e comparar os dados com os demais entrevistados. Além disso, a participação na pesquisa irá contribuir com os estudos acerca da proposição de ações e políticas públicas que visem reduzir as vulnerabilidades dos catadores de materiais recicláveis.

Previsão de riscos ou desconfortos

Pode haver desconforto devido ao tempo despendido para responder as perguntas ou ainda podem surgir lembranças dolorosas no decorrer da entrevista.

Os resultados serão divulgados na tese e em artigos científicos, contudo mantendo a privacidade e a anonimato do entrevistado.

Este Termo é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

As perguntas ou os problemas referentes ao estudo poderão ser questionados ao pesquisador ou a professora orientadora através dos contatos:

Ms. Antônio Carlos Alves da Silva: (88) 99606-0236 / acas-acas@hotmail.com

Dra. Júlia Elisabete Barden: (51) 3714-7000 / jbarden@univates.br

Dra. Anny Kariny Feitosa: (88) 99998-9986 / akfeitosa@hotmail.com

Contato da instituição de ensino: Av. Avelino Tallini, 171, bairro Universitário, CEP 95.900-000, Lajeado – RS – Brasil. Fone (51) 3714-7000

Contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVATES:

Setor A - Prédio 1 - Sala 309

Secretária: Simone Bruxel

E-mail: coep@univates.br

Fone: (51) 3714 7000 Ramal 5339

(Local e data) _____, _____ de _____ de _____.

Declaro que recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste formulário de consentimento, e tendo compreendido os objetivos e condições de minha participação na pesquisa concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)
Nome do participante

(Assinatura do entrevistador)
Antônio Carlos Alves da Silva